



**CIDADE  
COMUNICAÇÃO  
TEORIA  
INFORMAÇÃO  
MOBILIDADE  
PARADIGMA  
URBANO  
CULTURA**

A cidade constitui o tema do presente livro, intitulado “cultura urbana: aspectos de debate urbano contemporâneo”, e que revisita textos redigidos por Gonçalo Furtado, maioritariamente entre 1999 e 2009. O livro encontra-se estruturado em 5 partes, a primeira parte foca o “urbano e o debate teórico”, a segunda parte intitula-se “após a cidade industrial”; a terceira parte intitula-se “intervir na cidade do fim do século XX”, a quarta parte foca a “a cidade no contexto pós-industrial”, a quinta parte foca “o urbano e a sociedade da informação” e a última constitui indagação “pela sobrevivência da cidade”. O livro propõe um debate composto por múltiplos aspectos, possuindo capítulos que focam a condição urbana contemporânea, designadamente a organização da cidade em rede, a sua característica transitoriedade, a omnipresença da imagética, a mobilidade e comunicações digitais, etc. Bem como por capítulos focando desenvolvimentos posteriores (artigos de 2012/13), incluindo reflexões sobre a crucialidade atual da reabilitação, o paradigma das cidades criativas, ou ainda referência à crise económica de 2008 e à pandemia Covidis de 2020.

CULTURA URBANA GONÇALO M FURTADO C L

GONÇALO M FURTADO C L

**A SOBREVIVÊNCIA  
DA CIDADE  
PÓS-INDUSTRIAL:  
REDES, FLUXOS,  
BITS  
E CRIATIVIDADE**

**ASPECTOS  
PARA DEBATE  
CONTEMPORÂNEO**

**GONÇALO M FURTADO C LOPES**

Licenciado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Mestre pela Universidade Politécnica da Catalunha e doutorado pela University College of London como bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

É professor de Teoria da FAUP. Autor de vários livros, integra ainda o corpo editorial de algumas revistas e publica regularmente sobre temas pós-modernos e contemporâneos. Em 2008 foi premiado pela WOSC (UK) com “Kybernetes Research Award: Highly commended paper” e em 2010 pelo IIAS (Canada) com o “Outstanding Scholarly Contribution Award 2010”.

ISBN código de barras **CURTO**



GONÇALO M FURTADO C L

# A SOBREVIVÊNCIA DA CIDADE PÓS-INDUSTRIAL: REDES, FLUXOS, BITS E CRIATIVIDADE

ASPECTOS  
PARA DEBATE  
CONTEMPORÂNEO

**Título**

A sobrevivência da cidade pós-industrial: redes, fluxos, bits e criatividade

**Autor**

Gonçalo M Furtado C Lopes

**ISBN**

978-989-99346-2-7

**Depósito Legal**

492040/21

**Edição**

CIAMH Centro de Inovação em Arquitectura e Modos de Habitar

Via Panorâmica S/N

4150-755 PORTO

(+351) 226 057 100

geral@ciamh.up.pt

www.ciamh.up.pt

http://ceau.arq.up.pt

**Copyright**

Nenhuma parte desta publicação pode ser usada ou reproduzida em qualquer forma sem a autorização expressa por parte do editor.

© CIAMH e autores - Todos os direitos reservados



UNIVERSIDADE  
DO PORTO  
FACULDADE  
DE ARQUITECTURA

CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE ARQUITECTURA  
E URBANISMO  
CEAU

CENTRO  
DE INOVAÇÃO  
ARQUITECTURA  
E MODOS  
DE HABITAR  
CIAMH



# CONTEÚDOS

<b>0. INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
ASPECTOS PARA DEBATE CONTEMPORÂNEO O URBANO E O DEBATE TEÓRICO	9 15
<b>1.0 APÓS A CIDADE INDUSTRIAL</b>	<b>25</b>
1.1 O URBANO E A CIDADE	27
1.2 O URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO	33
<b>2. INTERVIR NA CIDADE NO FIM DO SÉCULO XX</b>	<b>37</b>
2.1 O URBANO E A ARQUITECTURA	39
2.2 O URBANO E O PATRIMÓNIO	53
<b>3. A CIDADE NO CONTEXTO PÓS-INDUSTRIAL</b>	<b>59</b>
3.1 O URBANO E AS REDES	61
3.2 O URBANO E O MECÂNICO	69
<b>4. O URBANO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b>	<b>81</b>
4.1 O URBANO E TELEVIDA	83
4.2 O URBANO E A CIDADE DIGITAL	89
<b>5. PELA SOBREVIVÊNCIA DA CIDADE</b>	<b>97</b>
5.1 UMA CIDADE CRIATIVA	99
5.2 REVISITANDO A CIDADE	111



Dedicado ao meu filho, gerado em 2010, Francisco Furtado.

Agradecimentos a Rosa Macedo e Sandra Alves, co-autoras de artigos que constituem dois dos capítulos no presente livro; bem como a revista Arq/a, revista V-ludo, revista Dédalo, revista do CES da Universidade de Coimbra, Jornal O Figueirense, Luis Borges Gouveia, Ignasi Solà Morales, Pau Solà Morales, Eulalia Solà-Morales, Xavier Costa, Fransesc Munoz, Suzane Strum, German Sebastian, Josep Montaner, Neil Spiller, Adrian Forty, Fernando Lisboa, Nuno Portas, Rui Braz Afonso, Rui Póvoas, Paulo Bento, Eugénio Cardoso, Ricardo Lima, Metropolis Master program - Universidad Politécnic da Catalunya, Bartlett School of Architecture – University College of London, Universidade Fernando Pessoa do Porto, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Carlos Nuno Lacerda e Pedro Botelho, Pedro Flores, Cristina Silva e Luis Pinto Faria



Viena, Áustria, 2008

# 0. INTRODUÇÃO





# ASPECTOS PARA DEBATE CONTEMPORÂNEO

A cidade revista constitui o tema do presente livro “A sobrevivência da cidade pós-industrial”; e a introdução que se segue, sintetiza múltiplos aspectos propostos a debate. Tal inclui capítulos focando a condição urbana contemporânea (realizados entre 1999/2009), designadamente a organização da cidade em rede, a sua característica transitoriedade, a omnipresença da imagética, a mobilidade e comunicações digitais, etc. Bem como capítulos focando desenvolvimento (posteriormente realizados entre 2012/13). Em suma, que procura atender ao debate urbano no fim do século XX bem como às direcções para que o debate urbano se deslocou na última década.

## O urbano e o debate teórico

### Tributo a Ignasi Solá-Morales

Ao falar de cultura urbana interessa, desde logo, identificarmos a influência de Ignasi Solà Morales. De facto, Ignasi é inspirador, porque delineou uma das mais notáveis e perspicazes cartografias teóricas da condição metropolitano-arquitectónica contemporânea. Um pensamento de arquitectura complexo, em que os seus textos correspondem de certa forma à selecção de categorias em que possam assentar uma interpretação provisória, de uma cidade contemporânea que é, nas suas palavras, múltipla, descentrada e com formas instáveis resultantes da cristalização de forças diversas. Disso resultando um sistema complexo mas, a nosso ver, unido pela permanente generosidade de propor superar democraticamente a estranheza do mundo tardo-capitalista e pós-histórico. Com uma atenção à pós-modernidade que não obscurece uma genética resistente, mas antes procura reencontrar os interesses proto-modernistas em simultâneo com uma democratização da consciência linear. Por perseguir lucidamente uma capacidade disciplinar reactiva às forças que actualmente a assaltam, Ignasi era também o primeiro a alertar para a necessidade de superar as abordagens das últimas décadas, que se têm tornado lugares comuns. Em prole de uma reflexão instável que abale a segurança do contentamento.

# Após a cidade industrial

## A cidade e o urbano

Ao focar as “novas formas urbano territoriais”, interessa reconhecer que numa nova realidade – surgida com a erupção da globalização cultural, a internacionalização económica e os progressos tecnológicos, tal como com uma diversidade de fenómenos urbanos – estabelecem-se novas formas, dinâmicas e pressupostos urbano-territoriais, baseados na mobilidade e fluxos.

## O urbano e o espaço público

Reflectindo sobre “o espaço público na condição urbano contemporânea”, ressalta, a nosso ver, a consolidação actual de três fenómenos intimamente ligados à experiência urbana da metrópole: o espetáculo, o controle e o consumo. Tais fenómenos, cuja génese remete para a formação da cultura urbana do século XIX, foram desenvolvidos durante as últimas décadas associados a um desejo de ócio e entretenimento, à espectacularização da sociedade e à cultura visual, à moda e à publicidade, à cultura de massas e à globalização, à mobilidade e à tecnificação informacional. A metrópole contemporânea surge-nos aqui vista como estrutura espacial e de sociabilização onde esses usos e fenómenos tomaram lugar, situação que comporta uma incidência profunda ao nível da espacialidade e vivência urbana. Na metrópole, os “não-espacos” (usando a categoria de Marc Augé), unificados e sem referência histórica, são consumidos espectacularmente pelo indivíduo a-étnico sob condutas precisas e controladas dentro da noção de capitalismo tardio. A condição metropolitana converte-se em motor do espetáculo, do consumo e do controle. O espaço público, como o entendemos, tornou-se frequentemente, e enquanto derradeiro “outro”, no verdadeiro excluído.

## Intervir na cidade no fim do século XX

### O urbano e a arquitectura

Urge pois reflectir sobre a “estruturação e suportes da produção de espaço urbano”. Ora, sobre a “operatividade da arquitetura na realidade urbano-territorial contemporânea”, diga-se que as recentes dinâmicas territoriais e existência de formas urbanas de diferentes naturezas (entre a cidade existente e as emergentes) justificam e requerem aproximações distintas (metodológicas e instrumentais). Isso permite eventualmente reflectir so-

bre modalidades de intervenção adequadas, com uma prioridade para o domínio público (estruturante da forma da cidade) e pressupostos de relacionamento territorial (baseados na mobilidade e fluxos) advindos da nova relação espaço-territorial. A “realidade urbana contemporânea” comporta “alterações metodológicas e instrumentais”, reforçando-se o potencial protagonismo da teia do espaço urbano e colectivo”, em paralelo com as “redes, centralidades e novos tipos de espaço público”, bem como “a potencialidade dos espaços inactivos inertes”.

## O urbano e o património

Paralelamente, interessa não deixar de atender à passagem “da conservação arquitectónica à reabilitação urbana”; razão que justificou que Rosa Macedo e eu próprio, redigissemos artigo subintitulado “Evolução de paradigmas no século XX e a necessária superação de dilemas actuais”. Cumprindo reiterar, a pretensão de: “abordar esta significativa criação física [a cidade] ... na óptica da necessidade de reabilitação que hoje as cidades apresentam. Na contemporaneidade, as cidades demonstram uma grande heterogeneidade formal e mistura de temporalidades. Com frequência distingue-se a presença de núcleos com características específicas, necessários de valorizar e simultaneamente adaptar às performances contemporâneas, a contextos distintos daqueles que estiveram na base da sua origem. De particular importância são as áreas designadas de centros históricos, aglomerados conformados em outros tempos (medievais, renascentistas ou barrocos), que sobrevivem nas cidades por vezes isolados relativamente à nova organicidade urbana que se dilata até às periferias. Interessa salientar [a existência de] uma sequência de momentos e posturas distintas quanto à tentativa da intervenção e centros históricos. As preocupações com a intervenção nestas áreas, em grande medida, afirmaram-se no século XX. Perante a actualidade da questão da reabilitação, e após mais de um século de debate, parece que o dilema inicial persiste, e persistirá por mais algum tempo. Se para uns ocorre a desacralização dos centros históricos, para outros o panorama da conservação arquitectónica, ampliou-se sem retrocesso para o de reabilitação urbana.” (Rosa Macedo e Gonçalo Furtado, 2010)

## A urbanidade num contexto pós-industrial

### O urbano e as redes

Sobre “redes, fluxos e interações expandias: a sobrevivência da cidade e o ethos global”. Reconheça-se que nos dias que correm, a arquitectura lida com múltiplos sistemas infraestruturais de fluxos e interação expandidos,

e as redes eletrônicas poderão ajudar-nos a assegurar a sobrevivência da metrópole. De facto, no contexto da cidade e da cultura contemporânea torna-se relevante observar as interferências que um contexto de “fluxos e interações expandidas” traz às cidades, assim como o papel que essas assumirão. Parece que, progressivamente, a cidade física avança no estabelecimento de relacionamentos íntimos com as suas redes físicas e digitais, conformando um meta território de interação e actividade humana que se pode constituir enquanto objecto de interesse arquitectónico e urbanístico.

## **O urbano e o mecânico**

Interessa identificar na cultura urbana, uma “aceleração da velocidade mecânica à mobilidade virtual”. De facto, a compreensão do urbano contemporâneo e a emergência da cidade não pode, a nosso ver, prescindir da identificação da ocorrência de um incremento exponencial da velocidade e da existência/matriz de um desejo cultural de mobilidade. E um dos fenómenos que nos pode ajudar a entender a realidade pós-industrial em que vivemos (e o papel específico do digital) é precisamente o fenómeno da aceleração que acompanha a passagem do modelo mecanicista para o modelo digital. Reforçando a “velocidade”, bem como a “mobilidade”.

## **O urbano e a sociedade da informação**

### **O urbano e a televida**

Recorde-se que a transição para a sociedade da informação ocorrido nos anos 80s, é um processo amadurecido no período do pós-guerra, e esteve ligado ao progresso tecnológico da informática e telecomunicações e a um desejo cultural de imediatez global – a “cidade global” prognosticada por McLuhan já no final dos anos 60s. Neste sentido, recorde-se que a informática e tecnologia computacional desenvolveu-se durante os anos 50s, a difusão dos computadores pessoais ocorreu entre os anos 70s e 90s, e o desenvolvimento das telecomunicações e de redes computacionais continuou ao longo dos anos 90s – conformando uma estrutura permissora da performance humana global. Durante a última década, a computação tornou-se ubíqua e tem havido uma difusão da tele-actividades e da denominada vida digital. A actual rede planetária opera como uma espécie de sistema nervoso que sustem a sociedade da informação.

## O urbano e a cidade digital.

Justificam-se pois breves “considerações sobre o planeamento e urbanismo face à sociedade da informação”. Relativamente ao espaço da cidade digital, reconheça-se que as novas tecnologias da informação têm um profundo impacto na sociedade contemporânea, originando um modelo social centrado na convergência da informática e das telecomunicações, que também a Comunidade Europeia procura implementar. Estas novas tecnologias devem ser entendidas, mais do que meras técnicas, como verdadeiros elementos culturais invasores do quotidiano de uma parcela significativa da população globalizada. Promovendo novas formas sócio-culturais independentes da distância espaço-temporal. Tal contexto, como facilmente se depreenderá, tem um impacto profundo na forma e vida das cidades. Mais se reconheça a existência de “experiências em curso de cidades digitais” e “projetos piloto”.

## A sobrevivência da cidade

### O urbano e a cidade criativa

Mais recentemente tornou-se também importante estrategicamente pensar a “cidade criativa em Portugal”, como “mais esta estratégia a concertar”. Reforçando-se o referido em artigo em co-autoria com Sandra Alves - (Vd. número 99 dedicado ao tema pela revista crítica de ciências sociais da Universidade de Coimbra) – é pertinente também atender à “cidade criativa e à associação do fenómeno da criatividade à cidade ...”, procedendo a uma abordagem de definições e teorias na base da temática da cidade criativa (criatividade, indústrias criativas e cidade criativa) .... E, com base em análises e leituras mais emblemáticas na temática..., avançar com os possíveis desafios da cidade criativa em termos de orientações políticas e práticas urbanas (ambientes de inovação, infraestruturas hard e soft, gestão e sustentabilidade etc). Seguidamente proceder à “contextualização da situação portuguesa à luz destes conceitos e princípios, a partir de casos de referência com sucesso internacional e alguns casos nacionais que recentemente começaram a emergir”. Tudo isto, sem deixar de enfatizar a “importância do papel da disciplina da arquitectura na cidade criativa .... A disciplina da arquitectura, deve continuar a assumir uma posição central na análise das sinergias de cada cidade e no desenvolvimento de soluções culturais, que propiciem vivências ricas e diversificadas.” (Sandra Alves e Gonçalo Furtado, 2012).

### O urbano e a reabilitação

Não obstante as transformações radicais sofridas pela cidade, gostaríamos de não deixar de terminar reiterando a pertinência de, em paralelo, assen-  
gular uma análise das “evoluções na reabilitação em Portugal”, remetendo

para desafios ensaiados desde os anos 70s. De facto, torna-se pertinente relectir sobre esta questão de enorme relevância contemporânea, não deixando de fazer referência - como referido em artigo co-autoriado com R. Macedo, a “alguns desafios e à evolução de paradigmas, através da análise de uma sequência criteriosa de escritos e intervenções, que constituam a base para uma reflexão acerca da intervenção na contemporaneidade .... Casos nacionais que correspondam a momentos e circunstâncias distintas, mas que têm em comum a reabilitação de espaços da cidade que compreenda o centro histórico. Por outro lado, uma análise que incide na discussão sobre desafios e paradigmas de intervenção, expressos numa sequência de escritos publicados nas revistas do seu tempo etc, rumo a uma contemporaneidade, numa altura em que se multiplicam e acumulam possibilidades, posturas e princípios interventivos .... Interessa, na contemporaneidade, não esquecer que cada vez mais se projecta numa condição global, e incerta, que requer permanentemente pensar os mecanismos, modelos interventivos, estratégica dinâmicas, políticas e decretos-lei determinadas para cidades do país. Neste sentido, seria também importante levar o zoom de reflexão a todo o território nacional, analisando o potencial da relação entre as cidades ou diferentes regiões, para lá de um abandono à mera lógica da presente competição urbana. O necessário reforço da nossa urbanidade e qualidade de vida global futura, dependerá da capacidade que tivermos, enquanto arquitectos e cidadãos, de observar o tempo como vector de proposta e permitir a continuidade deste debate ao longo do século que agora se inicia. Tal, certos de que o que acontecer nas últimas décadas será crucial para a realidade futura.” (Rosa Macedo e Gonçalo Furtado, s.d.)

## Revisitando a cidade

Revisitamos hoje a cidade na sua complexidade contemporânea. Fazendo-o, como repetiremos no final do presente livro, no que tange à disciplina da Arquitectura e Urbanismo e à cultura em geral, a derradeira questão que permanece por pôr, é passadas duas décadas do início do presente século, quais as políticas da arquitectura de futuro para este pequeno país Portugal, de industrialização tardia, litoralização, desigualdades, mas desafiado face à globalização à semelhança de todos os outros países. E que compromisso social, senão político, se pode, desde dentro da disciplina, ainda tecer, numa comunidade fragmentada, num espetáculo público que também a arquitectura serve, de um star systems que opera apenas sedento de novas superficialidades estéreis?

Em suma, vão ainda os arquitectos a tempo de contribuir em conjunto com a sociedade portuguesa para um debate, que urge, quanto à qualidade e qualificação das nossas cidades e habitações para o século XXI? Com ou sem crises e pandemias pelo meio.

# O URBANO E O DEBATE TEÓRICO

## (TRIBUTO A IGNASI SOLÀ- MORALES)

(Publicado originalmente em: Gonçalo, "Interpretar a metrópole contemporânea: Apontamentos sobre Ignasi Solà-Morales", in: AAVV, V-Ludo, Lisboa, N.6, Outubro 2001)

### O legado de Ignasi

A notícia de que o coração de Ignasi Solà-Morales<sup>1</sup> sucumbira perante um quotidiano veloz, veio abalar o meio arquitectónico. Não ambicionado o rigor permitido por aqueles que realmente o conheceram, usei, durante três noites na companhia do rumor da autoestrada, apontar um conjunto de notas suportadas nos contactos que tive com a personalidade e escrita de Ignasi Solà-Morales.

Foi na cidade de Barcelona que Ignasi se tornou catedrático de teoria da arquitectura, que criou o programa de reflexão inter-disciplinar Metrópolis e que, já em idade avançada, conduziu obras emblemáticas como o Liceu e a reconstrução do pavilhão alemão da exposição mundial de 1929. A sua formação em arquitectura/filosofia e as actividades historiográficas que du-

---

1) Ignasi Solà-Morales foi arquitecto e professor de Teoria e história da arquitectura na ETSAB, membro do Comité académico da Princeton university school of architecture e membro fundador da série de eventos ANY. Dentro das suas últimas publicações salienta-se: Ignasi Solà-Morales, Diferencias-topografía de la arquitectura contemporânea, Gustavo gili, Barcelona, 1995. O programa da disciplina "The cities of the city" que Ignasi lecionava no Metropolis, dá conta do seu projecto teórico. Trata-se de um projecto caracterizado pela amplitude e cruzamento, como expressa a utilização do plural "cities" na denominação do curso e a diversidade de abordagens temáticas sobre a cidade que nesse desenvolvia: Global/local; From city-capital to megalópolis; Flow; Body; Les imateriaux; virtual; Public versus private; Theme park; Terrain vague; Landscape.

rante vários anos exerceu no COAC<sup>2</sup>, permitiram-lhe delinear uma das mais notáveis e perspicazes cartografias teóricas da condição metropolitano-arquitectónica contemporânea. Um pensamento de arquitectura complexa, fundado no cruzamento com o pensamento artístico e filosófico-cultural, capaz de desvendar e abrir fissuras na cultura arquitectónica. Os seus textos correspondem, de certa forma, à selecção de categorias em que possam assentar interpretações provisórias de uma cidade contemporânea, que é, nas suas palavras, múltipla, descentrada e com formas instáveis resultantes da cristalização de forças diversas. Disso resulta um sistema complexo, a nosso ver, unido pela permanente generosidade de propor superar romanticamente a estranheza do mundo tardo-capitalista e pós-histórico. Com uma atenção à pós-modernidade que não obscurece uma genética resistente, mas antes procura reencontrar os interesses proto-modernistas em simultâneo com uma democratização da consciência linear<sup>3</sup>. Por perseguir, lucidamente, uma capacidade disciplinar reactiva às forças que actualmente a assaltam, Ignasi era também o primeiro a alertar para a necessidade de superar as abordagens da última década que se têm vindo a tornar lugares comuns. Em prole de uma reflexão mutante que abula a segurança do contentamento<sup>4</sup>.

## Da cidade-capital à metrópole contemporânea

Na hora de definir a arquitectura, Ignasi aproveitava para troçar com a ideia de *genius loci*<sup>5</sup>, e desprezar a ideia fechada de lugar/contexto como premissa legitimadora de projecto. A arquitectura requererá uma definição complexa que remete para a própria génese da disciplina, a qual, mais do

---

2) No âmbito deste texto concentramo-nos, mais do que na vasta produção no campo da história e teoria da arquitectura moderna que caracteriza a investigação inicial de Ignasi, num conjunto recente de artigos que em grande parte se caracterizam no prefácio "Presentis i futurs de las ciutats" para o "XIX congresso UIA 96", (este evento criava uma plataforma de discussão organizada em cinco categorias representativas de fenómenos urbanos que desde as últimas três décadas vem transformando sistemas urbanos desconcentrados, difusos e conectizados. Como clarifica Josep Ramoneda, as "mutações" e "espaços de", "indicam uma nova relação espaço-temporal e os "contentores" e "terrain vague" identificam os novos espaços gerados". Josep Ramoneda, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.9.

3) Colégio de arquitectos da catalunha.

4) Ignasi referia, a propósito dos eventos ANY (uma das mais exigentes plataformas de refeição arquitectónica durante os anos 90) e do programa Metrópolis que dirigia, que era necessário criar novas alternativas pois mesmo as abordagens surgidas durante esta década estavam a afastar-se do tempo que lhe conferia legitimidade operativa.

5) A ideia de "lugar" foi um tema que interessou à geografia urbana, antropologia e psicologia da percepção/espaço (Gaston Bachelard, Jean Piaget, etc), e algo que terá peculiar relação com a história a sua forma construída e que, para muitos, se constituiu como referência projectual sob a forma de "contexto".

que relacionada com o mito da cabana primitiva, terá estado ligado ao aparecimento de comunicação<sup>6</sup>. A arquitectura será, assim, entendida como expressão simbólica de sociedade e de um modo de vida. Pois, como esclarece Giuliano Zampi, o edifício é apenas uma versão de uma ideia de arquitectura, “o papel da arquitectura segue por debaixo da construção: isto é criar visões de futuros modos de viver.”<sup>7</sup>

As abordagens profundas de Ignasi, capazes de desocultar os traços significativos dos objectos que analisa, em determinada altura, convergem no fenómeno da cultura metropolitana contemporânea, onde nos deixaria interpretações hábeis.

Tais análises frequentemente retrocedem ao momento inaugural em que se conforma a grande cidade. Concentrando-se nas “representações da experiência urbana”, Ignasi identifica que nos últimos dois séculos, as transformações ocorridas na percepção e representação da vida urbana e da cidade<sup>8</sup> estiveram relacionadas com determinados desenvolvimentos técnicos e, sobretudo, culturais. No caso da “cidade capital”, cenário dos interesses privados, a sua representação veio associada ao realismo pictórico que possuía os mesmos ideais de verdade e precisão do positivismo científico e da fotografia, técnica que documentaria em grandes planos a modernização da cidade a meados do século XIX. A consequente grande cidade (ou “grobstadt”), a cidade racionalizada como centro produtivo, estender-se-ia como uma mancha de azeite que possuía ainda um centro. No que respeita à representação da urbanidade, o seu visionamento, abandonou os focos privilegiados das grandes vistas e encontra no jogo abstração/figuração da fotomontagem e da fotografia aérea do período entre guerras, num meio de representar a associação de múltiplos fragmentos e traduzir o negativismo de uma época em que a modernização da “grande cidade” se associou a violência destrutiva da guerra.

Pois bem, a situação dos anos 90s é já distinta da reestruturação urbana americana que, nos anos 60s, representou o processo mais radical ocorrido desde a emergência das cidades capitalistas industriais do século XIX. Também Ignasi<sup>9</sup> não deixou de referir que a mudança da megalópolis actual é distinta da ocorrida com a da cidade capital ou da grande “grossdat” a que já nos referimos.

Uma série de fenómenos radicais nas últimas décadas foram identificadas: das “edge cities” de Gottmann nos anos 60s às globais de Saskia Sassen nos anos 90s, e novos sistemas urbanos proliferadamente surgem de Los Angeles<sup>10</sup> à América do Sul.<sup>11</sup> Na nova realidade, surgida com a erupção da

---

6) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, Prefácio, in: Yago Conde, *Arquitectura de la indeterminacion*, Actar, Barcelona, 2000.

7) Veja-se: Conway Morgan e Giuliano Zampi, *Virtual architecture*, B.T.Batsford Ltd, Londres, 1995, p. 154

8) Veja-se Ignasi Solá-Morales, “Representações da experiência urbana” (policopiado fornecido pelo autor), Barcelona, s.d.

9) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, Prefácio, in: AAVV, *UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats*, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996.

10) Entre outros, analisado por Edward Soja.

11) Entre outros, analisado por Saskia Sassen.

globalização, a internacionalização económica, os progressos tecnológicos e uma diversidade de fenómenos urbanos, estabelecem-se novas formas, dinâmicas e pressupostos de relacionamentos urbano- territoriais baseados na mobilidade e nos fluxos. Numerosas abordagens procuram descrever os fenómenos, dar conta da complexidade e superar a crise conceptual que a cidade actualmente enfrenta (perante a ambiguidade local/global, urbano/ rural, centro/difusão, etc). Em comum abandonam qualquer ideia da exclusividade interpretativa e de abrangência total, constituindo-se apenas como registos situados de fragmentos.

Após se ter dissolvido a distinção cidade-campo<sup>12</sup>, instaurou-se a cidade difusa e reorganizou-se o território sob um entramado de redes e fluxos articulados de uma geografia global. Para Fransesc Munoz<sup>13</sup> a nova ordem económica da globalização, configurada pela transição para um modelo de produção e consumo pós-fordistas<sup>14</sup> traduz-se também na fragmentação territorial e em novos modelos de organização e morfologias urbanas. De facto, a economia global baseia-se em redes de pequenas cidades, numa desorganização (o centro constituindo-se como administrador das periferias produtoras) que sobrecentraliza alguns núcleos urbanos à escala global, enquanto outros se especializam formando uma rede transnacional. Ocorre pois uma série de transformações económicas que são simultâneas a profundas transformações urbanas e à globalização da cultura urbana, o que, por si só, reclama uma crítica arquitectónica. Se no modelo territorial da cidade difusa surgem novas formas periféricas de centralidade (as *edge cities*), igualmente, se reconfigura o uso dos tradicionais concentrados urbanos onde emergem (em grande parte) as dualidades sociológicas expostas por Manuel Castells.<sup>15</sup> De facto não devemos deixar de referir que as localidades à margem dos três centros informacionais e financeiros da *global city*, estão perante a dominação cultural exercida pelas forças económicas, cuja expressão é também espacial. A cidade reconfigurada tem também como corolário uma multiplicidade de lugares com os seus dramas e desigualdades. Uma cidade descentrada socialmente, multi-étnica e multi-discursiva, onde se promove a segregação e disseminam

---

12) Na Europa Ocidental, a integração física e funcional da cidade-campo, ocorrida com a dispersão das actividades e formas de vida urbana pelo território, dissolveu a separação tradicional urbano rural e origina sistemas territoriais denominados por "cidade difusa". Este processo que nas últimas décadas teve quatro fases; a mancha de azeite, a suburbanização, a periurbanização e a rururbanização, tem como consequência a organização do território em redes espaço temporais que o articulam e conectam por meio de fluxos transnacionais. Veja-se: Oriol Nel-lo, "Los confines de la ciudad sin confines: Estructura urbana y limites administrativos en la ciudad difusa", in: AAVV, *La ciudad dispersa: suburbanización e novas periferias*, Barcelona, p.48-49.

13) Geógrafo que desenvolveu o seu doutoramento sob a orientação de Ignasi. Veja-se: Fransesc Munoz e Ignasi Solá-Morales, "Ciudades del mundo, hoy: las formas urbanas da globalización" (policopiado fornecido pelos autores), Barcelona, s.d. p.2-3.

14) Modelo cuja emergência assentou nas melhoras dos transportes e comunicações e no protagonismo dos serviços especializados de apoio às empresas.

15) Veja-se as "edge cities" de Garreau (que demonstra a vitória dos subúrbios, da residência laboral e dos shopping malls, fora dos limites convencionais da cidade); a "informational city" de Manuel Castells e a "global city" de Sakia Sassen.

formas de vigilância.<sup>16</sup> Indubitável é o facto de estarmos perante um novo modelo territorial que expressa espacialmente a nova organização económico-territorial em fenómenos variados: fragmentação, emergência de novas centralidades e reconfiguração dos antigos centros urbanos simultaneamente à emergência de muitos dramas e dualidades. Complexidade que é precisamente o que suscita a crise conceptual da cidade contemporânea. Aspecto que múltiplas abordagens procuram afrontar. A nosso ver, na hora de compreender a metrópole contemporânea, são poucos os que fornecem um abordagem tão complexa e interessante como Edward Soja, (autor que me foi introduzido por Fransesc Munoz, e que Ignasi referia). Com o propósito de compreender o que se tem verificado nas metrópoles no último quarto de século, Edward Soja retoma as macroabordagens urbanísticas, apresentando e analisando seis discursos sobre o que denomina pós-metrópole.<sup>17</sup> O primeiro discurso, sobre a cidade industrial pós-fordista, relaciona a industrialização e o processo de urbanização e explica as diferenças entre as metrópoles modernas fordistas e as pós-metrópoles pós-fordistas; o segundo discurso, sobre a globalização da cidade mundial, salienta a competitividade e dualidade urbanística; o terceiro discurso, denominado “exopolis”, diz respeito ao crescimento, às cidades limítrofes e à reconstituição de cidades vitoriosas; e o quarto discurso refere a reestruturação do mosaico social e as suas desigualdades. O quinto discurso, é referente à emergência de um “carceral arquipélago”, e está baseado na visão política radical de Mike Davis<sup>18</sup>, autor que descreve a cidade como um conjunto de enclaves, vigiados e policiados; e o sexto discurso contempla a infiltração do discurso da “virtual city” no imaginário e vida urbana, acentuando a necessidade de considerar seriamente assuntos como o simulacro de Jean Baudrillard, a sobreposição da simulação à realidade, e onde aborda aspectos como a simulação urbanística, o themepark e o ciberespaço<sup>19</sup>. Sob a denominação de pós-metrópole, Edward Soja consegue assim a nosso ver, abraçar no geral as abordagens suscitadas pela cidade contemporânea – uma cidade expandida, organizada globalmente em rede, muitas vezes desigual, progressivamente articulada nas redes.

---

16) Veja-se, entre outros: Kyong Park, “Images of the future: the architecture of a new geography”, p.125-143.

17) Veja-se: Edward Soja, *Postmetropolis*; e o seu artigo em “Imagining cities, scripts, sing, memory”, editado por S. Westwood and J. Williams.

18) Veja-se: Mark Davis, *City of quartz*, 1990.

19) Como resumo podemos dizer que o primeiro par de discursos (pós fordista e globalização) são sobretudo sobre os processos resultantes da reestruturação da metrópole moderna, o segundo par sobre as consequências espaço sociais, e o terceiro par sobre o feedback social relativamente aos efeitos da reestruturação urbana na pós-metrópole.

# A liquidação da arquitectura na metrópole contemporânea

A nosso ver os prenúncios de todo este contexto, em que se diluem as distinções natural-urbano, local-global, privado-público, físico-virtual, já tinham surgido expressos na cidade e na arquitectura com o incremento da velocidade e flexibilidade.<sup>20</sup> O dinamismo da condição cultural e económica veio, por altura da Era mecanicista, expresso em várias tipologias arquitectónicas (dos panoramas às estações) e o modelo da metrópole moderna viria a ser, em grande parte, baseado no automóvel. Paralelamente generalizar-se-ia a experiência deslocada da viagem, disseminar-se-ia o nomadismo turístico e a progressiva museificação dos centros urbanos. Como refere a artista Martha Rosler, na contemporaneidade a experiência da mobilidade é já característica de uma “civilização que requer a circulação não só de mercadorias mas de ideias ... e pessoas”<sup>21</sup>. Rayner Branham refere-se ao caso particular do nomadismo humano, dizendo que, após muitos antecedentes, a modernidade anunciou uma cultura verdadeiramente nómada que hoje se institucionalizou. A compressão espaço-temporal que ocorre na nossa sociedade é, por exemplo, paralela ao crescimento desde a segunda guerra mundial da indústria do ócio e turismo de massas, actualmente suportadas por um autêntico sistema organizado. Processo, que segundo Ignasi, tem como corolário o facto do património arquitectónico e do chamado parque-temático tenderem para uma e a mesma coisa, já que facilmente conseguimos traçar paralelismos entre muitas das “recordações” urbanas e certas simulações como a Eurodisney ou outros locais de percepção/consumo contemporâneo. Como resultado, como bem refere Ignasi, a arquitectura sujeita-se a um processo geral de museificação, integrada num novo mercado em que desaparece a sua essência.<sup>22</sup>

Identificar a expressão/espacialização de um exponencial desejo cultural de mobilidade ajuda, de sobremaneira, a compreender a cidade contemporânea.

Nos anos 60, “Community without propinquity” de Melvin Webber tinha como corolário o facto da densidade física já não ser uma característica exclusiva da urbanidade. O incremento da mobilidade e a importância dos meios de comunicação levavam a que, nos anos 70s, a cidade-região estivesse definida não por limites políticos, mas por fluxos de mercadorias e pessoas. O novo conceito de urbanidade na cidade-região passava a contemplar a cultura móvel, e as autoestradas e cinturões que conectam núcleos e funções urbanas e suportam as comunidades e a vida urbana, a integrar a gramática de construção da cidade. Como refere Solá-Morales, no modelo dos CIAM/Carta de Atenas, o movimento correspondia a uma

---

20) Aspectos que abordamos noutro número da revista V-ludo. Veja-se: Gonçalo Furtado “Transitoriedade, mobilidade e flexibilidade: a condição contemporânea da Arquitectura”, in: AAVV, V-ludo, N.5, Lisboa, 2001

21) Veja-se: Martha Rosler, In the space of the public, Centz, p.27.

22) Ignasi Solá-Morales, “Património arquitectónico ou parque temático” (policopado fornecido pelo autor), Barcelona, s.d.

das quatro funções (conjuntamente com a habitação, lazer e trabalho) mas, ainda que estivesse reconhecida a importância e prevista uma zona de transportes, este era objecto de tratamento separado. Nos anos 50s, por parte da ala crítica dos CIAM, começa a desenhar-se o movimento, e conceptualiza-se a figura de “fluxo”, actualmente essencial para compreender o funcionamento das cidades globalizadas. Esta crise abala o conceito estável da arquitectura e a prática de planeamento. A arquitectura não pode continuar apenas a ser vista em termos de estabilidade, localização e lugar, quando os fluxos de informação estendem a cognição/apropriação/percepção humana ao planeta, e se altera o próprio significado tradicional de mobilidade e de lugar.

Reclama-se uma arquitectura que tem como objectivo permitir trânsito/intercâmbios, e um planeamento urbano que incorpore a dimensão temporal do imprevisto e, assente em parâmetros urbanos tornados simultaneamente fixos e deslocados.

As experimentações presentes no livro “city speculations”<sup>23</sup> apresentam uma variedade de estratégias e tecnologias de representação da cidade actual que, em comum, fogem da representação singular e estática, expressando a ausência pós-moderna de um sujeito universal. (Isto é à semelhança da nossa experiência urbana, são privilegiados múltiplos pontos de vista e incorporados parâmetros de movimento e temporalidade, que igualmente questionam como essas imagens afectam a percepção e compreensão da cidade actual). Na própria cidade que temos surgem novas formas de arquitectura e novos usos pautados pela mobilidade. O imperativo da mobilidade e o entendimento da cidade como é demonstrada pela densidade de infraestruturas directa ou indirectamente ligadas ao trânsito<sup>24</sup> e pelos mega-equipamentos (centros comerciais, etc) que se afirmam como fenómenos periféricos de centralidade intimamente relacionados com as regras de comunicação.

Indubitabilidades que suscitam que a análise do fenómeno urbano recorra a várias perspectivas assentes em parâmetros distanciados dos convencionais de permanência e estabilidade. E é por isso que Ignasi refere que a nova concepção espaço-temporal e a conceptualização da figura de fluxo “começou a ocupar um lugar central para explicar a arquitectura e a cidade contemporâneas”.<sup>25</sup> O espaço arquitectónico, por seu lado, na crise de uma concepção estável estática<sup>26</sup>, procura na justaposição de fenómenos e fluxos materiais (pessoas e bens) e imateriais (serviços e informação) redefinir-se, viabilizando novas vivências e formas de relacionamento. Após identificar a centralidade do princípio de estabilidade e permanência (expresso no conceito de firmitas da tríade vitruviana) na definição tradi-

---

23) Veja-se: Patrícia Phillips. *City speculations*, Princeton architectural press, Nova Iorque, 1996.

24) Autoestradas, estações de serviço, portagens, parques de estacionamento, terminais de autocarros, aeroportos e torres de controle, terminais portuários, metros, intermodais e redes de transporte integrados, linhas férreas de alta velocidade, etc.

25) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, Perfácio, in: AAVV, *UIA 96: present i futurs*, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996.

26) Perante a nova noção espacio temporal Erinsteiniana.

cional de arquitectura, Ignasi viria a lançar a hipótese de uma “arquitectura líquida”, expressão do câmbio e movimento e um novo modo de operar mais consoante com as características da sociedade em que vivemos. Uma arquitectura que abula a primazia do espaço sobre o tempo em favor da sua tensão, no seguimento da noção espaço-temporal “Einsteiniana” e da quarta dimensão que, no século XX, se tornou decisiva para entender a experiência arquitectónica. Nas suas palavras, uma arquitectura líquida significaria “que espaço e tempo estão simultaneamente presentes como categorias abertas, múltiplas, não redutoras, ... desde uma vontade de hierarquizar e impor-lhes uma ordem”<sup>27</sup>. Após um século fascinados pelo incremento da velocidade e pela destabilização perceptiva teremos chegado a este ponto em que carecermos de uma “arquitectura líquida” que controle os fluxos. Nas suas palavras, “a arquitectura que organiza os fluxos humanos nos intermodais, aeroportos, estações marítimas ou de ferrocarril, não pode preocupar-se com a sua aparência ou com a sua imagem exterior. Tornar-se fluxo significa ... estabelecer estratégias para a distribuição de indivíduos, bens ou informação”<sup>28</sup>.

Além de Ignasi ter aconselhado a conhecer e pensar uma arquitectura de sentido aberto com base em expressões de fluxos, noutros textos, o autor constata o facto da figura de “terrain vague”<sup>29</sup> se ter tornado uma figura recorrente na percepção da cidade<sup>30</sup>.

É óbvio que os espaços inactivos inerentes, em situação de terrain vague, reportados a estratégias de intervenção urbana, constituem suportes para a intervenção urbanística. As cidades estão plenas destes territórios residuais, obsoletos ou improdutos, responsáveis por fragmentações, ilegibilidades e indefinições que procuram ultrapassar a sua obsolescência (funcional ou espacial), expectância ou virgindade e revelar/procurar a sua apetência para a transformação. Pela sua flexibilidade, detêm um potencial qualitativo urbano, por exemplo, ao poderem estabelecer (geralmente tornados objectos de projecto urbano) continuidade entre periferias ou áreas desconexas. Juan Busquets<sup>31</sup> salienta as qualidades destes espaços quando reportados para a reconstrução da cidade, o que podemos reconhecer numa série de experiências contemporâneas. Mas, se deste autor retiramos referências importantes no que se refere ao seu uso como materiais da

---

27) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, “Arquitectura líquida” (policopiado fornecido pelo autor e publicado na revista *Anyhow*), Barcelona, s.d.

28) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, Op. cit., p.10.

29) Veja-se: Ignasi Solá-Morales, “Terrain vague” (policopiado fornecido pelo autor e publicado na revista *Anyplace*), Barcelona, s.d.

30) O que, a nosso ver, deve ser articulado introdutoriamente com os desenvolvimentos teóricos expostos em “representações da experiência urbana”, a que nos referimos no início deste texto.

31) Veja-se: Juan Busquets, in: AAVV, *UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats*, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996. A determinado momento do seu texto, Juan Busquets expõe uma reflexão sobre a especificidade do projecto sobre através do “terrain vague” (do potencial reestruturador dos interstícios centrais às situações de obsolescência funcional), onde salienta a presença de condições distintas-singulares (por exemplo a singularidade espacial, construtiva, urbanística), tal como a presença de distintos objectivos no que se refere ao carácter potenciador e à coerência interna da cidade.

actividade urbanística para a qualificação e estruturação do urbano, certo é que se trata de uma abordagem distante daquilo que é fundamental na de Ignasi. O que Ignasi tem de original ao abordar o *terrain vague* é vê-lo como espaço que se define numa paradoxal condição de ausência/promessa, e, retenha-se, que assume uma liberdade alheia à eficácia produtivista da cidade, permanecendo “aberta às apropriações resignificantes e identitárias da arte”. Com possibilidade de construir e nos oferecer num rizoma identificante. Com uma enorme sensibilidade, Ignasi<sup>32</sup> aporta uma contribuição teórica única. No desmontar etimológico da palavra “*terrain vague*” encontra a imprecisão do vazio, mas igualmente, a predisposição da expectância e sobretudo, o encontro da liberdade e a memória, alheia à imitação da envolvente produtiva. Lugar de encontro e de artisticidade silenciosa, como refere “*Del nomadismo al erotismo*”<sup>33</sup> Ao dizer que a intervenção urbanística perante os *terrain vague* de um mundo acelerado deveria, mais que a convencional integração, gerir e preservá-los estrategicamente, tal como ressaltar o simbolismo destes espaços no ambiente urbano e “não converter-se num agressivo instrumento dos poderes e das razões abstractas”, parece que Ignasi expressa uma forma pessoal de aproximação à arquitectura e deixa uma observação acerca da condição da metrópole contemporânea que tão bem soube interpretar. Uma aproximação que todos os que sobre ela ousarem entrar, poderão partilhar. Pois, recordo, publicá-la foi “a única possibilidade de submetê-la ao julgamento, de qualquer um, da multidão, em qualquer lugar”<sup>34</sup>

Quanto à cidade, essa permanece. “A missão final da cidade é incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico. Graças à sua estrutura complexa e durável, a cidade aumenta enormemente a capacidade de interpretar esses processos e tomar neles uma parte activa e formadora, de tal modo que cada fase do drama que desempenhe vem a ter, no mais elevado grau possível, a iluminação da consciência, a marca da finalidade, o colorido do amor. Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo.” (Lewis Mumford)

---

32) Veja-se o capítulo “La forma de l’absència: *terrain vague*” do perfácio de Ignasi Solà Morales ao “UIA 96: Present i futurs, arquitectura a les ciutats”; bem como, do mesmo autor, o texto “*Terrain vague*” (policopiado fornecido pelo autor e publicado na revista *Anypalce*).

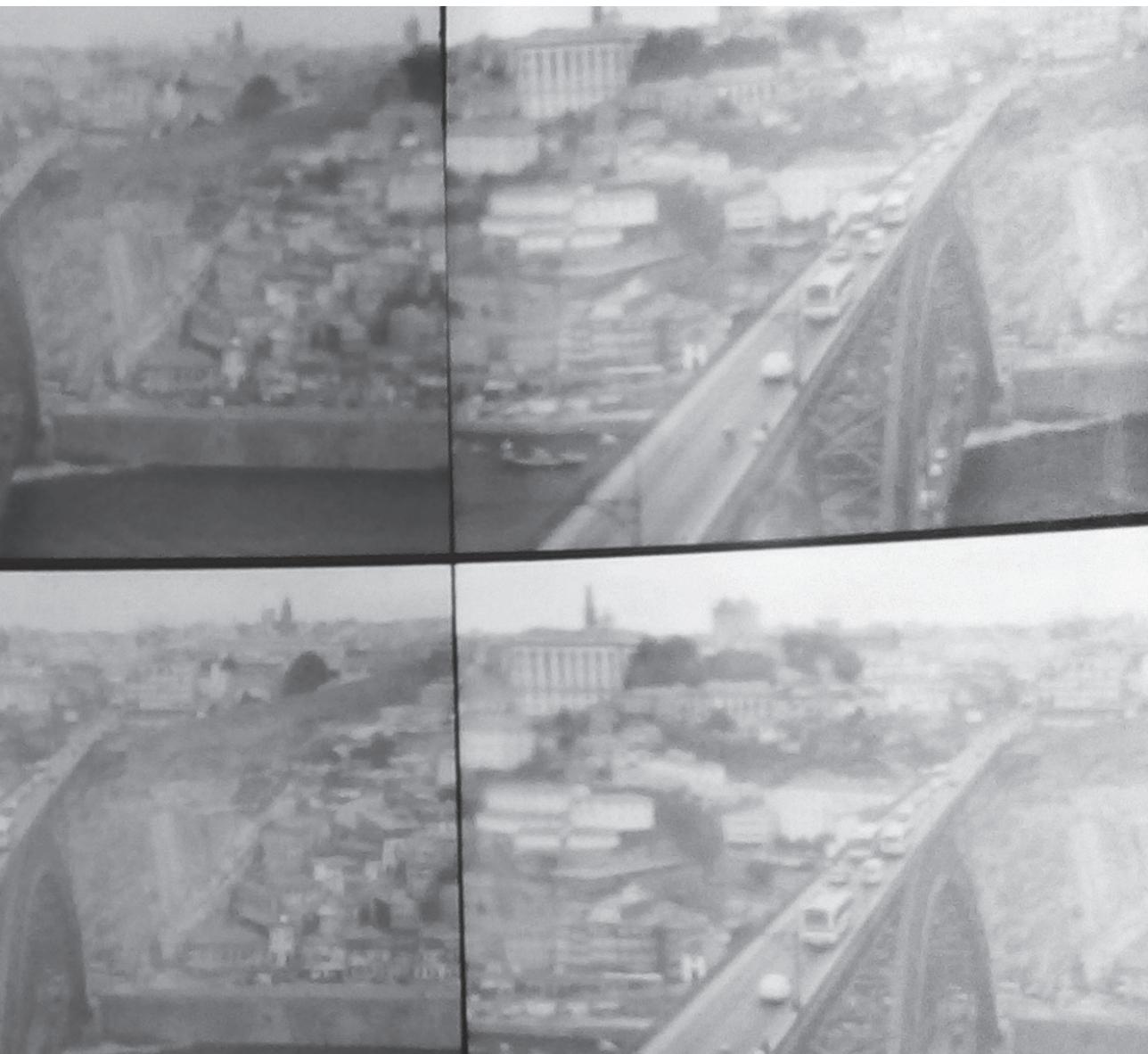
33) Como diríamos, espaços viabilizam o “A” – termo com que Andy Warhol se denomina na sua “biografia de A a Z”.

34) Veja-se: Ignasi Solà-Morales, *Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea*, Gustavo gili, Barcelona, 1998 (1995).



Porto, Portugal, ca.2001

# 1.0 APÓS A CIDADE INDUSTRIAL





# 1.1 O URBANO E A CIDADE

(Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado: "As novas formas urbano-territoriais: A cidade e o arquitecto" (2000), in: AAVV, Arq/a, Lisboa, Abril 2009, p.78-81).

## Uma nova realidade

Na nova realidade - surgida com a erupção da globalização cultural, a internacionalização económica e os progressos tecnológicos, tal como com uma diversidade de fenómenos urbanos -, estabelecem-se novas formas, dinâmicas e pressupostos de relacionamentos urbano-territoriais baseados na mobilidade e nos fluxos.

A cidade antiga/existente, de resto, vinha já revelando incapacidade de resposta às recentes solicitações (grandes operações e investimentos etc) as quais procuraram a dimensão, disponibilidade e acessibilidade de terrenos nas áreas periféricas. Paralelamente, os argumentos do centro (i.e. a concentração, proximidade e mistura funcional) foram perdendo algum sentido com a globalização da economia e o progresso das telecomunicações e transportes. O que podemos chamar de metropolização acarretou então um certo desfalecimento do centro tradicional e o aparecimento das longas periferias, tendo a cidade existente perdido a característica legibilidade e compactação, em prole de uma heterogeneidade de espaços urbanos e de um mosaico de tecidos periféricos em espontânea expansão territorial<sup>35</sup>, ordenada social, cultural, económica e politicamente pelas novas centralidades resultantes da reconfiguração do sistema urbano.

Nas palavras de Álvaro Domingues, "a cidade compacta de limites precisos, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais urbanas complexas, territorialmente descontínuas e ocupando territórios cada vez mais alargados."<sup>36</sup>

Tal justifica o recurso das abordagens recentes a um conceito mais complexo de cidade - "metapólis"<sup>37</sup> -, sem limite preciso nem centro.

---

35) O triunfo da cidade sobre o território é posto por exemplo por François Choay; veja-se: Françoise Choay, "A nova babel", in: AAVV, Arquitectura viva, Madrid, N.35.

36) Álvaro Domingos, "(Sub)urbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação de conceitos?", in: AAVV, Geografia: revista da faculdade de letras da universidade do porto, V.10-11, Porto, 1994-95.

37) O termo reporta a François Ascher; veja-se: François Ascher, Metapolis ou l'avenir des viles, Editions odile jacob, Paris, 1996.

A título de curiosidade, a perda de sentido a distinção centro/periferia e dos seus limites é bem expressa na notável passagem ficcional “As cidades contínuas” de Ítalo Calvino: “Se oculta em qualquer bolsa ou ruga deste transbordante circundário existe uma Penteseleia é só a periferia de si própria e tem o seu centro em toda a parte, já renunciaste a compreendê-lo? A pergunta que agora começa a roer-te a mente é mais angustiante: fora de Penteseleia existe um fora? Ou por mais que te afastares da cidade, te limitas a passar de um limbo a outro e nunca mais conseguirás sair?”<sup>38</sup>

Verificamos que ao nível das intervenções arquitectónicas, projectos como os de Florian Beigel diluem as fronteiras entre a cidade e o território, movidos pela conceptualização de uma paisagem mutante construída a todas as escalas. Como refere Beigel e Christou: “interessa-me a combinação do natural e do artificial na paisagem, ...a dissolução de limites ...entre artificialidade e natureza ...A diferenciação entre cidade e paisagem perde progressivamente sentido, já não existe cidade nem tão pouco paisagem, ... há um novo urbanismo que engloba tanto o sistema da paisagem como o da cidade.”<sup>39</sup> Outros projectos - como a série “edges of a city” de Steven Holl - tem como programa explícito estabelecer limites e explorar estratégias para conter a periferia nos extremos da metrópole expandida e da paisagem rural, através de edifícios de espacialidade e usos híbridos.<sup>40</sup>

Em consonância com estes casos práticos, inúmeras teorias procuram também descrever os fenómenos da cidade actual e dar conta da sua complexidade. Neste sentido, algumas análises contemplam a dimensão espacial da globalização (ex: Edward Soja e David Harvey); a crise conceptual dos termos centro/periferia, urbano/rural, identidade local/globalização etc; e muitos outros esforços pretendem compreender a situação da arquitectura/forma urbana actual.

Também no campo teórico, alguns eventos - como “Nuevos paisagens” ou o “XIX congresso da UIA” em Barcelona - procuraram fornecer categorias teóricas e denominadores urbanos que possibilitem entender a complexidade da cidade actual. A cidade contemporânea, segundo expôs Ignasi Solá-Morales, é, na sua nova condição, múltipla, descentrada e fragmentada; composta pelo relacionamento instável de várias categorias-sistemas (sócio-económico, artístico-cultural e físico-arquitectónico) solidificados num percipitado pela arquitectura.<sup>41</sup> O evento “XIX congresso da UIA”, para cuja publicação escreve Ignasi, avança cinco categorias que se tornariam

---

38) Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, Editorial teorema, Lisboa, 1994, p.159.

39) Florian Beigel e P. Christou, “Paisagens épicas”, in: AAVV, *Nuevos paisagens*, Actar, Barcelona, p.193.

40) Podemos referir a “Secção” em Rochester (1989); os “Cinco pontos” em Cleveland (1989); o “Novo limite” em Manhattan (1990) e a “Nova hierarquia de espaço públicos” em Dallas-forth worth (1990). Veja-se por exemplo: AAVV, *Quaderns*, Barcelona, Novembro-Dezembro de 1992, p.78-88.

41) Ignasi Solá-Morales, “The cities of the city”, in: AAVV, *Metropolis master program* (policopiado), Barcelona, 1998.

marcantes como plataforma de discussão.<sup>42</sup> E no que respeita à referida “Arquitectura da paisagem”, por seu lado, propõe-se como leitura de uma paisagem aberta à mudança onde se insere arquitectura cuja influência está para além da contiguidade física<sup>43</sup>. Sob o termo “Novas paisagens”, Eduardo Bru expressava assim a destabilização da distinção artificial/natural e urbano/rural presente no modelo de cidade difusa; estruturando uma realidade contemporânea diversificada e inapreensível frente a qual qualquer leitura “só pode dar ... conta de fragmentos para assentar, proviencialmente, interpretações”<sup>44</sup>

Recorde-se que na Europa ocidental, a integração física e funcional da cidade/campo, ocorrida com a dispersão das actividades e formas de vida urbana pelo território, dissolveu especificamente a separação tradicional urbano-rural e origina sistemas territoriais denominados pelo termo “cidade difusa”. E este processo, que nas últimas décadas teve quatro fases - a mancha de azeite, a suburbanização, a periurbanização e a rururbanização -, tem como consequência a organização do território em redes espaço-temporais que o articulam e conectam por meio de fluxos transnacionais. Neste contexto Oriol Nel-lo identificou cinco tipos de parâmetros<sup>45</sup> que correspondem a tentativas de delimitação da cidade por diversos autores. Interessaria aqui salientar sobretudo o último desses parâmetros, que delimita as áreas territoriais atendendo a critérios funcionais de mobilidade (ex: pessoas, bens e informação) e assim constitui a “definição do espaço urbano como uma rede de relações”<sup>46</sup>. Como refere Nel-lo, “a utilidade do conceito de cidade difusa é precisamente, a de definir um momento neste processo histórico - aquele em que as redes de relacionamento abarcam, já totalidade do território e fazem de todo o território, cidade”<sup>47</sup>.

---

42) O “XIX congresso” da UIA foi organizado em cinco categorias, propostas como plataforma de discussão, que representam de certa forma os novos fenómenos urbanos que, nas últimas três décadas, se identificaram em múltiplas situações de transformação dos sistemas urbanos difusos, desconcentrados e altamente conectados. “Mutações e “espaços de fluxos” Indicam esta nova relação espaço-temporal. “Contentores” e “terrain vague” identificam os novos espaços que genera”. Veja-se: Josep Ramoneda, in: AAVV UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, 1996, p.9.

43) Na publicação “Nuevos paisagens”, o quadro de posições encontradas são expressas por quatro termos: #Infiltraciones” (a expressão territorial na cidade); no lado oposto “landmark” (a urbanidade fora da cidade); “fronteiras” (enfrentamento da dispersão urbano-territorial); “paisagens interiores” (relacionamento com o território a partir do edifício). O primeiro par pretende formalizar a cidade global e o segundo afirma a cidade local.

44) Eduardo Bru, in: AAVV, Nuevos paisagens, Actar, Barcelona, 1999, p.9.

45) Os quais podem ser vistos complementarmente.

46) O ensaio de Oriol Nel-lo aborda a configuração das realidades urbanas contemporâneas e a dificuldade de as delimitar territorialmente e controlar. Os tipos de parâmetros de delimitação são: o estatuto jurídico, as definições morfológicas, a estrutura económica e hierarquia dos serviços e a hierarquia dos espaços funcionais. Veja-se: Oriol Nel-lo, “Los confines de la ciudad sin confines: Estructura urbana y límites administrativos en la ciudad difusa”, in: AAVV, La ciudad dispersa: suburbanización e novas periferias, CCCB, Barcelona, 1998, p.35-57.

47) Ibid.

Temos, há algum tempo, vindo a assistir à conformação de uma nova ordem económica, social e geográfica mundial; que acarreta o surgimento de uma nova geografia mundial, onde “o conceito de centralidade foi profundamente alterado pelas novas tecnologias e pela globalização”.<sup>48</sup> Progressivamente, um novo centro transterritorial foi então formado pelo que Saskya Sassen apelidou de “cidade global”, ficando as áreas metropolitanas e regiões constituídas com “a forma de uma grelha de nódulos de intensa actividade negocial”.<sup>49</sup>

Interessa ainda referir que a nova ordem económica da globalização<sup>50</sup>, traduz-se também na referida fragmentação territorial e em novos modelos de organização e morfologias urbanas. De facto, como refere Francesc Munoz e Ignasi Solà Morales, a economia global baseia-se em redes de pequenas cidades, numa certa desconcentração,<sup>51</sup> que sobrecentraliza alguns núcleos urbanos à escala global, enquanto outros se especializam formando uma rede transnacional. Estas alterações económicas e as paralelas transformações urbanas globalizam a cultura urbana, o que reclama um reposicionamento arquitectónico na perspectiva desses autores.<sup>52</sup>

Saliente-se que se no modelo territorial da dita cidade difusa surgem as novas formas espaciais de centralidade periférica (as “edge cities” de Joel Garreau, etc); igualmente ocorre uma reconfiguração do uso das concentrações urbanas onde emergem, em grande parte, também as dualidades sociológicas expostas por autores como Manuel Castells.

Não devemos de facto deixar de referir que as localidades à margem dos três centros informacionais e financeiros da dita global city, estão perante a dominação cultural exercida pelas forças económicas, o que tem também uma expressão espacial. A cidade reconfigurada significa, também, uma multiplicidade de lugares com os seus dramas e desigualdades. Uma cidade descentrada socialmente, multi-étnica e multi-discursiva, onde se dissemina a injustiça e o controle.

A globalização vem pois também significar a fragmentação da cidade em pedaços e enclaves; todos incorporados numa cidade global, em que se generaliza um modo de vida genérico (que tanto interessou a Rem Koolhaas).

Constata-se retrospectivamente que após a destruição dos limites da cidade tout court (i.e. as muralhas e portas), seguiu-se a sua dilatação, a debanda da sua população para os subúrbios, e mesmo das suas indústrias para outros países. Com a internacionalização comercial e a compressão espaço-temporal electrónica vai-se concretizando a dita cidade global - uma cidade de débil identidade urbana, onde a arquitectura é tematiza-

---

48) AAVV, “The topoid of e-space cities and global values chains”, in: AAVV, *Politics-poetics: Documenta X: the book* (catálogo da exposição), Kassel, 1997, p.736-745.

49) Ibid.

50) Configurada pela transição para um modelo de produção e consumo pós fordista com as melhoras nos transportes e comunicações e com o protagonismo dos serviços especializados de apoio às empresas.

51) I.e. o centro define-se como a administração das periferias produtoras.

52) Ignasi de Solà-Morales e Francesc Muñoz, “Ciudades del mundo, hoy: las formas urbanas da globalización” (policopiado fornecido ao autor), Barcelona, s.d.

da ou homogeneizada pela disseminação das multinacionais, e o centro reconstruído como business ou creative district é conectado a contextos distantes. A antiga ideia de fortificação é agora retomada pela separação ricos/pobres, e pela vigilância e pela disseminação de condomínios elitistas; ao mesmo tempo que as próprias cidades se tornam em entidades competitivas na nova ordem económica mundial. De forma notável, Kyong Park identifica, no contexto asiático, a expressão destas desigualdades.<sup>53</sup> Nomeadamente nas cidades gémeas recentemente edificadas e em múltiplas construções onde, as atitudes superficialmente contextualizantes dos profissionais ocidentais a quem são entregues grandes encomendas, não conseguem mascarar um novo colonialismo.

Perante as potencialidades negativas e positivas da nova realidade urbano territorial, a arquitectura deve repensar o seu papel articuladamente com a questão da pólis. A situação da última década dos anos 90s é já distinta da reestruturação urbana americana que, nos anos 60s, representou o processo mais radical desde a emergência das cidades capitalistas industriais do século XIX. Ignasi Solá-Morales refere igualmente que a mudança da megalópolis actual é distinta da ocorrida com a da cidade capital ou da grande "grossdat". E uma série de fenómenos radicais nas últimas décadas foram identificados; desde as "edge cities" de Gottmann na década de 1960, às "global cities" de Saskia Sassen na década de 1990, até aos novos sistemas urbanos que vão surgindo e sendo analisados de Los Angeles<sup>54</sup> à América do Sul<sup>55</sup>.

Mas se na hora de compreender a metrópole contemporânea poderíamos recorrer a diversos autores, gostaria de concluir remetendo para o referido Edward Soja.<sup>56</sup> Este autor, de facto, fornece a nosso ver uma das abordagens mais interessantes e complexas. Com o propósito de compreender o que se tem verificado nas metrópoles durante o último quarto de século, Edward Soja retoma as macro abordagens urbanísticas, apresentando e analisando seis discursos sobre o que denomina "pós-metropole".<sup>57</sup> O primeiro desse conjunto de discursos - sobre a cidade industrial pósfordista - relaciona a industrialização e o processo de urbanização, explicando as diferenças entre as metrópoles modernas fordistas e as pós-metrópoles pósfordistas. O segundo - sobre a globalização da cidade mundial - salienta a competitividade e dualidade urbanística. O terceiro - denominado "exopólis" - diz respeito ao crescimento, às cidades limítrofes e à reconstituição de cidades vitoriosas. O quarto refere-se à reestruturação do mosaico social e suas desigualdades. O quinto - referente à emergência de um "carceral arquipelago" - está baseado na visão política radical de Mike Davis<sup>58</sup>, autor que descreve a cidade como um conjunto de enclaves, vigiados e policiados. E

---

53) Kyong Park, "Images of the future: the architecture of a new geography", p.125-143.

54) Ex. Edward Soja.

55) Ex. Saskia Sassen.

56) Autor que já esteve no nosso país a pretexto do plug-in "Multiple scales" que há anos concebi para a bienal "Experimenta design".

57) Sobre Edward Soja veja-se os livros: "Postmodern geographies" de 1989; "Thirdspace" de 1996; e sobretudo "Postmetropolis" de 2000.

58) I.e. o "City of Quartz" de 1990.

o sexto, que contempla a infiltração do discurso da “sim city” no imaginário e na vida urbana, acentua a necessidade de considerar seriamente assuntos como o “simulacro” de Jean Baudrillard, a sobreposição da simulação à realidade.<sup>59</sup> Como resumo, podemos dizer que o primeiro par de discursos (i.e. pós fordista e globalização) referem-se sobretudo aos processos resultantes da reestruturação da metrópole moderna; o segundo par é sobre as consequências espaço-sociais; e o terceiro par é sobre o feedback social relativamente aos efeitos da reestruturação urbana na pós-metrópole.

A nosso ver consegue-se assim abarcar, no geral, uma multiplicidade de abordagens suscitadas pela cidade e realidade urbano-territorial contemporânea, a que sem nos estendermos se aludiu resumidamente. Uma cidade expandida, organizada globalmente em rede, frequentemente desigual e progressivamente articulada pelos fluxos da mobilidade; mas também uma cidade frequentemente desigual reclamando ao arquitecto uma reflexão sobre o papel da sua disciplina e da arquitectura perante uma realidade que parece continuar apesar da crise.

---

59) Veja-se ainda o relacionado com Edward Soja em: Sallie Westwood e John Williams, *Imagining cities, scripts, signs, memory*, Routledge, Nova Iorque, 1997. É neste último que Edward Soja por exemplo aborda aspectos como a simulação urbanística, o themepark, ou mesmo o “ciberespaço” a que nos temos referido de sobremaneira.

# 1.2 O URBANO E O ESPAÇO PÚBLICO

(Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado, "O espaço público na condição urbana contemporânea", in: AAVV, Arq/a, Lisboa, Setembro 2009, p.72-73).

## Um "outro"

Da reflexão sobre o espaço público ressalta, a nosso ver, a consolidação actual de três fenómenos intimamente ligados à experiência urbana da metrópole: o espectáculo, o controle e o consumo. Tais fenómenos, cuja génese remete para a formação da cultura burguesa do século XIX, foram desenvolvidos durante as últimas décadas associados a um desejo de ócio e entretenimento, à espectacularização da sociedade e à cultura visual, à moda e à publicidade, à cultura de massas e à globalização, à mobilidade e à tecnificação informacional.

A metrópole contemporânea surge-nos aqui vista como estrutura espacial e de sociabilização onde esses usos e fenómenos tomam lugar, situação que comporta uma incidência profunda ao nível da espacialidade e vivência urbana. Na metrópole os "não-espacos" (usando a categoria de Marc Augé) uniformizados e sem referência histórica, são consumidos espectacularmente pelo indivíduo a-étnico sob condutas precisas e controladas dentro da noção de capitalismo tardio. A condição metropolitana converte-se em matriz do espectáculo, do consumo e do controle. O espaço público, como o entendemos, tornou-se frequentemente, e enquanto derradeiro "outro", no verdadeiro excluído.

## Espectáculo / consumo / controle

Os três referidos fenómenos, que foram alvo de análise de múltiplos pensadores, mantêm uma articulação complexa entre si, consolidada ao longo de mais de um século, conformando uma engrenagem sobreposta ao espaço público, que se auto-sustenta e que provavelmente será impossível de desmantelar.

Difícilmente poderíamos, no âmbito deste ou de outro texto, apropriar essa engrenagem. Optámos pois por observar apenas um desses fenómenos, sabendo que a referência aos outros fenómenos que com ele conformam a engrenagem que pauta a experiência contemporânea, emerge permanentemente. Nenhum sobrevive sem os outros.

Relativamente ao fenómeno do “espectáculo”, poderemos dizer que foi como sabido descrito por Guy Debord, referindo-se à crescente importância da imagem e da estética na sociedade do consumo que, falsificando o quotidiano, torna a própria sociedade em algo espectacularizado. Esta estetização da sociedade expressa-se na paisagem urbana, convertendo-nos em consumidores de símbolos sem juízo estético. (Neil Leach falou ainda de uma anestesia “anestésica” na arquitectura). A imagem converteu-se em ferramenta para a comercialização dos produtos urbanos, os quais possuem um valor simbólico ligado à identidade colectiva ditada pela moda. A abordagem do fenómeno do espectáculo não se restringe, a nosso ver, a expressões depreciativas e prejudiciais, alargando-se ao protagonismo actual do marketing e às estratégias de recuperação e valorização urbanas que vem sendo desenvolvidas um pouco por todo o lado.

Relativamente ao fenómeno do “consumo”, ele remete para o papel histórico que a cidade sempre assumiu como foco comercial, sobretudo para o desenvolvimento de espaços dirigidos exclusivamente ao comércio e ao consumo, como as arcadas burguesas do século XIX<sup>60</sup>, as lojas por departamentos, o centro comercial suburbano, o ressurgimento do pequeno comércio, e a performance global com a migração, a mobilidade turística, a miscigenação e a uniformização dos mercados locais que oferecem o mesmo produto em qualquer local do planeta. O fenómeno do consumo não se deve restringir, a nosso ver, à análise dos espaços comerciais, mas ao conjunto de práticas socioeconómicas de consumo reincidente e induzido, que caracterizam a cultura contemporânea de massas dentro do cenário urbano. Menciona-se igualmente o papel da mecânica comercial relativamente ao desenvolvimento da cidade, aos seus usos e estética.

Relativamente ao fenómeno do “controlo”, como veremos, ele refere-se à sujeição à vigilância e à disseminação de formas de controlo social com que convivemos quotidianamente. O encerro e papel da arquitectura como instrumento de controlo e castigo que Michel Foucault identificou no século XVII tem lugar actualmente. O mito do anonimato privado esconde a realidade do olhar indiscreto Benthamiano e Orwelliano de grupos de poder movidos pelos mais variados interesses. Proliferam câmaras de vigilância, escutas telefónicas, sistemas de registo bancário, timers televisivos, registos de perfis electrónicos na Internet, sistemas sofisticados como o GPS e o Eschelon; a contratualização a que estamos sujeitos em condomínios fechados e shoppings; o interesse mediático pela vida pública, a exposição da intimidade individual em programa televisivos.

A vida metropolitana é o local da sobreexposição da sociedade, em que se cartografa, controla e conduz a identidade do corpo social a que todos nos comprometemos. Ressalve-se obviamente, que esta análise do controle não significa a inexistência de benefícios das novas lógicas rizomáticas oferecidas pelos media, dos novos modos de pensamento e arquitecturas pós-modernas, e das possibilidades de eleição oferecidas na cidade global contemporânea. São em geral estes aspectos a ter em conta.

---

60) Veja-se o evento “Nutopia” centrado nas arcadas de Cardiff.

Para reflectir sobre o “encerro”, não se comece linearmente só pelo espaço público. O público (e não o privado) suscitou, pelo menos até recentemente, maior atenção na história do pensamento da arquitectura e, já desde Aristóteles, que a pólis possuía uma posição superior à oikos. Como sabemos a mutação cultural que ocorre na sociedade contemporânea, dilui várias fronteiras (local/global, urbano/rural, etc) entre as quais entre o privado e o público, o que obviamente comporta um impacto na arquitectura. Então pareceria produtivo análises do “público” que se fizessem também atendendo à manifestação da sua tensão com o privado. Pessoalmente, interessa-nos como princípio um “entre” Gilles Deleuziano, a tensão entre os dois. Neste caso a tensão do público no privado, e vice-versa, a qual foi crescente, no sentido da casa deixar de ser o lar em que um ocupante habita, protegendo-se física e psiquicamente e reconhecendo-se longe dos seus papéis sociais.

De facto, a sobremodernidade parece ter sido o culminar de uma histórica debilitação dos conceitos caracterizadores da domesticidade: a privacidade e a intimidade. Ambos se tornam alvo de um processo de pressão, em que esfera pública se mescla com a privada.<sup>61</sup>

---

61) A título de curiosidade, refira-se por exemplo que este processo subversivo socorre-se hoje, para o bem e para o mal, também dos media, permitindo-nos nós noutro artigo tomar o “grande irmão” e questionar se esse “encerro” mediático não expressa o real?



New York, EUA, 2010

## **2. INTERVIR NA CIDADE NO FIM DO SÉCULO XX**





# 2.1 O URBANO E A ARQUITECTURA

(Publicado originalmente em: Gonçalves Furtado, "Estruturação e suportes da produção de espaço urbano", in: AAVV, Dédalo, N.5, Fevereiro 2009, Porto, p.112-127).

## Operatividade da arquitectura na realidade urbano-territorial<sup>62</sup> contemporânea

"A ordem e a desordem dependem da organização; a coragem e a covardia, das circunstâncias; a força e a fraqueza, das disposições. Quando as tropas ocupam uma situação favorável, o covarde torna-se bravo. Se estão perdidas, o bravo vira covarde. Na arte da guerra não existem regras fixas. Apenas podem ser talhadas segundo as circunstâncias."<sup>63</sup>

A cidade constitui na cultura contemporânea um fenómeno crucial. A complexa diversidade dos fenómenos urbano-territoriais, a erupção da globalização, a internacionalização económica e os progressos tecnológicos urgem um reposicionamento inevitável da arquitectura na nova realidade urbano-territorial.<sup>64</sup> Esta reflexão, embora atenta às substâncias sócio-culturais e económico-políticas que são espacializadas, acentuará a operatividade de uma abordagem morfológica, colocando-se ênfase na forma físico-espacial urbana, que as sedimenta sendo tomada como objecto-objectivo.<sup>65</sup>

As recentes dinâmicas territoriais e existência de formas urbanas de diferentes naturezas (entre a cidade existente e as emergentes) justificam e requerem aproximações distintas (metodológicas - criação/extensão,

---

62) Ao afirmar que "a cidade já não existe" Rem Koolhaas refere-se à irrelevância dos conceitos de cidade tradicionais, num reconhecimento da sua condição contemporânea. Veja-se: Rem Koolhaas, "What ever happened to urbanism?", in: S,M,L,XL, Monacelli press, Nova Iorque, 1995.

63) Expressão retirada de um tratado japonês escrito há mais de 2000 anos. Veja-se: Sun Tzu, A arte da guerra, Europa América, Lisboa, 1993.

64) Josep Martorell questiona: "ver se a arquitectura tem algo a dizer às cidades, e em todo o caso, o que lhes tem a dizer". Veja-se: Josep Martorell, in: AAVV UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996. Nas palavras de Ignasi Solá-Morales "os processos próprios deste novo mundo são demasiado evidentes para virar a cara e os negar". Veja-se: Ignasi Solá-Morales, in: AAVV UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.11.

65) "Morfologia: tratado ou estudo da forma exterior que a matéria ou os seres vivos podem tomar, parte da gramática que se ocupa das formas e das modificações das palavras". Veja-se: AAVV, Dicionário da língua portuguesa, Porto editora, Porto, 1997.

readaptação/reestruturação, etc - e instrumentais). Isso permite eventualmente reflectir sobre modalidades de intervenção adequadas, com uma prioridade para o domínio público<sup>66</sup> (teia estruturante da forma da cidade) e os pressupostos de relacionamento territorial (baseados na mobilidade e fluxos) advindos da nova relação espaço-temporal.

O texto seguinte expõe, no seguimento deste introito, uma série de conteúdos relacionados com o tema.

## A realidade urbano-territorial contemporânea

“Porquê vir a Trude? interrogava-me. E já queria partir. Podes apanhar o avião quando quiseres - disseram-me, - mas vais chegar a outra Trude, igual ponto por ponto, o mundo está coberto por uma única Trude que não começa nem acaba, só muda o nome no aeroporto”<sup>67</sup>.

A cidade antiga revelou enormes incapacidades de responder às recentes solicitações (grandes operações e investimentos), que procuram a disponibilidade, dimensão e acessibilidade de terrenos nas áreas periféricas. Também os argumentos do centro (concentração, proximidade, mistura funcional) perderam sentido com a globalização<sup>68</sup> da economia e o progresso das telecomunicações e transportes.

A metropolização acarretou o desfalecimento do centro, o declínio de indústrias pesadas e o aparecimento das longas periferias; tendo a cidade existente perdido a característica legibilidade e compactação, numa heterogeneidade de espaços urbanos e mosaico de tecidos periféricos em espontâneo crescimento expansivo territorial<sup>69</sup>, ordenado social, cultural, económica e politicamente pelas novas centralidades resultantes da reconfiguração do sistema urbano. Outros processos de formação foram identificados em diferentes contextos geográficos.

---

66) Josep Martorell refere: “o destino da cidade é a convivência das pessoas. Os âmbitos de convivência são os espaços públicos, ao ar livre ou não, os quais permitem as relações interpessoais, colectivas e que os cidadãos se possam conhecer e conviver”. Veja-se: Josep Martorell, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.6.

67) Veja-se: Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, Editorial teorema, Lisboa, 1994.

68) Assistimos ao surgimento de uma nova geografia mundial, onde o conceito de “centralidade foi profundamente alterado pelas novas tecnologias e pela globalização.” Um novo centro transterritorial foi então formado pela cidade global, sendo as áreas metropolitanas e regiões constituídas “na forma de uma grelha de nódulos de intensa actividade negocial”. Uma nova ordem económica, social e geográfica mundial. Veja-se: “The topoid of e-space cities and global values chains”, in: AAVV, *Politics-poetics, Documenta X: the book* (catálogo da exposição), Kassel, 1997, p.736-745.

69) O triunfo da cidade sobre o território é posto por Françoise Choay. Veja-se: Françoise Choay, “A nova babel”, in: AAVV, *Arquitectura viva*, Lisboa, N.35.

A cidade contemporânea é na sua nova condição, múltipla, descentrada, e fragmentada.<sup>70</sup> Composta pelo relacionamento instável de várias categorias-sistemas (sócio-económico, cultural-artístico, e físico-arquitectónico) solidificados num pricepitado pela arquitectura.<sup>71</sup> Isso justifica o recurso das abordagens recentes a um conceito mais complexo de cidade – a “metapólis” de François Ascher<sup>72</sup>, sem limite preciso e centro. Simultaneamente, a análise do fenómeno urbano e decifração da cultura metropolitana, reconhecendo a contemporânea interpenetração dos saberes, recorre a várias perspectivas assentes em parâmetros distanciados dos convencionais de permanência e estabilidade.<sup>73</sup>

## Alterações metodológicas e instrumentais

Assistimos simultaneamente à desadaptação do planeamento rígido e determinista ao contexto actual, em que a participação no processo de construção da cidade perante a escassez de meios e poder<sup>74</sup> recorre sobretudo à condução das oportunidades (e sua pretensão transformadora) e da participação privada<sup>75</sup>. As oportunidades e participação privada são usadas ao serviço do desenho urbano, resultando a forma do redireccionamento de estratégias (compromisso-concertação) e do controle de múltiplos actos privados na materialização de políticas e caracterização do espaço público.

Reclama-se como refere Nuno Portas, flexibilidade e a aportação de metodologias, meios e instrumentos mais flexíveis e eficazes ao controle e desenvolvimento urbano.<sup>76</sup> Isto é, ponderação do esbanjamento de energias versus desperdício de oportunidades de transformação urbanística<sup>77</sup>.

---

70) Álvaro Domingues refere: “A cidade compacta de limites precisos, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais urbanas complexas, territorialmente descontínuas e ocupando territórios cada vez mais alargados.” Veja-se: Álvaro Domingues, “(Sub)urbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?”, in: AAVV, Geografia: revista da faculdade de letras da universidade do porto, V. 10-11, Porto, 1994-1995.

71) Utilizam-se as designações de “categoria” e “pricepitado” de Ingási Sóla-Morales. Veja-se: Ignasi Sóla-Morales, “The cities of the city”, in: Metropolis master program (brochura), Barcelona, 1998.

72) O termo reporta a François Ascher. Veja-se: François Ascher, *Metapólis ou l’avenir des villes*, Editions odile jacob, Paris, 1996.

73) Tal é defendido por Ignasi. Veja-se: Ignasi Sóla-Morales, “The cities of the city”, in: AAVV, *Metropolis master program* (brochura), Barcelona, 1998.

74) Características da iniciativa, actores, propriedade, etc.

75) Parcerias, etc.

76) Veja-se: Nuno Portas, “La oportunidade no previste”, in: AAVV, *Lotus internacional*, N.69, Milão.

77) Fixáveis através de instrumentos e estratégias em áreas predispostas do território.

Também como refere Busquets<sup>78</sup>, o processo urbanístico contornando a sua convencional hierarquia plano/projecto desenrola-se por acções-projectos exequíveis de capacidade indutora para a cidade ou seu sector, reportadas interactivamente a uma estratégia geral<sup>79</sup>, com agilidade e compromisso.

Os chamados "projectos urbanos" permitiram a renovação do desenho urbano, a superação do dualismo infraestrutura/arquitectura e a valorização do espaço público colectivo na sua dimensão cultural. Uma série de alterações metodológicas emergem com o uso disciplinar de processos não convencionais, nomeadamente esta dualidade plano/projecto (anos 80s). Segundo Juan Busquets a recuperação do projecto urbano<sup>80</sup> e a prioridade à composição urbana dos anos 1970/80s, constituiu a maior "renovação instrumental e reelaboração da bagagem analítica e crítica"<sup>81</sup> no pós-guerra.

Também a actuação urbanística tende a alterar o relacionamento do sector público e privado (parcerias) e surgem igualmente novas formas de gestão e instrumentação urbanística (criação de grupos mistos específicos) para assegurar os objectivos urbanos gerais.

O planeamento como salienta Nuno Portas tornou-se operativo como um sistema interactivo de diversas formas interventivas (estratégias, plano e projecto)<sup>82</sup> que "tentam continuar a oferecer formas significativas a estes territórios da metápolis pós-moderna".

A própria figura do projecto urbano, bastante banalizada, insere-se actualmente em discursos mais latos. Das pontuais às grandes operações, constitui como expõe François Ascher um instrumento operativo<sup>83</sup>, que intervém no processo e controle de formação da cidade. Recorrendo à metodologia arquitectónica (em oposição à atitude moderna) catalisa oportunidades por acções exequíveis, como referia Juan Busquets, (identificadas interactivamente pelo plano, estratégias, etc.) e privilegia a produção de espaço público.

Paternalizada embrionariamente pelo discurso Aldo Rossiano reintroduz a participação da arquitectura na planificação (então açambarcada por outros especialistas) e foi igualmente responsável de sobremaneira (espe-

---

78) O sétimo ponto de Juan Busquets menciona "as categorias do projecto urbano ao terreno vago, as unidades complexas". Veja-se Joan Busquets, "Nous phénomènes urbans i nou tipus de projecte urbanistic", in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, p.285-286.

79) Programa ou conteúdo do plano.

80) O enriquecimento do âmbito de actuação da arquitectura urbana.

81) Veja-se: Joan Busquets, "Nous phénomènes urbans i nou tipus de projecte urbanistic", in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, p.286.

82) Tal é salientado por Nuno Portas. Veja-se: Nuno Portas, in: "Ciudades 3: pensar la viudad, vitalidad y limites del plan urbanistico", in: AAVV, Revista del instituto de urbanística de la universidad de valladolid, Valladolid, 1996, p.103.

83) A operatividade e natureza indutora do projecto urbano é posta por François Ascher. Veja-se: François Ascher, "Project public et rélisation privées: le renouveau de la planification des villes", in: AAVV, Les annales de la recherche urbain, N.51, Editora plain urbain, Ministère de l'équipement, des logement et des transports, Paris, 1992.

cialmente nos anos 80s quando posta em prática) pela criação de espaço público.

A “teoria dos fragmentos” (do IBA, das intervenções sob o nome de projecto urbano de Solans e Oriol Bohigas, etc), embora com insuficiência estruturante na nova condição da cidade, responde à crise da rigidez do sistema de planeamento (anos 60/70); e certos planos exaustivos<sup>84</sup> possibilitam disciplinarmente, sob condições favoráveis, a sua extensão. Outros mais “redutores”<sup>85</sup> denominados de terceira geração por Campus Venuti, (com a hibridiz de vários âmbitos reguladores e escalas variáveis), são aplicados sob condições especiais a cidades consolidadas e eixos de espaço público. Responde-se (paralelamente ao carácter soft dos países nórdicos e anglo saxónicos) às novas condições de governo urbano e exigências de reformulação do processo de planeamento perante a incerteza e competição entre cidades.

Esse embrionário dualismo (plano/projecto, arquitectura/urbanismo) em conjunto com a fundamentação teórica (contributo de Luiggi Mazza) inicia, nas palavras de Nuno Portas em “o planeamento urbano como processo de regulação variável” onde aborda todos estes assuntos, “o caminho até à aquisição para o planeamento ... dos chamados conceito de regulação e geometria variável”.<sup>86</sup> Inclusão híbrida de dois conteúdos-áreas com níveis-âmbitos de informação-regulação diferentes no mesmo documento formal, de acordo com a possibilidade de determinar o uso e a forma urbana. Precisão nos elementos persistentes, eixos de espaço público e áreas de desenvolvimento (transformação/expansão) e abertura nos elementos dependentes da surpresa e oportunidade. Também a aportação do planeamento estratégico<sup>87</sup>, visou superar a rigidez jurídico-tipológica dos planos vigentes de segunda geração. A estratégia advinda do diagnóstico<sup>88</sup> formula, com a mais-valia de ser um elemento estruturante sistémico indicativo, hipóteses e prioridades políticas, que perante a explicitação de cenários de consciencialização permite desencadear imediatamente instrumentos de intervenção específicos (planos, programas e projectos).

Pondera-se os ingredientes a misturar na conformação de, como se pode arriscar dizer, uma “modalidade de intervenção”. À escala da metrópole, a introdução destes processos de planeamento, exposto entre outros por autores como Nuno Portas, revela claramente potencialidade perante o contexto actual.

---

84) Madrid, Pavia, Bolonha, Grenoble, Milão.

85) Bernardo Secchi em Lesi, Siena, Bérghamo; Campus Venuti em Bolonha; Vittorio Gregotti em Turim; e Manuel Solà Morales e Juan Busquets em cidades catalãs.

86) Sobre estes aspectos, veja-se: Nuno Portas, “El planeamiento urbano como proceso de regulacion variable”, in: AAVV, Ciudades 3: pensar la ciudad, vitalidad y limites del plan urbanístico, Revista del Instituto de urbanística de la universidad de valladolid, Valladolid, 1996.

87) Por vezes sob a forma de plano estratégico, como Nuno Portas expunha nas suas aulas.

88) Confrontação de políticas intervenções de meios recursos.

# O protagonismo da teia de espaço público e colectivo

A “teia de espaço público”, entendida como meio de qualificação urbanística, é cada vez mais considerada. Nomeadamente pela potencialidade de protagonismo como integrador de ocorrências e unificador das novas realidades.<sup>89</sup>

Esta reflexão, reclamaria uma paralela sobre os mecanismos de projecto necessários para assegurar o controlo da qualidade do espaço público. A imagem global do sistema de espaço público é condicionada pela integração dos projectos urbanos na escala superior da cidade. Por outro lado, na conformação da proposta, também as escalas intermédias e a pequena dimensão (detalhe, dimensão, materiais e repetição) tem um protagonismo estratégico. Referimo-nos a critérios de desenho e ao reportório-vocabulário de “elementos primários de urbanização”, segundo Aquiles Raventós que define o sistema de espaço público como aportação cultural valiosa e nivelador de sobremaneira da urbanidade da cidade.<sup>90</sup>

A diversidade de soluções, nasce da ponderação da resposta económico-funcional das soluções convencionais-locais ou da definição de outros critérios (com ideia distinta da morfologia-uso) adaptados coerentemente às características do espaço público. A dificuldade de, nas palavras de Aquiles Raventós, uma “exposição metodológica que dê corpo a uma cultura contemporânea da construção espaço público”<sup>91</sup>, advém dessas invariáveis da resposta ao requerimento de uso de cada cidade-território e a potência das variantes.

Numa hipotética capacidade estratégica da figura do “sistema de espaço público e colectivo”<sup>92</sup> assentou um desafio metodológico lançado aos alunos finalistas da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no ano lectivo de 1997-98.<sup>93</sup> A designação diferia da corrente de “público”, pois, como se referia no briefing dos professores Nuno Portas e Manuel Fernandes de Sá, ela “integra espaços de fruição pública que podem ter estatuto privado” mas também de “livre na medida em que integra espaços não cobertos por construção e espaços construídos de passagens ... e tam-

---

89) Josep Martorell refere mais reductoramente: “Em mudança, o edificado é de domínio público, sem excepção. É por isso que interessa o construído ... com elementos estruturantes da forma da cidade.” Veja-se, Josep Martorell, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, p.7.

90) Estas questões são o objecto de estudo de base de Aquiles Raventós. Veja-se: Aquiles Raventós, L'espai urbà, Criteris de disseny, Editions UPC, Barcelona, 199.

91) Ibid.

92) Perante a improbabilidade da relação urbanização edificação na cidade alargada emergente.

93) Programa da cadeira de “projecto V” (1997/98) da Faculdade de arquitectura da universidade do porto; coordenado pelos professores Nuno Portas e Manuel Fernandes de Sá. A título de curiosidade, saliento recordar-se que o desenho urbano dar forma à cidade sem predeterminação da forma, constituiu uma tradição algo extinta a meio deste século.

bém edifícios de equipamentos urbanos de fruição pública condicionada ou não.”<sup>94</sup>

O espaço público e colectivo transmetropolitano é aí “entendido como um sistema de redes, funções e significações que atravessa, transversalmente, morfologias urbanas profundamente diferenciadas e serve actividades e modos de vida distintos.”<sup>95</sup> A requalificação e reestruturação do dito sistema, articularia num corredor metropolitano, tecidos heterogéneos, infraestruturas, equipamentos, meio ambiente, actividades, factores de centralidade e de valorização urbana, sendo a sua natureza adequada às situações que suportava e relacionada funcional e formalmente com as arquitecturas e paisagens.

A “continuidade de certas qualidades” deste, poderão provavelmente, tornar “as aglomerações mais justas e igualitárias” e a continuidade de certas formas garantirem “a percepção e a leitura da identidade do todo urbano alargado, apesar da diferença das ... partes.”<sup>96</sup>

## **Redes, centralidades e novos tipos de espaço público**

“Se oculta em qualquer bolsa ou ruga deste transbordante circundário existe uma Pentesileia é só a periferia de si própria e tem o seu centro em toda a parte, já renunciaste a compreendê-lo? A pergunta que agora começa a roer-te a mente é mais angustiante: fora de Pentesileia existe um fora? Ou por mais que te afastares da cidade, te limitas a passar de um limbo a outro e nunca mais conseguirás sair?”<sup>97</sup>

Provavelmente conseguiremos constituir e desenhar suportes à produção do território partindo das redes e suas interligações, com estabelecimento de novos tipos de espaço público, e aportação estratégica simultânea dos espaços vazios. Esta pressuposição tem presente e visa integrar as ocorrências urbanas do contexto actual.

As redes de infraestrutura e comunicação<sup>98</sup> representam o suporte em que se apoiam as grandes operações e actividades<sup>99</sup> e os fluxos das recentes dinâmicas territoriais. O interesse no seu desenho deve-se à importância

---

94) Ibid.

95) Ibid.

96) Ibid.

97) Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, Editorial teorema, Lisboa, 1994, p.159.

98) I.e. eixos de transporte e informação. A título de curiosidade, gostava de remeter para o encontro BCN digital – “ciutat i nueves technologies” – o qual pretendeu, perante a nova distância da informação e comunicação na cidade global, analisar as influências sociais e de organização política tal como a possibilidade de uma fenomenologia moral e ética própria na sociedade da informação. Apelava-se também para que as cidades tomem as posições necessárias às reconversões.

99) Lúdico-culturais, terciárias, comerciais, residenciais, etc.

da sua potencialidade de estruturação da nova realidade territorial como qualificadora e unificadora do espaço urbano disseminado/alargado. Por exemplo o potencial das redes pode apoiar desde logo a conexão e complementaridades entre as periferias recentes e a cidade antiga e o reequilíbrio do seu centro.

O espaço arquitectónico, na crise de uma concepção estável-estática<sup>100</sup> procura, na complexa justaposição de fenómenos e fluxos<sup>101</sup>, redefinir-se e representar-se (viabilizando novas vivências e formas de relacionamento), constituindo-se como suporte das redes e como permissor de trânsito. O exemplo do caso de Eurolille, apoiando-se no nó do TGV e na sobreposição de redes, usufrui potencialmente da condição local-global. E a proximidade desta nova centralidade ao centro tradicional induz ao segundo o acolhimento de um tema novo da actividade urbana. O sucesso, saliente-se, deve-se simultaneamente à escolha do programa urbanístico, dos autores (arquitectónico e económico) e ao ênfase dado à participação privada. Este caso demonstra também como contemporaneamente os lugares atraem a selecção oportunista dos programas.

Outros fenómenos (contentores e espaços vazios) representam também novas hipóteses de criação de espaço público. Os “contentores” destinam-se a albergar as múltiplas funções ligadas à ritualização de um consumo (alimentos, cultura/lazer e informação) distanciada da subsistência e aos novos modos de vida espectacularizada.<sup>102</sup> A arquitectura acumula, na emergência do espectáculo cívico-colectivo, a iconosfera da cidade.

A imprescindível oferta de formas para estes espaços de despesa<sup>103</sup> constitui uma nova dimensão arquitectónica (a capacidade de lidar com a incerteza pela relativa independência entre forma e função-programa no alojamento da homogeneidade de actividades provisórias).<sup>104</sup> Nas palavras de Ignasi por altura do UIA de 1996, a sua proliferação periférica em “todas as grandes cidades do mundo continua um dos fenómenos arquitectóni-

---

100) I.e. nova noção espaço/tempo da física Einsteiniana. Como é sabido, o princípio de incerteza por Heisenberg em 1927, como consequência da física quântica, afirma que há sempre incerteza em medições simultâneas da posição de uma partícula (ou da sua velocidade e posição simultânea).

101) I.e. materiais de pessoas, bens, e imateriais de serviços, informação. A nova noção espaço temporal e conceptualização da figura de fluxo “começaram a ocupar lugar central na hora de explicar a arquitectura e a cidade contemporeâneas”. Veja-se: Ignasi Solá-Morales, in: AAVV UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, p.14.

102) A cultura torna-se efémera, como a cidade, sobrepondo-se à experiência do indivíduo. Veja-se: Guy Debord, *A sociedade do espectáculo*, Edições mobilis in mobile, Lisboa, 1991.

103) Não poderíamos deixar de fazer referência à “despesa” que permite a ritualização da troca e consumo na perspectiva de Jean Baudrillard. Veja-se: Jean Baudrillard, *A sociedade de consumo*, Edições 70, Lisboa, 1995.

104) Os contentores aqui surgem entendidos como o alojamento de actividades provisórias. Veja-se também: Rem Koolhaas, *S M L XL*, Monacelli Press, Nova Iorque, 1995.

cos e metropolitanos mais poderosos e determinantes dos últimos vinte anos.”<sup>105</sup>

Reframos que o privilégio dos objectivos económicos dos novos príncipes<sup>106</sup> da arquitectura nestes espaços lúdico-comerciais<sup>107</sup>, estende-se ao mercado residencial<sup>108</sup> e às operações agressivas e destrutivas<sup>109</sup> despoletadas imprevisivelmente e autonomamente sem interacção com as condições da cidade envolvente às áreas mutantes.

As mutações expõem, e por vezes subvertem, a necessidade de mudança da cidade. A ExpoLisboa 98 é um dos muitos casos que tenta aproveitar os recursos da oportunidade de um evento efémero para reconversão de uma área em obsolescência (embora a concentração pareça inibir a pretensão de efeitos sócioeconómicos e físicos na escala da cidade).

A minimização dos problemas e o asseguramento da “passagem de um estado urbano a outro”<sup>110</sup> reclama a introdução da arquitectura nestes processos geradores<sup>111</sup>, como um mecanismo interactivo de estruturação das especialidades e aplicação de energias/recursos com comportação de pressupostos fundamentais de desenho e qualidade expressiva tal como de capacidade de mobilidade.

Toda a diversidade de fenómenos, operações e ocorrências devem ter de facto a capacidade, ainda que actualmente bastante complexificada, de partilhar a cidade.<sup>112</sup> A heterogeneidade pós-moderna afirma uma inevitável diversidade de opostos, sendo a cidade (obra global de arquitectura) e o edifício desenhados em dois âmbitos distintos. Perante alguma des-

---

105) Veja-se: Ignasi Sóla-Morales, in: AAVV, Present i futurs, arquitectura a les ciutats: UIA 96, COAC/CCCB/ACTAR, Barcelona, 1996, p.20.

106) Aluda-se que no “sistema de controlo” de versão deleuziano, ex. em “Post script on the societies of control”, em que ninguém é identificável como responsável.

107) Sem nunca subestimar a importância dos incentivos à vida colectiva.

108) Abandonando a maioria do tecido edificado à especulação selvagem.

109) Josep Ramoneda refere que também “A filosofia espontânea do arquitecto é muito próxima do militar, ainda que praticada de outros meios, não sempre muito próximo à do militar nem sempre menos destrutivos. Ambos contemplam o território como um espaço disponível”; “A dignidade do arquitecto. Evitar que as cidades se destruíssem deveria ser o seu compromisso moral”. Veja-se: Josep Ramoneda, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.8-9.

110) Ignasi usa esta expressão reconhecendo a passagem de estados. Veja-se: Ignasi Sóla-Morales, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.14.

111) Relativamente a esta ideia, o autor anteriormente referido declara: “demonstram-se como uma tarefa inalcançável os ideais de integração, coerência e síntese que haviam presidido a produção artística do passado. Ao desvanecer-se estes ideais a tarefa da arquitectura apresenta-se modesta e frágil, como uma permanente tentativa, como uma insuperável provisionalidade.” Expressão apropriada descontextualizadamente de página 23 de: Ignasi Sóla-Morales, Diferencias: topografía de la arquitectura contemporânea, Gustavo gili, Barcelona, 1995.

112) Recordo a cidade de Colin Rowe, feita nas palavras de Josep Montaner, “de colisão, feita da ‘collage’ de fragmentos do passado e utopias.” Veja-se: Josep Montaner, Arquitectura e crítica, Gustavo gili, Barcelona.

qualificação actual, urge enfatizar a produção de edifícios-arquitectura significativos, detendo as propostas de organização-inserção urbana do projecto do edifício intenção de desenho<sup>113</sup> urbano, contributo efectivo à melhoria da qualidade de vida-valorização do espaço público urbano. De facto a “hipótese do fragmento delimitado”, que legitima a ruptura, poderá constituir também desperdício de oportunidades ao não participar numa estratégia territorial.

Após a ruptura imposta pelo moderno-universalização de um esquema funcional, a arquitectura viu na cidade mais do que um ponto referência. Ao olhar sobre si (perante a atenuação do crescimento e necessidade de expandir a cidade, a crise económica nos anos 70s e uma relativa recessão demográfica) deparou com um centro histórico deteriorado, a ruptura entre várias partes, e principalmente com a realidade do seu paradigma expresso nas extensas periferias.

A crítica partiu da sociologia/psicologia a que se associou o alarme sobre a necessidade de reconfigurar o ambiente urbano<sup>114</sup> através de arquitectura significativa, por posturas arquitectónicas de esperança, como os Team X numa renúncia à atitude totalizante ou ocasionalmente as megaestruturas.

Os anos 70s consolidaram finalmente uma nova visão histórica e a recuperação da cidade tradicional podendo constituir eventualmente “A arquitectura da cidade” de Aldo Rossi (1966), a que nos referimos, uma das primeiras respostas articuladas da relação arquitectura/projecto e cidade.<sup>115</sup>

Salientar a ideia de “lugar”<sup>116</sup>, tema que interessou à geografia urbana, antropologia e psicologia da percepção-espaço (Bachelard, Piaget, etc), que parece ter peculiar relação com a história e sua forma construída e referência como “contexto”. Objecto de análise urbana e frequentemente ponto de partida (unido à especificidade do projecto como programa) de muitas intervenções, torna-se material indissociável do projecto (como fonte e objectivo). A ênfase desta ideia, de uma forma aberta e “conceptualizada”, pode comportar a descoberta de concepções singulares da arquitectura na

---

113) Entenda-se desenho na acepção lata da palavra.

114) Ignasi Solà Morales, refere-se ao “reconhecimento da função viva que o património urbano do passado continua a possuir no presente; bem como ainda outra constatação, a noção de ambiente, conceito que aprofunda mais além do valor isolado dos simples edifícios. Ambiente urbano, envolvente urbana, noções procedentes da tradição paisagista que incorporavam à leitura de espaços urbanos a leitura de espaços urbanos complexos um tipo de aproximação em que os valores não se podiam separar dos valores evocativos, significativos ou históricos”. Veja-se: Ignasi Solà-Morales, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, p.2.

115) Análise urbana.

116) É interessante notar (com algum voluntarismo) como o discurso de Marc Augé poderia estar numa das faces da mesma moeda.

sua relação com a cidade.<sup>117</sup> Resultando o projecto da compreensão/leitura do fenómeno urbano na sua complexidade e de um conhecimento prático triado pelo conceito; numa poética permissora da descoberta de hipóteses de construção do lugar. Trabalhar para a solução do caso específico com ajuste à realidade existente sem que isso deixe de fora a possibilidade de avançar conceitos/leituras em continuidade; ou incluso<sup>118</sup> mesmo a hipótese do fragmento (ruptura/ transformação etc) delimitado.

Mas retomando o discurso central; também são as recentes fenomenologias urbanas responsáveis por múltiplas centralidades, que vão resultando, apoiadas nos eixos ou nós, de toda a reconfiguração do sistema urbano. Constituem estas, novas modalidades de intervenção arquitectónica que podem contribuir para a requalificação do sistema. Mais ainda, são todas estas várias formas urbanas a que nos temos vindo a referir que constituem actualmente a matéria-prima arquitectónica das actividades urbanísticas.

## A potencialidade dos espaços inactivos-inertes

Também os espaços em situação incluso de “terrain vague”, reportados a estratégias de intervenção, conseguem desenhar e constituir suporte à produção do território. As cidades estão plenas de territórios residuais, obsoletos ou improdutivos, responsáveis por fragmentações, ilegibilidades e indefinições que procuram ultrapassar a obsolescência (funcional ou espacial), expectância ou virgindade e revelar/procurar a sua apetência arquitectónica para a transformação. Na sua flexibilidade, detêm um potencial qualificante, por exemplo de estabelecer<sup>119</sup> continuidade entre periferias ou áreas desconexas.

Ignasi Sóla-Morales, na passagem “la forma de l’absència: terrain vague” do já referido texto introdutório do XIX congresso da UIA<sup>120</sup>, ou em “terrain vague” publicado na Anyplace, aporta com uma enorme sensibilidade, outra contribuição teórica. Em “terrain vague” encontra, no desmontar etimológico da palavra, a imprecisão do vazio; mas igualmente, a predisposição da expectância e sobretudo o encontro da liberdade e a memória, alheia à imitação da envolvente meramente produtiva. Lugar de encontro e de ar-

---

117) A discussão sobre esta ideia é-me recorrente (desde uma investigação desenvolvida individualmente no contexto de disciplina/curso com Ricardo Figueiredo); e ainda que aparentemente descontextualizada, calculo que minha posição actual possa trazer algum contributo ao projecto, nomeadamente perante a sua esterilidade na referida realidade urbana contemporânea.

118) Na complexidade de um contexto de heterogeneidade.

119) Geralmente tornadas objecto de projecto arquitectónico urbano.

120) O referido evento, organizado em Barcelona, esteve como sabido organizado nas cinco categorias propostas como plataforma de discussão, que representam de grande forma os novos fenómenos urbanos que nas últimas três décadas se identificaram em múltiplas situações de transformação dos sistemas urbanos difusos, desconcentrados e altamente conectados.

tisticidade silenciosa, como refere “Del nomadismo al erotismo”<sup>121</sup> Trata-se de espaços que também viabilizam a resistência arquitectónica, e, digamos, a possibilidade de uma individualidade identitária, do “a”<sup>122</sup>

A aproximação da arquitectura e desenho urbano, mais que a convencional integração, deveria por vezes gerir e preservar estes espaços estrategicamente, tal como por vezes ressaltar o seu simbolismo no ambiente urbano e “não converter-se num instrumento agressivo dos poderes e das razões abstractas”<sup>123</sup>

Na mesma publicação, Juan Busquets<sup>124</sup> salienta pragmaticamente as qualidades - que reconhecemos numa série de experiências contemporâneas - destes espaços quando reportados para a reconstrução da cidade. Da exposição de reflexões sobre a especificidade do projecto sobre-através do terrain vague (do potencial reestruturador dos interstícios centrais às situações de obsolescência funcional), salienta a presença de condições distintas<sup>125</sup>, tal como de objectivos de potenciação distintos<sup>126</sup> das distintas transformações.

De ambas, retiramos referências destes importantes materiais da actividade urbanístico-arquitectónica para a qualificação e estruturação de um urbano disseminado.

Ainda que marcada de instabilidade, complexidade e trânsito, a realidade urbano-territorial disseminada é hoje a nossa cidade.

Nas palavras de Lewis Mumford: “A missão final da cidade é incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico. Graças a sua estrutura complexa e durável, a cidade aumenta enormemente a capacidade de interpretar esses processos e tomar neles uma parte activa e formadora, de tal modo que cada fase do drama que desempenhe vem a ter, no mais elevado grau possível, a iluminação da consciência, a marca da finalidade, o colorido do amor. Esse engrandecimento de todas as dimensões da vida, mediante a comunhão emocional, a comunicação racional e o domínio tecnológico, e, acima de tudo, a representação dramática, tem sido na história a suprema função da cidade. E permanece como a principal razão para que a cidade continue existindo.”<sup>127</sup>

---

121) Veja-se o texto de Ignasi Solà Morales na Anyplace.

122) “A” é o nome genérico de Andy Warhol no seu livro “A minha filosofia de A a B.”

123) Veja-se o texto de Ignasi anteriormente referido.

124) Veja-se: Juan Busquets, “Nous fenómenos urbanos i nou tipus de projecte urbanistic”, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.280-287.

125) Por exemplo a relevância da singularidade espacial, construtiva, urbanística etc.

126) E suas coerências internas na cidade.

127) Veja-se: Lewis Mumford, A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas, Editora martins fontes, Lisboa, p.621.





## 2.2 O URBANO E O PATRIMÓNIO

(Capítulo correspondente a texto em coautoria com Rosa Macedo. Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado e Rosa Macedo, Da conservação arquitectónica à reabilitação urbana: Evolução de paradigmas no século XX e a necessária superação de dilemas iniciais, in: AAVV, Arq/a, Lisboa, 2010).

### Dilema

Escreveu o arquitecto português Fernando Távora: “A cidade, sem dúvida a maior criação física do homem e uma das mais significativas criações do seu espírito”.<sup>128</sup> Neste texto, pretendemos abordar esta significativa criação física proveniente do espírito do homem, na óptica da necessidade de reabilitação que hoje as cidades apresentam.

Na contemporaneidade, as cidades demonstram uma grande heterogeneidade formal e mistura de temporalidades. Com frequência, distingue-se a presença de núcleos com características específicas, necessários valorizar e simultaneamente adaptar ao panorama contemporâneos, a contextos distintos daqueles que estiveram na base da sua origem. De particular importância são as áreas designadas de “centros históricos”, aglomerados conformados em outros tempos (medievais, renascentistas ou barrocos), que sobrevivem nas cidades, por vezes isolados relativamente na nova organicidade urbana que se dilata até às periferias.

Interessar-nos-á salientar uma sequência de momentos e posturas distintas quanto à temática de intervenção em centros históricos. As preocupações com a intervenção nestas áreas, em grande medida, afirmaram-se no século XX. Tal não significa que não fossem anteriormente consideradas, mas determinaram-se então princípios mais específicos. Um dos períodos mais propiciadores de preocupações relativamente aos centros históricos foi, sem dúvida, o da industrialização, apesar de numa primeira fase essas incidirem somente na questão da recuperação, e naquilo que especificamente diz respeito ao restauro de monumentos. Salienta-se também, num período inicial, dois protagonistas em redor da teorização da preservação do património, ainda que ambos afastados quanto à forma de considerar o restauro - o francês Eugène Viollet-Duc (1814-1879)<sup>129</sup> e o inglês John

---

128) Fernando Távora, in: Nuno Portas, A cidade como arquitectura, Livros Horizonte, Lisboa, 2007, p.9.

129) Arquitecto francês ligado à arquitectura revivalista do século XIX, apresenta-se como um dos teóricos da preservação do património histórico. Veja-se por exemplo o livro: “Dicionário da arquitectura francesa do século XI ao século XVI.

Ruskin (1819-1900).<sup>130</sup> Viollet-le-Duc, interessado num estilo próprio caracterizador do século XIX, considerava o restauro enquanto combinação de particularidades históricas e de transformação advinda de intervenções criativas. Para o autor, restauro “significa restabelecer [em edifício] um estado finalizado, que pode de facto nunca ter existido em nenhum dado tempo”.<sup>131</sup>

Trata-se de uma postura algo utilitária quanto ao monumento. Esta consiste em algo distinto da valorização simbólica e estética defendida por Ruskin. Para John Ruskin, restaurar seria “tão impossível como ressuscitar um morto ... , significando a mais completa destruição que um edifício pode sofrer, destruição que consiste numa falsa restituição do monumento destruído”.<sup>132</sup> Trata-se de uma postura algo nostálgica, ou pelo menos assente numa certa nostalgia do passado. Neste sentido interessar-nos-ia salientar tratar-se de um aspecto que seria caracterizador dos princípios de intervenção em centros históricos no século XX. Identifica-se aí um reconhecimento do edificado envolvente ao monumento, geralmente constituído pela arquitectura doméstica. Em suma, a ideia de monumento histórico estende-se à cidade antiga, proporcionando a noção de “património urbano”.

Se o campo de acção das práticas de intervenção se delimita é, no entanto, permitido inovação e modificação, assim como metodologias diversas de projectar na cidade histórica. Progressivamente, ambas as posturas, de John Ruskin e de Eugène Viollet-le-Duc, começam a ser alvo de indagação. Se uma perspectiva podia levar o edifício à ruína, para não o restaurar dado perverter-se o seu valor enquanto testemunho do passado; a outra apresentava-se pela ausência de veracidade interventiva, procurando uma unidade formal através da reposição de partes destruídas. Algures entre estas duas teorias, encontramos uma teoria formulada pelo italiano Camillo Boito (1834- 1914)<sup>133</sup>, segundo a qual o restauro era fundamental para uma subsistência do edifício, a qual segura a sua “autenticidade histórica”.<sup>134</sup>

A consideração desta teoria é acompanhada da extensão do conceito de monumento para o de conjunto histórico. De facto, com Gustavo Giovannoni (1873-1947)<sup>135</sup>, dá-se uma nova conceptualização de património urbano, posicionando-se o valor do objecto enquanto parte integrante de um sistema. Ocorre pois uma interacção entre a utilidade e a essência museológica. Corresponde a “arquitectura da cidade” (usando

---

130) Escritor britânico, crítico de arte e social; com importantes ensaios sobre a arquitectura; podendo-se destacar da sua vasta obra o “The poetry of architecture”.

131) Eugène Villet Le Duc, *The foundations of architecture* (1854), George Braziller, Nova Iorque, 1990, p.195.

132) John Ruskin, *The seven lamps of architecture* (“the lamp of memory”), 1849, in: Anton Capitel, *Metamorfosis de monumentos e teorías de la restauración*, Alianza editorial, Madrid, 1992, p.27.

133) Arquitecto italiano, crítico de arte e escritor; cujas contribuições se situam no âmbito da conservação e restauro. Veja-se por exemplo a obra “O maestro de setticlavio”.

134) Antón Capitel, *Op. cit.*, p.48.

135) Arquitecto, urbanista e crítico de história, seguidor de Camillo Boito. Veja-se: Gustavo Giovannoni, *Vecchie città, ed Edilizia nuova, Cittàstudi*, Milão, 1995.

descontextualizadamente a denominação de Aldo Rossi)<sup>136</sup>, a uma nova conceptualização de monumento colectivo, constituído pelos monumentos e edificado contíguo. Constatamos pois, em Giovannoni, uma atribuição de valor social e físico ao tecido urbano antigo, à semelhança das posturas de John Ruskin; reconhecendo-se igualmente a dimensão estética do aglomerado defendida por Eugène Viollet-le-Duc e mais tarde pelo austríaco Camillo Sitte (1843-1903).<sup>137</sup> Põe-se ênfase “como se faz”, mediante a noção de escala, antecipando assim as políticas de protecção que se desenvolveriam mais tarde por toda a Europa, e que seriam objectivadas na conhecida “Carta de venezia”<sup>138</sup> datada de 1964.

De facto, princípios distintos às doutrinas da cidade tradicional, emergem nas propostas de intervenção do movimento moderno. Estas posturas mais radicais, expressam-se na “Carta de atenas” de 1933,<sup>139</sup> entre elas a proposta de demolição dos tecidos antigos da cidade evocando ideologias higienistas, em prole de uma modernidade urbana, que favorece os espaços livres verdes e ganhos solares, reflectidos numa suposta melhoria de vivência dos habitantes.

No entanto, certo é também que ao analisarmos a “Carta de atenas”, a postura da realidade moderna quanto à substituição dos valores urbanos é algo contida no que se refere a intervenções dos centros históricos. Neste sentido importa referir o art.º 65: “os valores arquitectónicos devem ser salvaguardados”; e o art.º 67: “finalmente poderá ser encarado, em casos excepcionais, a transplantação total de elementos incómodos pela sua situação mas que merecem ser conservados, pelo seu alto significado estético ou histórico”.<sup>140</sup> Em suma, identifica-se a presença de um avanço na “Carta de atenas”.

Repare-se agora que, apesar de haver uma certa resistência nas cidades europeias, se diluíram muitas das oportunidades de recuperação dos centros históricos. Por um lado os anos 40s ficaram marcados pela grande guerra, por outro lado, o movimento moderno, pautado pela ideologia higienista, expressa-se pela necessidade de reconstrução dos anos 50s e 60s.

Ézio Bonfanti (1937-1973),<sup>141</sup> por seu lado, em “arquitectura para los centros históricos”<sup>142</sup> associa os defensores da cidade moderna e os conservadores da cidade histórica, a uma mesma postura base - a do compromisso im-

---

136) Entre as obras do arquitecto e teórico Italiano, destaca-se a “Arquitectura da cidade”.

137) Arquitecto e historiador de arte austríaco, criador de reflexões e estratégias muito em volta do urbanismo. Veja-se o livro, “Construção das cidades segundo seus princípios artísticos”.

138) “Carta de venezia”, Cadernos de sócio-museologia, N.15, 1999, p.105 (disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/334/243>, acedido 2010).

139) CIAM, Carta de atenas, 1941.

140) Ibid.

141) Arquitecto italiano, de cuja bibliografia poder-se-á destacar “Scritti di architettura”.

142) Ezio Bonfanti, “Arquitectura para los centros históricos”, in: AAVV, Arquitectura racional, Alianza, Madrid, 1979.

possível entre “os tempos que se vivem e os tempos históricos”<sup>143</sup> O dilema continuava a residir na pergunta: reconstruía-se a cidade ou construía-se uma nova cidade? De facto, a necessidade de reconstrução maciça levou ao resurgimento de posturas distintas; e verificou-se ainda paradoxalmente que certas cidades destruíram algumas das zonas consolidadas com maior grau que a própria guerra. E tal reconstrução esteve pautada pelos princípios urbanísticos determinados na “Carta de atenas” (1933). Noutras cidades (por exemplo Varsóvia)<sup>144</sup>, ocorreu a reconstrução de monumentos assim como de sectores de cidade antiga, favorecendo em muitos aspectos a fiel reposição do destruído reconstituindo o espaço urbano. Tais posturas, mais que reconstrução, operaram uma reinvenção urbana, alheias a uma verdadeira discussão sobre a intervenção na cidade histórica, e para lá de vertentes ideológicas opostas (i.e. as daqueles arquitectos que defendiam a inserção de arquitectura moderna apenas nas periferias urbanas, e as daqueles que defendiam a aplicação da nova arquitectura em contextos históricos).

A partir dos anos 40s, sobretudo em contextos como o italiano, passou a defender-se que o enriquecimento da cidade antiga estaria na acção de uma modernidade sensível a um ambiente tradicional. A prevalência do valor “histórico” relativamente ao “artístico”, defendida pelo referido Gustavo Giovannoni, foi considerada por Roberto Pane (1897-1987)<sup>145</sup> como factor que determinaria o desaparecimento dos valores do edifício; propondo, em alternativa, ideias relacionadas com a necessária valorização da funcionalidade e estética do edificado, inserido num contexto histórico segundo uma metodologia de acção de “caso a caso”.

Outro documento importante, em termos de princípios, foi a já referida “Carta de venezia”<sup>146</sup> de 1964. Trata-se de uma carta internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios que, ao contrário da Carta de atenas (1931) cujos princípios centravam-se meramente no monumento histórico, propunha uma relativização dos valores do conjunto urbano e, implicitamente, a ponderação do património urbano no (conceito do) monumento a preservar. O avanço da “Carta de venezia” centrou-se na contemplação do conceito de monumento histórico não só referente “às criações arquitectónicas isoladas, mas também aos sítios, urbanos ou rurais”<sup>147</sup>. A nova arquitectura deveria ser um elemento de projecção da história do local para uma contemporaneidade. Aldo Rossi (1931-1997) em “Arquitectura da cidade”<sup>148</sup> afastou-se da postura de Roberto Pane, ao debruçar-se sobre a cidade como “a memória colectiva dos povos; e como a memória está ligada a factos e a lugares, a cidade é o locus da memó-

---

143) Antón Capitel, *Op. cit.* p.40-41.

144) Daniele Vitale, “Centro histórico y transformación de la ciudad”, in: AAVV, *Proyecto y ciudad histórica: Iº seminário internacional de arquitectura en Compostela* (org. Aldo Rossi), COAG, Santiago de compostela, 1971, p.41.

145) Arquitecto e professor de história, italiano, que é considerado como um perito na restauração arquitectónica; sendo que da sua vasta obra salienta-se a “Città antiche edilizia nuova”

146) Carta de venezia.

147) José Aguiar, *Cor e cidade histórica*, FAUP publicações, Porto, 2002, p.85.

148) Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, Cosmos, Lisboa 2001.

ria colectiva"<sup>149</sup>; empreendendo uma postura sobre as suas entidades - a do monumento e da massa edificada. A figura do "tipo" definia o conceito de locus urbano como a consideração dos "modos construtivos de cada cidade".<sup>150</sup> A valorização do "lugar" e da memória colectiva como elemento de transformação do espaço urbano surgiram numa reciprocidade entre o "tipo" edificado e a "morfologia" urbana, em que aos tipos edificados eram adjacentes à transformação urbana.

O início dos anos 70s caracterizou-se por propostas que continuaram até recentemente a ser enumeradas. Nomeadamente a de "reabilitação urbana", em que se destaca a postura de Pier Luigi Cervellati (1936 - )<sup>151</sup> e Roberto Scannavini<sup>152</sup>; e as propostas adoptadas na cidade de Bolonha (1969)<sup>153</sup>, que determinariam intervenções futuras e conceitos ainda hoje aplicáveis. Segundo Cervellati, o problema dos centros históricos era associável à estratégia de planificação global, levando-nos a considerar o problema "da forma urbana na sua totalidade, analisando-a como uma organização dialéctica, entre a permanência de instalações e organismos originais e as suas sucessivas alterações morfológicas".<sup>154</sup> Tal postura pôs fim a intervenções de cariz estático, que conservam o centro histórico sem atender às questões sociais aliadas ao edificado físico. O intercâmbio de ideias interventivas, veio depois fazer surgir novas cartas do urbanismo. Gostaríamos de salientar a carta europeia do património arquitectónico ("Carta de amesterdão", 1975)<sup>155</sup>, onde a ideia de "conservação integrada" propiciou "a introdução de arquitectura contemporânea em áreas antigas quando o contexto existente, as proporções, as formas, a disposição dos volumes e a escala, sejam integralmente respeitados".<sup>156</sup> Perante a actualidade da questão da reabilitação, e após mais de um século de debate, parece que o dilema inicial persiste, e persistirá por mais algum tempo. Se para alguns ocorre uma dessacralização dos centros históricos, para outros o panorama de conservação arquitectónica ampliou-se sem retrocesso para o de reabilitação urbana.

---

149) Ibid.

150) Antón Capitel, Op.Cit., p.44.

151) Arquitecto italiano, interventivo nas práticas de planeamento urbano; sendo que da sua obra destaca-se: "Bologna: política y metodología de la restauración de centros históricos".

152) Arquitecto italiano que colaborou com Cervellati na criação do plano para a cidade de Bolonha; sendo que se destaca do autor o livro: "La storia verde di Bologna: strutture, forme e immagini di orti, giardini e corti".

153) Pier Cervellati e Roberto Scannavini, Bologna: política y metodología de la restauración de centros históricos, Gustavo gilli, Barcelona, 1976.

154) Ibid; p.18-19.

155) Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/cartaeuropeiadoo patrimonioarquitectonico.pdf>, acesso 2010.

156) "Carta europeia do património arquitectónico", cit. in: José Aguiar et al, Guia técnico de reabilitação habitacional, Instituto nacional de habitação e Laboratório nacional de engenharia civil, Lisboa, 2006, p.89.



Marraxe, Marrocos, s.a.

### **3. A CIDADE NO CONTEXTO PÓS-INDUSTRIAL**





# 3.1 O URBANO E AS REDES

(Publicado originalmente em: Gonçalo, "Redes, fluxos e interacções expandidas: A sobrevivência da cidade e o ethos global"<sup>157</sup>, in: AAVV, Arq.a, N.74, Lisboa, Outubro 2009, p.76-79).

## Rede

Nos dias que correm, a arquitectura lida com múltiplos sistemas infraestruturais. A cidade surge vista como um entramado de fluxos e interacções expandidas, e as redes electrónicas poderão ajudar-nos a assegurar a sobrevivência da metrópole.

No contexto da cidade e da cultura contemporânea, torna-se relevante observar as interferências que um contexto de "fluxos e interacções expandidas" traz às cidades, assim como o papel que esses assumirão. Parece que, progressivamente, a cidade física avança no estabelecimento de relacionamentos íntimos com as suas redes físicas e digitais, conformando um metaterritório de interacção e actividade humana que se pode constituir enquanto objecto de interesse arquitectónico e urbanístico. A cidade na sua situação contemporânea, pressupõe a existência de novas formas urbano-territoriais e a consolidação de uma cultura movida pelo imperativo da mobilidade dos fluxos e redes.

Começemos recordando, que às alternativas utopistas e reformistas ao desequilíbrio espaço funcional e social da cidade provocado pela industrialização, foi sucedendo a proposta modernista de hiper organização e segmentação a qual não é desresponsabilizável pelo problema centro/periferia. Na actual cidade expandida, baseada no sector terciário e já não no industrial, os fluxos, a acessibilidade, a interacção, e as redes de comunicação adquirirão uma importância estratégica. E é neste sentido, que Fernando Lisboa lança com clareza a hipótese: "se se admitir que as relações entre espaços de habitação, de trabalho e de consumo determinam, também, as formas da cidade, então é possível estabelecer a seguinte hipótese de trabalho: que tecnologias mais eficazes para a transferência de dados, multimédia, e a melhoria da integração entre computadores e telecomunicações poderão contrariar a tendência para a especialização e para o zonamento e, conseqüentemente, reorganizar as casas e as cidades. Esta reorganização parece apresentar-se, sobretudo, como a oportunidade de

---

157) O presente texto baseia-se numa investigação realizada em Espanha durante 1999/2000, com o apoio de uma bolsa de mestrado Fundação para a ciência e tecnologia. O texto é um excerto de comunicação apresentada em 2007 em colóquio da Universidade Fernando Pessoa do porto, e está incluído nas respectivas actas.

reconciliar a pólis com a civis, resgatando o problema da cidade da esfera do tecnicismo para o recolocar na esfera da política”.<sup>158</sup>

Hoje, depois dos males da industrialização e das consequências do modelo moderno, continua a mutar a forma e limite da cidade, multicentralizada e multiperiférica conduzida pelas forças do capitalismo global. A diluição em curso das distâncias físicas e um novo conceito espaçotemporal, propicia mesmo conceber um modelo de cidade como sistema planetário de conexões físicas e digitais. Em grande medida, a nosso ver, as infraestruturas de mobilidade e comunicação (cabo, satélite etc) vêm apoiar a expansão da cidade iniciada pelas físicas (de electricidade, telefone etc) e a urbanidade vertical (do elevador etc). E, conjuntamente com as infraestruturas rodoviárias e a figura do automóvel, são as tecnologias e produtos digitais (como o ATM, o GPS, os Palm tops, etc) que asseguram o funcionamento e proporcionam a vida urbana das megaaglomerações.

É interessante recordar que já nos anos 60s, Yona Friedman vira na computação, entre outras tecnologias emergentes, desenvolvimentos incontornáveis, a que a arquitectura deveria atender. Segundo Yona Friedman, a “nova cidade deve adaptar-se às transformações espectaculares da técnica e aproveitar-se dessa técnica para adquirir um máximo de liberdade”; nomeadamente a possibilidade de dispersão possibilitada por transformações técnicas que lhe eram contemporâneas (como por exemplo a organização mecânica, o cérebro electrónico, a automatização e igualmente as telecomunicações).<sup>159</sup> A “mobilidade” que proclamava Yona Friedman na transição para os anos 60s, afectava refira-se as redes de circulação e alimentação, das quais as construções se deveriam libertar. A circulação aérea seria a alternativa à rede viária, e entre todas as técnicas de alimentação necessárias à vida - i.e. “a alimentação em água e a evacuação, a alimentação em energia ..., em informação (telefone, rádio, TV)” - apenas a primeira oferecia resistência ao propósito da mobilidade. O novo tipo de aglomeração dispersa, no limite simultâneo ao desaparecimento da cidade per si, seria possibilitado por pilhas fotoeléctricas, incineradoras e, refira-se, através de telefones sem cabo e “encontros por televisão sem presença física”.<sup>160</sup> Em suma e resumidamente, no desenvolvimento da “cidade espacial” Friedmaniana (de 1959-64) a arquitectura surge vista essencialmente como “estudo de redes”. (A título de curiosidade, refira-se ainda o facto de, contemporaneamente a Yona Friedman, e mais especificamente no início dos anos 60s, também os Metabolistas japoneses, entre outros, desenharem um modelo urbano com bastantes semelhanças – i.e. grandes cidades baseadas na ideia de células edificadas verticalmente e conectadas por redes de artérias extensivas.

Nos nossos dias, e para além das múltiplas infraestruturas já existentes (como o aeroporto, a rede de metro, etc), a arquitectura tem de lidar com mais um novo sistema estrutural, e a concepção da cidade aparece vista por muitos como um entramado de fluxos. As redes ópticas e os sistemas

---

158) Fernando Lisboa, WWW Arquitectura (policopiado fornecido pelo autor), Porto, 1999.

159) Yona Friedman, Arquitectura móbil, Poseidon, Barcelona, 1978, p.41-43.

160) Yona Friedman, Op. cit., p.72- 74.

de comunicação formam/participam na estrutura nervosa da cidade actual, a qual articula, através de fluxos informativos, os centros de produção, de consumo, de residência e de lazer. Para Nick West, “em certo sentido, esta é a versão da rede viária do planeamento urbano do século XXI, a sobreposição de um layer abstracto virtual em cima de uma realidade previamente existente”.<sup>161</sup> De facto, a cidade, para além dos edifícios e redes de transportes, é também constituída pelos múltiplos média e espaços virtuais para comunicação existentes, os quais se têm tornado elementos essenciais para a vida urbana metropolitana, e que criam uma realidade virtual não menos habitada que a realidade física. Certeiramente, Nick West sugere que tanto o espaço físico como os média em que oscila a nossa vida, se integrarão num ambiente híbrido, e dessa “fusão de ciberespaço e espaço real emerge o metaespaço ou simplesmente o espaço vivenciável ... , tornando-se o ciberespaço imanente e permanente, como o espaço real com que já nos familiarizamos”.<sup>162</sup> Pense-se a título de exemplo, como os chats e a sobreposição da nova dimensão virtual, dissolveram os limites da cidade e nos mostraram como a vivência da cidade não está vinculada a um território físico concreto. Em paralelo com as mutações dos transportes, a revolução das telecomunicações, e a fragmentação sócioterritorial, proliferam comunidades difusas suportadas em redes de conexão que asseguram sociabilidades efémeras fora do espaço físico e longe do contacto material. Os profissionais urbanistas começaram a encontrar-se pois entre a urbanidade virtual do artefacto informativo e a urbanidade actual da cidade; como refere Paul Virilio, “entre os requerimentos permanentes de organizar e construir o espaço real, com os seus problemas territoriais, os constrangimentos geométricos e geográficos do centro e da periferia, e os novos requerimentos de consertar o tempo real de imediatividade e ubiquidade”.<sup>163</sup>

Refira-se e acentue-se que com muita frequência erroneamente se tem visto a dialéctica real/virtual como algo anti-corpóreo, anti-urbano e alheio à experiência real; e não como dois territórios contíguos, duas entidades que cruzam forças como zonas sobrepostas de um mesmo território. Mas a realidade é que temos já na cidade actual pontos de verdadeiro interface-ligação real-virtual (como a cabine telefónica, o ATM, o cibercafé, etc) que demonstram a experiencição da convergência da cidade real e da cidade dos bits. Akira Suzuki, por exemplo, vê os grandes centros multimédia contemporâneos como pontos em que converge a cidade física e a metacidade, e refere o facto de estarmos perante a derradeira possibilidade de uma infraestrutura cultural urbana.<sup>164</sup> Neste sentido, Bart Lootsma, também recorda que a arquitectura e urbanismo para prosseguirem a função de acomodar e organizar a vida devem, em vez de tentar validar

---

161) Nick West, in: Bart Lootsma, et alts (eds.), *Media and architecture*, The berlage institute, Roterdão, 1998, p.62.

162) Nick West, *Op. cit.*, p.60 e 62.

163) Paul Virilio, *Open sky*, Verso, Nova Iorque, 1997, p.116. Paul Virilio, *El cibermondo, la política de lo peor*, Cátedra, Madrid, 1997.

164) Akira Suzuki, “Centros multimédia”, in: AAVV, *Quaderns*, N.221, Barcelona. Veja-se também: Akira Suzuki, “Tóquio, novas estruturas urbanas”, in: AAVV, *UIA 96: Presente i futurs, arquitectura a les ciutats*, CCCB, Barcelona, 1996.

o pensamento arquitectónico convencional num cenário completamente transformado, contaminar-se produzindo novos cruzamentos.<sup>165</sup>

Da executibilidade de conexões telemáticas a outros locais geográficos, possibilitando experienciar acontecimentos em tempo real, emerge um tipo de experiência híbrida e um contexto de flexibilidade, conexão e fluidez onde o desempenho de funções anteriormente organizadas exclusivamente pelas construções materiais da arquitectura, destaca-se do seu abrigo físico/morada geográfica por intermédio de meios tecnológico-digitais. Fica comprometida a premissa espacial tradicional única do edifício e das aglomerações urbanas, já que essas não podem ser só entendidas como objectos e territórios exclusivamente materiais; mas, antes e também, como pontos nodais de uma rede global de conexão interactiva, englobando em si um espaço-ambiente que se dilata para além dos limites físicos do edifício ou da cidade. As autoestradas da informação, com a capacidade de nos trazer certos serviços até casa, constituem uma inovação tecnológica, mas sobretudo uma força de mudança-mutação social. Segundo Nicholas Negroponte, "a nossa vida social passará a processar-se em vizinhanças digitais, nas quais o espaço físico será irrelevante".<sup>166</sup> É uma visão radical e possivelmente exagerada, mas que nos fala das profundas interferências que o advento digital comporta no campo da arquitectura e que tem levado muitos, como William Mitchell, a reimaginá-la.<sup>167</sup>

Com mutações como as referidas, assistimos a desvios relativamente ao significado de certos aspectos que se encontravam na base da cidade; ocorrendo a diluição das fronteiras entre privado/público, natural/urbano, local/global, etc. Como bem expôs Manuel Castells, os novos sistemas de comunicação descorporalizam as espacialidades do seu "significado cultural, histórico e geográfico".<sup>168</sup> A telecomunicação e as trocas informativas instauram conexões suprahumanas e uma geografia virtual que substitui o local como denominador espaço-temporal. Podemos no limite questionarmo-nos qual é o lugar da nossa cibercultura, sem a qual, segundo Claude Lévy-Strauss, se perde toda a ordem do universo, para concluir, como Emanuel Pimenta, que já não se trata de um sentido específico, mas da projecção da nossa ideografia planetariamente.<sup>169</sup> A nova civilização do "teleantropos" Pimentiano e a sua ambição a um ethos global indica e remete para a invenção então de uma telearquitectura global, na fusão das realidades sintético/virtual e real. Se para Paul Virilio as portas da cidade deram lugar ao ecrã; para Emanuel Pimenta essas volatilizaram-se como portas

---

165) Bart Lootsma, Hybrid space: emergent dimensions, information technologies and evolutionary architectures, in: Peter Zellner, Hybrid space: new forms in digital architecture, Thames & hudson, Londres, 1999, p.7-16. Veja-se também: Bart Lootsma, "The computer as camera and projector", in: AAVV, Archis, N. 11, 1998.

166) Nicholas Negroponte, Ser digital, Caminho, Lisboa, 1995.

167) William Mitchell, City of bits, MIT Press, Cambridge-Ma, 1995. William Mitchell, E-topia, MIT Press, Cambridge-Massachusetts, 1999.

168) Manuel Castells, The rise of the network society, Blackwell publishers, Londres, 1996, p.375. Veja-se também: Manuel Castells, The informational city: Information technology, economic restructuring, and the urban-regional process, Basil blackwell, Oxford, 1989.

169) Emanuel Pimenta, Teleantropos, Estampa, Lisboa, 1999, p.295.

transnéticas. Derradeiramente, a arquitectura introduz-se nesta rede físico-virtual de conexão e de mediação de uma cultura local/internacional. Mas entenda-se e acentue-se que como refere Pimenta, a “arquitectura virtual” não respeita apenas à arquitectura realizada para o ciberespaço, mas sobretudo à passagem de um ethos local a planetário e, eventualmente, um novo carácter de lugar. Nas suas palavras: “pela primeira vez tomamos como nossas todas as tradições do planeta. Desintegramos fronteiras no espaço e no tempo. Passamos a assumir a condição da transnacionalidade e da transensorialidade. A matéria prima da arquitectura deixou de ser um ethos exclusivamente local. Assim as relações humanas saltaram da escala do automóvel - responsável pelo redesenho da família no século XX - para a escala do teleproxémico. Partindo de Edward Hall para chegar à expressão cunhada por René Berger. O espaço íntimo ... prolongado pelos sistemas de telecomunicação ...”. “Compreender a arquitectura virtual ... da Era do teleantropos, implica compreender a aspiração a um ethos global”.<sup>170</sup>

Tornámo-nos em grande medida então seres cujo espaço próximo passou a dizer respeito a um espaço à distância ocupado telematicamente. A nossa cidade virtual começou a sustentar a cidade real. As redes electrónicas, telefónicas e informáticas, originam uma nova estrutura urbana que permite novos estilos de vidas, novas interações sociais e comunidades, e que quiçá está incluso a assegurar a sobrevivência futura da metrópole. Akira Suzuki, neste sentido, deixa-nos a pergunta explícita no final de um texto: “1ue redes de comunicação surgirão com o colapso das infraestruturas físicas da cidade?”<sup>171</sup>

Entenda-se em suma que o ciberespaço, surgido com a infraestrutura de informação digital e como algo decisivo para a acessibilidade da sociedade, esboça uma nova configuração urbana e social, baseada no intercâmbio informativo e na interação mediada por computadores, satélites e cabos a partir dos novos sistemas de telecomunicações. Como corolário da imperativa complementação actual da existência física com uma representação complementar no mundo da rede, planear a cidade e projectar as suas arquitecturas na contemporaneidade passou a ter de a contemplar a interação com o ciberespaço.

Em “Local e global: a gestão das cidades na Era da informação”, Manuel Castells refere que três processos - a globalização, a informacionalização e a generalização da urbanização difusa - participam na simultânea destruição/reconfiguração da cidade como forma de organização sócio territorial, na disseminação territorial e no aparecimento de novas centralidades. Defende também a necessidade de reencontrar o papel da cidade numa relação local/global, não excluindo a hipótese de se conformar um mundo maioritariamente disseminado em volta das grandes aglomerações e uma organização local em torno de centros (directivos, residenciais, etc) conectados por redes de comunicação e electrónicas.<sup>172</sup>

---

170) Emanuel Pimenta, Op. cit., 1999, p.266.

171) Akira Suzuki, “Tóquio, novas estruturas urbanas”, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996.

172) Manuel Castells e Jordi Borja, Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información, Taurus, Madrid, 1997.

Detenhamo-nos um pouco neste trabalho de Castells. A revolução tecnológica em torno da informação é o principal suporte da globalização<sup>173</sup> e motor de um impacto profundo a variados níveis da nossa vida. E pode-se identificar como faz Castells que o impacto destes processos - de globalização e informacionalização - tem uma dimensão espacial explícita. De facto, ao abordar a urbanização da cidade dispersa, Castells refere a emergência de uma organização global em redes de nodos urbanos estrategicamente hierarquizados, após o que identifica uma grande diversidade de modelos espaciais. Relativamente a estes último aspecto dos “modelos espaciais, salienta-se nomeadamente: a) a formação de megacidades com dezenas de milhões de habitantes nos países em desenvolvimento, constituindo importantes nodos globais, embora fragmentados internamente do ponto de vista social, funcional e espacial; b) os modelos distintos das cidades europeias, onde a tendência é a articulação de velhas e novas formas urbanas; e c) das norte-americanas de “nova suburbanização”. Não se deve deixar de referir que esta transformação e reconceptualização da cidade, baseada numa articulação local-global, tem uma lógica espacial simultaneamente integradora e fragmentadora. Como refere Castells, as próprias cidades constituem-se como actores, sendo pertinente recordar-nos o facto de que várias cidades asiáticas demonstram que o êxito é ditado pela capacidade da cidade se introduzir nas redes, deter velocidade informativa e flexibilidade estrutural/inoação, mais do que pela sua posição geográfica.

Neste contexto, entende-se que as novas formas de planeamento afrontem as dificuldades de governar e estruturar a metrópole e que as políticas urbanas compitam pelas oportunidades da globalização, enquanto simultaneamente, procuram atender aos efeitos desestructurantes socioterritoriais. Relativamente ao nosso contexto, Castells refere especificamente que “não pode falar-se ... das grandes cidades europeias referindo-se a modelos de cidade global .... Na Europa, deve falar-se ... de um sistema urbano constituído por umas 40 grandes cidades e um grande número de cidades intermédias muito dinâmicas com funções importantes de centralidade, entre as quais existem funções de competência como também de complementaridade”.<sup>174</sup> Impreterivelmente, as cidades e regiões consolidam relacionamentos, interdependências, competitividades e complementaridades. Inserem-se em sistemas urbanos baseados numa lógica territorial descontínua, “estruturados em função de uns nódulos - os centros urbanos, e uns eixos - os fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informação entre eles. O território tende a organizar-se como espaços interconectados em rede com os seus pontos fortes nos nodos urbanos”.<sup>175</sup>

Compreendemos que a internacionalização das cidades comporta pois tanto sistemas urbanos como redes e fluxos. Saliente-se subsidiariamente o facto de Castells identificar que “a criação de uma infraestrutura telemática intermunicipal é um elemento indispensável para uma estratégia de cooperação que complemente uma estratégia de competitividade”.<sup>176</sup> No contexto Europeu, como refere, o desenvolvimento de redes de cidades

---

173) Fenómeno estruturado pela rede.

174) Manuel Castells e Jordi Borja, *Op. Cit.*, p.284.

175) Manuel Castells e Jordi Borja, *Op. cit.*, p.318.

176) Manuel Castells e Jordi Borja, *Op. cit.*, p.361-362.

contempla a supraestruturização telemática<sup>177</sup>, como elemento essencial para a atractividade, produtividade, competitividade e colaboração económico-cultural entre cidades confrontadas com o contexto da economia global. Exemplos incluem, após os primórdios do “Reseau villes moyennes” em França, casos recentes em que cidades centrais se ligam a localidades longínquas através de fibra óptica e teleportos (ex: Roubaix a Lille); grupos de cidades que estabelecem sistemas telemáticos comuns (em Inglaterra) e grupos de telecidades que desenvolvem a cooperação intermunicipal recorrendo à telemática (ex: a rede “Eurocidades”, em que Barcelona participa<sup>178</sup>).

Como vimos aludindo, assistimos já ao estabelecimento de uma intimidade entre rede e lugar espacial. À semelhança do que Stephan Granham referiu “não há um ciberespaço singular, unificado, sobretudo há múltiplas redes heterogéneas, onde as telecomunicações e informação estão profundamente relacionadas com os actores humanos e outras tecnologias, em sistemas sociotécnicos de relações sobre o espaço”.<sup>179</sup> Trata-se de uma diversidade interligada de infraestruturas físicas de tecnologias de informação, que suportam redes e ligações entre espaços e actores. Ligações tão íntimas, que “definir espaço e lugar separadamente das redes tecnológicas cedo será tão impossível como definir redes tecnológicas separadamente do espaço e lugar .... Assim ... que o lugar se imbua num grupo de processos espaçotemporais, bairros, cidades e regiões, conseqüentemente, não poderão ser examinados independentemente das diversidades espaço-temporais que tal processo contém”.<sup>180</sup>

---

177) Constituída por telecomunicações, sistemas informáticos, teleportos, etc.

178) Ou a European regions network for the application of communications technology.

179) Stephan Graham, *The end of geography or the explosion of place? conceptualizing space, place and information technology*, 1998.

180) Stephan Graham, *Op. cit.*



## 3.2 O URBANO E O MECÂNICO

(Publicado originalmente em: Gonçalves Furtado, "A cultura do urbano e a aceleração: da velocidade mecânica à mobilidade virtual" (1999/2000), in: AAVV, Dédalo, N.6, Porto, Setembro 2009, p.118-125)

### Velocidade

A compreensão do urbano contemporâneo e a emergência da cidade digital não pode, a nosso ver, prescindir da identificação da ocorrência de um incremento exponencial da velocidade e da existência/matriz de um desejo cultural de mobilidade. De facto, um dos fenómenos que nos pode ajudar a entender a realidade pósindustrial em que vivemos e o papel específico do digital, é precisamente o fenómeno da aceleração, que acompanha a passagem do modelo mecanicista para o modelo digital de cidade, sobre o qual nos debruçámos em vários escritos.

Começemos por referir que, a modernidade, que com os seus perigos e potencialidades mobilizava entusiastas e opositores entre os pensadores do século XIX, esteve imbuída do mito da máquina, do progresso e nos benefícios da tecnociência. O mundo mecânico seria também expresso na organização, forma e modo de vida urbano das cidades modernas surgidas aquando dos primórdios da revolução industrial. Essas ficariam marcadas tanto pela referida industrialização (e só posteriormente pelos serviços) como por uma urbanização comandada pelo poder mecânico e económico e pela lógica higieno-tecnicista.

Novas organizações espaciais e tipologias de cidades anunciaram-se pois com a substituição do modelo medieval pelo modelo sócio-económico-político do mercantilismo comercial burguês. Como refere António Escudero, com a revolução industrial as cidades tornam-se enormes e o comércio volumoso: "A revolução industrial supôs uma mudança profunda não só para as actividades manufactureiras; alcançou também a agricultura, as vias e os transportes, a população, tanto no respeito à sua distribuição como ao seu crescimento, o comércio, a economia em suma, as estruturas sociais e a concepção do mundo. As pequenas cidades pré-industriais cresceram e as relações do homem com o seu ambiente variaram drasticamente".<sup>181</sup>

Recorde-se que o urbanismo moderno tem origem precisamente na insalubridade em que a industrialização inicialmente mergulhara a cidade, surgindo as estratégias de reforma dos centros urbanos paralelamente a estratégias de expansão territorial nas colónias. O forte êxodo obreiro, após pressionar os envelhecidos bairros centrais, dirigiu-se para a periferia, e às

---

181) Antonio Escudero, La revolución Industrial, Anaya, Madrid, 1997 (1988), p.7

preocupações habitacionais dos governos associou-se frequentemente a especulação burguesa. E, paralelamente aos denominados higienistas, surgiram socialistas utópicos, onde se pode já identificar princípios do urbanismo moderno - a organização controlada, o higienicismo e zoning. Neste sentido, recorde-se por exemplo as experiências de Claude Nicholas Ledoux, as cidades jardim de Howard, as realizações de Owen, a Icária de Cabet, o Falanstério de Fourier ou o Familistério de Godin.

O processo de transformação e modernização, iniciado no século XIV com a demolição das muralhas, em parte devido à existência dos canhões a pólvora, foi pois de resto acelerado com a industrialização, a exponenciação da oferta de trabalho na metrópole e as facilidades de deslocação trazidas pelos novos meios de transporte (do comboio ao barco a vapor) a que voltaremos. E na metrópole surgiu também uma série de tipologias arquitectónicas para albergar novas actividades, não somente industriais ou habitacionais, mas também comerciais e de serviços. É o caso das “passagens cobertas” de Paris, progressivamente generalizadas nas principais cidades em meados do século passado, como lugares expositivo-comerciais por onde deambulava a burguesia. Nestes antecedentes dos espaços públicos contemporâneos<sup>182</sup> surge uma movimentação distraída e uma percepção colectiva desatenta, similar à propiciada pelo seu contemporâneo “panorama”. Como refere Xavier Costa: “o espectáculo de origem burguês, quer se trate do panorama, ou mais tarde, da projecção cinematográfica e incluso da televisiva, procurará negar o ponto de vista privilegiado para conseguir modelos de visão não hierárquicos. Todos eles implicam aceitar o princípio de mobilidade universal”.<sup>183</sup> Surgem também as “exposições universais”, iniciadas com a de Londres em 1851, uma espécie de cidades efémeras representativas do mundo onde se expunham os bens de consumo e as novidades tecnológicas à burguesia emergente. Estas celebrações da Era industrial e do capitalismo, são de resto em tudo semelhantes aos eventos excepcionais a que recorrem muitas das cidades actuais, ávidas pelas repercussões económicas advindas do turismo e da projecção da sua imagem em termos de marketing.

Refira-se que na revolução industrial, os novos sistemas de transporte, melhores caminhos e canais, diminuíram o tempo e custo das viagens e embarateceram as rotas comerciais permitindo colocar os excedentes no mercado. A primeira grande intervenção urbana moderna foi a reorganização urbana empreendida pelos “bulevares” de Haussman em Paris, que imediatamente muitas cidades seguiriam. O seu revestimento com “macadame” reflecte, à semelhança da expressão das possibilidades de ferro

---

182) Ex. centros comerciais, shopping centers, etc.

183) Laura Kurgan e Xavier Costa (eds.), *You are here*, MACBA, Barcelona, 1995, p.109-111.

nas naves industriais e estações de transporte<sup>184</sup>, o aumento de velocidade. Igualmente com a revolução industrial, a ideia de progresso moderna, centrada na rapidez e precisão, assim como nos meios de transporte da Era da máquina, iniciam também um fenómeno interessante. I.e., com o incremento da velocidade mecânica moderna - a relação entre tempo e espaço percorrido - o percurso desaparece, reduzindo-se à chegada e à partida. E alguns autores chegam a descrever por exemplo a viagem férrea como uma experiência transcendental.<sup>185</sup>

Em suma, os panoramas, vitrinas, galerias comerciais, estações e exposições universais, formaram um conjunto tipológico que promove eventos relacionados com o comércio e o vislumbre, sendo por isso também cenários capazes de absorver a mutabilidade, a velocidade e o dinamismo da envolvente condição económica e cultural. E simultaneamente o incremento da velocidade da máquina de vapor e dos meios de transporte, e a lógica da mobilidade dos bens, deram o ritmo de vida urbana e configuraram e expandiriam, a princípios do século XX, a cidade moderna.

Por outro lado, deve-se ainda recordar que a guerra trouxe também à Europa uma aceleração da transformação urbana - i.e. construção/destruição - única. A exaltação futurista da velocidade e da máquina (a mesma que pouco depois mataria Sant'Elia) e a crença na ciência e na técnica aplica-se então ao discurso estético e aos novos modos de vida da cidade. Sant'Elia proclamava: "nós ... devemos buscar inspiração nos elementos do novo mundo mecânico que criámos e de que a arquitectura deve ser a mais bonita expressão".<sup>186</sup> Por vezes é essa crença na tecnologia, no progresso e na máquina da cultura industrial, que se repete nas visões por vezes cegas de alguns tecnólogos da nossa mais recente Era da informação.

Mas se, como apontámos, a cultura da máquina incrementou a velocidade e esteve na origem do modelo de cidade moderna e dos aspectos fisicoculturais decorrentes da urbanização, a dita cultura digital, atingida a transmissão à velocidade da luz, permite actualmente conceptualizar outro modelo. Em grande medida as novas tecnologias instauram na realidade quotidiana o que antes era mera ficção científica. Constatam-se novas formas de vida no espaço digital da Net e a inauguração de uma nova dimensão da realidade. Na imediatez telemática das tecnologias da

---

184) Saliente-se também o protagonismo do comboio, que aproveitaria as novas fonte de energia. Desde as experiências de Trevithick ou Stephenson até a êxitos como da Rocket que circulava a 24 km/h, cria-se uma situação impulsionadora a criação das primeiras linhas de ferroviária a partir de 1825. Pouco depois generalizou-se a navegação marítima a vapor que, em finais do século XIX, teria um papel importantíssimo no comércio mundial. Esta renovação dos meios de transporte também exigiu a construção de enormes canais, pontes e ferrovias, e foi paralela à supressão dos direitos aduaneiros.

185) Martha Rosler refere que o filósofo transcendental R.W. Emerson descrevia o efeito perceptivo da viagem de comboio como uma droga "que desligando o viajante do local, e perdendo a percepção de estabilidade ... permite uma nova (transcendente) percepção da natureza". Veja-se Martha Rosler, *In the place of the public*, Centz, 1998, p.33.

186) Sant'Elia cit. in: John Beckmann (ed.), *The virtual dimension: architecture, representation and crash culture*, Princeton architectural press, Nova Iorque, 1998, p.41.

comunicação, a velocidade torna-se absoluta, desaparecendo a distância e o protagonismo da localização física. O bit torna-se na unidade de medida e no denominador comum que constrói as utopias digitais do ciberespaço assentes numa quase subestimação da materialidade. A tecnologia digital vem pois sobrepor, com a imaterialidade e a simulação, uma lógica distinta da reproduzibilidade mecanicista que estava presente na génese da cidade moderna, ditando-a agora a uma submersão no espaço telemático.

## Mobilidade

Como aludido, a revolução industrial trouxe novas necessidades e possibilidades tecnológicas, que metamorfosearam brutalmente a arquitectura e o urbanismo. E mais tarde a vanguarda moderna procurou formas e estratégias apropriadas aos avanços tecnológicos assim como novos modos de organização urbana.

Em grande medida, a transformação/dispersão da cidade novecentista foi de resto permitida pela possibilidade de distribuição energética e pelos novos meios de mobilidade e comunicação que, em conjunto, trariam uma nova percepção da distância-temporalidade; os quais afectariam os relacionamentos espaciais da arquitectura, e suscitariam novos padrões de urbanização. De facto, depois dos fios telegráficos e telefónicos, seguiu-se a proliferação dos média, das autoestradas e automóveis, difundindo a noção de acesso, mobilidade, e um tipo de experiência nomádica para os condutores que passam a apropriar a cidade em movimento sob uma série de planos e pontos de vista. O processo de suburbanização do pós-guerra não é alheio à explosão dos automóveis, das áreas suburbanas residenciais (desde os anos 70s), dos centros comerciais, das comunicações e dos média. Joel Garreau empregou o termo “exurbia” em “edge city” para descrever os processos desenvolvidos fora das cidades americanas, e hoje o nosso imaginário urbano local reestrutura-se já com a cidade global. Atenda-se às palavras na notável publicação do UIA de 1996: “A cidade está cada vez mais sujeita aos fluxos e intercâmbios gerados pelo aumento de circulação de pessoas, veículos e informação, o que muda o carácter-função do espaço sobre o tempo .... Os espaços de trânsito são tão importantes como os espaços urbanos estáticos tradicionais. O trânsito veicular, que certamente criou conflitos na cidade do século XIX, é na cidade contemporânea a medida da necessidade e desejo de mobilidade e acesso, e requer a transformação dos espaços tradicionais. ... Os problemas de construir autoestradas nas cidades e a proliferação ... de transporte privado, cómodo e rápido, ... o desejo de mobilidade pessoal, ... procura ser reconciliado com a necessidade de desenvolver cidades habitáveis e sustentáveis ... - como equipar a cidade e para uma cultura móvel, ... uma cidade para o trânsito”.<sup>187</sup>

---

187) “A cidade contemporânea dinâmica”, in: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996.

Como referimos, um dos responsáveis por este processo foi a generalização do automóvel como meio individual de locomoção. “O automóvel expandiu a escala bidimensional do planeta, alterando a ideia de distância e transformando radicalmente noções como a de família. Martha Rosler refere que o tráfego automóvel privado reformulou as nossas vidas e paisagens, iniciando a experiência de mobilidade, e tendo, ao contrário da ferroviária ou aérea, alterado o nosso poder de decisão. Esta é na contemporaneidade, característica de uma “civilização que requer a circulação não só de mercadorias mas de ideias ... e pessoas”.<sup>188</sup>

Por outro lado os mais recentes PC's, que suplantaram em número os próprios automóveis, constituem novamente a generalização de um meio individual de interacção colectiva e geram uma nova ideia de espaço conceptualizado no termo ciberespaço.

Atenda-se então como o desenho de muitos paradigmas urbanos como Las Vegas expressa o automóvel em movimento, ficando a imagem da cidade dada por outdoors transitórios. Um excerto do ensaio “teleantropos” de Emanuel Pimenta explícita claramente como a performance e o desenho da cidade muda com a passagem da tecnologia automóvel para a digital; e a forma como a urbanidade se tematiza e se constitui como fluxo informacional. Em grande medida, a velocidade do transporte de coisas materiais dá lugar ao fluxo informativo virtual; o que no entanto significa um incremento que, se subestimado, pode comportar fracturas civilizacionais. Escreve Emanuel Pimenta: “com o aproximar do final do século XX, gradualmente os desenhos urbanos de várias das maiores cidades deixaram de obedecer ao modelo operacional estabelecido pelo automóvel e foram-se transformando na imagem de circuitos integrados. Tiveram início os atritos entre as diferentes tecnologias e o automóvel transformou-se rapidamente em espécies de paredes artificiais, invisíveis e dinâmicos compartimentando a cidade. As ruas deixaram de ser lugares para pessoas e passaram a ser barreiras separando e, em certa medida, isolando conjuntos de edifícios. Daí aos poderosos sistemas de telecomunicações e à metamorfose virtual, a cidade do final do milénio produziu um magnífico salto ao efémero levando Marshall McLuhan a afirmar que o que restaria fisicamente do espaço urbano nada mais seria que um fantasma para turistas. De facto, a cidade enquanto urbe passou a estar presente no poderoso sistema de fluxo informacional, expandindo-se na Net, avançando inexoravelmente para o campo. Mas restaram ruínas de outras épocas na forma de antigos edifícios e a cidade transformou-se em parque temático de si própria, para turistas como afirmava Marshall McLuhan .... Assim a imagem da cidade muta-se novamente transformando-se na efémera mandala trans-sensorial dos sistemas de telecomunicação em tempo real e as construções físicas passam a ser parte desse complexo enfeixamento informacional”.<sup>189</sup>

Agora instaura-se a mobilidade virtual e a figura de um “teleantropos” que se revela à distância; segundo Emanuel Pimenta uma nova espécie civilizacional: “A essência da poderosa metamorfose representada pela emergência do ciberespaço nada mais é que ... a ideia que torna possí-

---

188) Martha Rosler, *In the place of the public*, Centz, 1998, p.27.

189) Emanuel Pimenta, *Teleantropos*, Estampa, Lisboa, 1999, p.150-151.

vel também pela primeira vez, o aparecimento dos mega agrupamentos humanos, como megacidades ou mega empresas". O fluxo das massas migratórias justifica de facto a passagem da população urbana de 3% no início do século XIX para os 50% actuais e a emergência de megacidades, as quais dentro de uma década, poderão atingir o valor da população espanhola.<sup>190</sup> No entendimento de Pimenta: "Assim, o antigo conceito de cidade enquanto centro de conhecimento especializado ou de produção dá lugar à cidade enquanto centro de lazer".<sup>191</sup>

Interessaria agora referir que formas de nomadismo humano, foram continuamente expressas por trovadores, vendedores ambulantes, homens do circo, refugiados, desertores, emigrantes, etc. Mas, como refere Rayner Banham,<sup>192</sup> a modernidade anunciou uma cultura verdadeiramente nómádic, que hoje se encontra instituída. Dotada de infraestruturas e meios de mobilidade (da ferrovia de longa distância, automóvel e caravana individual, ao tráfego aéreo e aeroportos internacionais), de estância (como o campismo e as multinacionais hoteleiras) ou outros serviços de apoio (como a rede bancária mundial, o travel cheque, o cartão de crédito e a rede informática) e equipamentos de viagem ligeiros e especializados (da bolsa de higiene aos guias e travel books) ou atestados de viagem (como a máquina fotográfica ou o souvenir). Um conjunto essencialmente simbólico, já que toda viagem se encontra projectada e confinada aos limites da própria estrutura que a possibilita - com as promessas de um conforto no destino igual à partida - impedindo precisamente o afastamento daquilo a que fugimos.

Refira-se pois que a compressão espaço temporal da nossa sociedade é paralela ao crescimento desde a segunda guerra mundial da indústria do ócio e turismo de massas; actualmente suportada por um autêntico sistema organizado. Paralelamente a este processo, o dito património arquitectónico e o ambiente "temático" começam a tender para frequentemente significar uma e a mesma coisa; como amplamente debatido por muitos autores. De facto, podemos identificar o paralelismo entre algumas reconstruções urbanas e simulações tipo Eurodisney - locais de percepção e consumo contemporâneo. E Ignasi, no notável "património arquitectónico ou parque temático"<sup>193</sup>, incluso refere que arquitectura se sujeita a um processo geral de "museificação", integrando-se num novo mercado em que pode desaparecer a sua essência.

Para além da referência para a importância deste debate, gostaríamos ainda de salientar o papel da viagem aérea, assim como da experiência

---

190) Hoje prossegue a tendência, surgida na segunda metade deste século, da emigração das populações para as cidades, que em breve prefazerão 50% da população mundial e dentro de 10 anos várias cidades no mundo (a maioria em países em desenvolvimento) terão 40 milhões de habitantes; i.e., a população de Espanha. Veja-se: [Entrevistador], in: A. Gomes, J. Malheiros e T. Sousa, "Portugal 2020", Fenda, Lisboa, 1999, p.329.

191) Emanuel D. Pimenta, Teleantropos, Estampa, Lisboa, 1999, p.270.

192) Reyner Banham, "Neonomadismo e nomadismo chic", in: George Teyssot (ed.), Il progetto domestico: la casa dell'uomo, archetipi e prototipi, Electa, Milão, 1986, p.240-245.

193) Policopiado fornecido pelo autor.

e percepção do mundo que dela resulta. Martha Rosler, em “In the place of the public”, é por exemplo uma das autoras que desde o campo artístico aborda este assunto, o qual (como refere Anthony Vidler no prefácio à referida publicação) é de sobremaneira pertinente para a teoria da arquitectura. Atenda-se neste sentido que a viagem aérea de longa distância, que adquiriu importância com o mundo turístico e negocial, foi totalmente “domesticada” (oferecendo refeições, filmes, comércio, etc) durante o período que medeia a privacidade doméstica da partida e a da chegada ao destino. Pelo que por alguma razão já Le Corbusier denominava os aviões de casas voadoras! Como refere Emanuel Pimenta, também “os aeroportos foram gradualmente sendo transformados em centros comerciais destinados a pessoas que passaram a viver parte das suas vidas transferindo-se de uma parte para outra do planeta, a flutuar quotidianamente”.<sup>194</sup> E movimentando milhões de pessoas e os biliões de dólares advindos da intensidade migratória do turismo, incluem progressivamente shoppings, restaurantes, hotéis, centros médicos, etc. O interessante trabalho artístico de Martha Rosler descreve precisamente, à semelhança da nossa condição nómada actual, espaços e experiências físico-psicológicas de transitoriedade, deslocamento e eventualmente alienação. Como aí se alude, o terminal contemporâneo constitui-se enquanto plataforma fulcral de trânsito, caracterizada por corredores polidos vazios em que se canalizam passageiros para os embarcadouros, fazendo-os parecer uma mercadoria sujeita à eficiência dos fluxos.

Recorde-se agora como interessantemente já nos anos 60s, em “Community without propinquity” de Melvin Webber, se teve como corolário o facto da densidade física já não ser a característica exclusiva da urbanidade. O incremento da mobilidade e a importância dos meios de comunicação levavam a que, nos anos 70s, a “cidade-região” estivesse definida não por limites políticos, mas por o que Ignasi denomina por fluxos (de mercadorias e pessoas etc). O novo conceito de urbanidade na cidade região passava pois a contemplar uma cultura de mobilidade, e as autoestradas e cinturões que conectavam núcleos, funções urbanas e suportavam as comunidades e a vida urbana, a integrar a gramática de construção da cidade. Ignasi precisa também que, no modelo dos CIAM i.e. Carta de Atenas - o movimento correspondia já a uma das quatro funções (conjuntamente com a habitação, lazer e trabalho), mas o dito movimento, ainda que se reconhecesse a sua importância e se previsse uma zona específica de transportes, era objecto de tratamento separado. E apenas nos anos 50s, por parte da ala crítica dos CIAM, se começaria a desenhar o movimento, e a conceptualizar-se a figura que Ignasi denomina de “fluxo”, actualmente essencial para compreender o funcionamento das cidades globalizadas.

De resto esta crise abala simultaneamente um conceito estável da arquitectura e a prática do próprio planeamento.<sup>195</sup>

---

194) Emanuel Pimenta, *Teleantropos*, Estampa, Lisboa, 1999, p.294.

195) A crise afecta também a condição do planeamento, quando se torna um impeditivo incorporar a dimensão temporal, tanto no sentido de ponderar as mobilidades com o imprevisto. O segundo suscita que surjam novas formas de actuação, colaboração privado/público, gestão e instrumentalização urbanística como o projecto urbano dos anos 70/80s.

Como salienta Ignasi, a arquitectura não pode continuar apenas a ser vista em termos de estabilidade, localização e lugar; quando os fluxos de informação estendem a cognição/apropriação/percepção humana ao planeta e se altera o próprio significado tradicional de mobilidade e de lugar.

De resto, a mutação em curso afecta, como se vem aludindo, o planeamento urbano, onde os parâmetros urbanos tornam-se simultaneamente fixos e deslocados. E a própria descrição espacial convencional, congelada no ponto de vista da planta ou da perspectiva linear Albertiana, tende a ser substituída por uma descrição de dados de associabilidade múltipla assente em meios (visuais e não visuais) de cognição móvel (do infravermelho ao SIG).<sup>196</sup>

Refira-se agora o facto de em grande medida a análise de como os novos métodos de representação urbana afectam a forma como as cidades são planeadas, construídas e experienciadas ser um assunto ainda pouco explorado. No âmbito deste artigo gostaria de remeter para a publicação "City speculations" editada por Patrícia Phillips e que inclui contributos de autores como Christine Boyer. Esta engloba um conjunto de experiências, inspiradas-baseadas na conhecida maqueta gigante de Nova Iorque, realizada sob a direcção de Robert Moses por altura da Feira universal de 1939. Sumariamente a questão que se levanta é o facto de essa se tratar de uma representação obsessiva e estática; ainda que Robert Moses estivesse consciente da disponibilidade de uma diversidade de técnicas de simulação (algumas das quais empregues noutros locais dessa mesma Feira) e que estão bastante mais próximas do modo como experienciamos o espaço.<sup>197</sup> Ora as referidas experimentações ou "city speculations" mais recentes, ainda que apresentando várias estratégias e tecnologias de representação da cidade de hoje, têm precisamente em comum o facto de fugirem da representação singular e estática, expressando como aí se refere a ausência pós-moderna de um sujeito universal. À semelhança da nossa experiência urbana, privilegiam pois múltiplos pontos de vista e incorporam-se parâmetros de movimento e temporalidade que, simultaneamente, questionam como essas imagens afectam a percepção e compreensão da cidade actual. Neste sentido refira-se por exemplo a experiência do "Environmental simulation center", dirigido por Kwaetler, o qual salienta a importância da simulação

---

196) Podemos referir que já em 1966-68, a propósito do "projecto de um centro internacional de estudos avançados no campo da arquitectura e do urbanismo", Yona Friedman incluía a teoria dos grafos, a teoria da comunicação e a cibernética na prática arquitectónica e urbanística. Veja-se: Yona Friedman, *Arquitectura móvel*, Poseidon, Barcelona, 1978.

197) Moses, partiu de múltiplas fontes representacionais (mapas, fotos, etc.), para realizar uma maquete descomunal de Nova Iorque. Christine Boyer refere na publicação que a opção pela estaticidade foi consciente e tinha como propósito representar os 50 anos de domínio de Moses na construção de New Iorque. Como refere Boyer, ainda que os dioramas, panoramas e mesmo museus de cera tenham sido formas de entretenimento no fim do século XVIII, eles nunca experienciariam uma revitalização de interesse como no final do século XIX. A Feira universal de 1939 possuía dois exemplos opostos - a projecção da kodak numa secção esférica e a imagem móvel projectada numa superfície curva na instalação "time and space" - sendo que alguns anos depois, Waller usaria um aparato com som e imagem (cinerama) mais próximo da forma como a mente compreende o espaço.

urbana incorporar o tempo e o movimento do mundo real, abandonando as representações urbanas estáticas que sempre estiveram associadas às idealizações congeladas do poder.<sup>198</sup> Ou a "Fresh kills: imaging the landfill/scalling the city", de Mierle Ukeles, o qual identifica uma nova forma de experiência de planear (e contactar com o lugar) baseada nos recentes sistemas de representação, numa altura em que se tornou impossível lidar com a complexidade de um local sem a combinação de múltiplas tecnologias de representação (fotográficas, numéricas, temporais). Processando-se múltipla informação; uma diversidade de sistemas de DM-GIS<sup>199</sup> prometem assistir à tomada de decisões; combinado uma variedade de informações específicas em entidades mais maneáveis. Como refere Patricia Phillips, questiona-se assim também de que forma estas "metodologias de imaginário exerce influência nas nossas percepções do lugar ... como esses sistemas afectaram os parâmetros usados para lidar com o planeamento".<sup>200</sup>

Para além do prisma do planeador-urbanista, também, do ponto de vista do cidadão que experiência a urbe, tendem igualmente a existir (além das tradicionais landmarks e dos roteiros), outros inovadores sistemas de navegação com vista a permitir lidar com a complexidade da cidade, bem como aceder em qualquer sítio a informação integrada na arquitectura. E por exemplo para Michael Mensal, "os média, como a arquitectura, são enformadores de ambientes. Se ambos enformadores trabalharem sinergicamente para um produto integrado, o urbanismo contemporâneo pode descobrir uma oportunidade para manter um largo grau de coerência organizacional e navegabilidade invés de ser segregativo com infinita fragmentação".<sup>201</sup>

De facto, na cidade, surgem simultaneamente também novas formas de espaços arquitectónicos e novos usos pautados pela mobilidade. O imperativo da mobilidade e o entendimento do espaço como rede é claramente demonstrada pela densidade de infraestruturas<sup>202</sup> e pela profusão de mega equipamentos (centros-comerciais, etc) que se afirmam como fenómenos periféricos de centralidade intimamente relacionados com as redes de comunicação.<sup>203</sup>

Do ponto de vista conceptual, a análise do fenómeno urbano necessita de recorrer a várias perspectivas assentes em parâmetros distanciados dos

---

198) Patricia Phillips (ed.), *City speculations*, Princeton architectural press, Boston, 1996 p.38.

199) I.e. data mangement-geographic information system.

200) Patricia Phillips (ed.), *Op. Cit.*, p.93.

201) Bart Lootsma et alts (eds.), *Media and architecture*, The berlage institute, Roterdão, 1998, p. 80.

202) Autoestradas, estações de serviço, portagens, parques de estacionamento, terminais de autocarros, aeroportos e torres de controle, terminais portuários, metro, inter-modais e redes de transporte integrados, linhas férreas de alta velocidade, etc.

203) Estas tipologias, inseridas nas redes de fluxos, expressam estéticas dinâmicas. Refira-se dois exemplos interessantes: o do "centro de gestão das autoestradas" de Odile Decq/Benoit Cornette; e a "área de descanso" Schinichi Ogawa, um equipamento polivalente junto à estrada que pretende ser uma composição que incorpora o tempo. Veja-se: AAVV, *UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats*, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.205.

convencionais de permanência e estabilidade. Como notavelmente referiu Solá-Morales, a nova concepção espaço temporal e a conceptualização da figura de fluxo “começou a ocupar um lugar central na hora de explicar a arquitectura e a cidade contemporâneas”.<sup>204</sup>

Hoje, o espaço arquitectónico, na crise de uma concepção estável-estática e perante novas noção espaço-temporais, parece procurar já na justaposição de fenómenos e fluxos materiais (pessoas e bens) e imateriais<sup>205</sup> (serviços e informação) redefinir-se, viabilizando novas vivências e formas de relacionamento. E vivemos uma contemporaneidade em que as redes de infraestrutura e comunicação (eixos de transporte e informação) e suas interligações representam o suporte em que se apoiam os fluxos das recentes dinâmicas territoriais e conformam a estrutura da actual e inevitável nova realidade territorial disseminada/alargada.

---

204) Ignasi Solá-Morales, Present i futurs, arquitectura a les ciutats, em: AAVV, UIA 96: present i futurs, arquitectura a les ciutats, CCCB/COAC/ACTAR, Barcelona, 1996, p.14.

205) Eurolille pode ser um exemplo óbvio de uma resposta, em que a arquitectura se constitui como suporte das redes e como viabilizador de trânsito. Uma nova centralidade que, apoiando-se no nó do TGV, usufrui potencialmente da sua posição local/global.





Barcelona/Paris/Londres, ca.2009

## 4. O URBANO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO





# 4.1 O URBANO E TELEVIDA

(Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado, “Considerações sobre planeamento e urbanismo face à sociedade da informação” (2001- 2002), in: Luís Borges Gouveia (ed.), *Cidades e regiões digitais: Impacto na cidade e nas pessoas*, Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2003, p.237-249. CAC 2008)

## Antecedentes pioneiros

Na minha dissertação de doutoramento, descrevo que nos anos 80s, a microcomputação e comunicações proliferaram e como o livro de Gordon Pask intitulado “Microman” de 1982 providenciou uma percepção complexa do que então ocorria. A pouco conhecida proposta projectual Japan Net, resultante de um reencontro entre Pask e Cedric Price em 1986, também constitui uma experiência arquitectónica seminal no contexto da nova realidade tecnocultural que emerge e em que agora vivemos – a sociedade da informação. Curiosamente, a microcomputação também permitira poucos anos a definição do “Generator” desenvolvido por Cedric Price sob consultoria em sistemas computacionais pelos Frazers com o primeiro edifício inteligente, sendo que os Frazers prosseguiriam o desenvolvimento de relevante investigação na área do projecto assistido computacionalmente. Todos estes impactos - a nível urbano, arquitectónico e projectual – são detalhados na minha dissertação.

Neste contexto, gostaria de salientar/recordar que a transição para a sociedade da informação nos anos 80s maturada no período do pós-guerra, esteve ligada ao progresso tecnológico na informática e telecomunicações e no desejo pela imediaticidade global – a “global village” prognosticada por Marshall McLuhan – já em finais dos anos 1960s. Neste sentido, saliente-se que a informática e tecnologia computacional desenvolvida durante os anos 1950s, a difusão da computação pessoal ocorreu entre os anos 1970s e 1990s; e o desenvolvimento das telecomunicações e das redes computacionais continuou ao longo dos 1990s, permitindo uma estrutura para a performance humana global. Durante as últimas décadas, a computação tornou-se ubíqua e ocorreu um aumento da difusão e acesso à denominada vida digital.<sup>206</sup>

A actual rede planetária opera hoje como um verdadeiro sistema nervoso para sustentar a sociedade da informação, que, como Villém Flusser refere, “a produção, processamento e distribuição de informação toma posição

---

206) Como parte deste processo, duas distintas revoluções podem ser identificadas: uma imposta pelos computadores pessoais permitida pelos microprocessadores, e o mais recente fenómeno da estruturalização da rede global de comunicação.

central”<sup>207</sup> Uma abordagem à sociedade da informação é providenciada por Francisco Aguadero<sup>208</sup>, e Javier Echeverria fornece uma abordagem impressiva no que identifica como um “terceiro entorno”).<sup>209</sup>

Entre os mais expressivos sintomas desta realidade encontra-se a generalização do uso de serviços electrónicos e interactividade. Especialmente a internet, que se tornou passível de ser vista como protótipo da nova infraestrutura e à qual o acesso se tornou público em 1994. Recorde-se que a internet desenvolveu-se da Arpanet criada em 1969, o correio electrónico foi usado inicialmente em 1972, e que o protocolo TCP-IP foi adoptado em 1976. Pete Silver, antigo estudante da Architectural Association que mais tarde ensinou na Unit de John Frazer na AA, salienta que o ciberneticista Gordon Pask “prognosticou correctamente” a World Wide Web.<sup>210</sup> Segundo James Bradburne: “Dandy Edwardiano, Gordon estava meio século à frente do seu tempo. O seu trabalho no Biological computer laboratory de Heinz von Foerster na Concordia university, no ICA, em tudo prefigura o mundo em que vivemos hoje, um mundo de massiva computação paralela, e imensa comunicação à escala global por meio da internet”.<sup>211</sup> A internet superou todo o tipo de barreiras tecnológicas, políticas e geográficas, e tocou a sociedade em todas as esferas, tornando-se não apenas um recurso técnico da área científica mas sendo “também um fenómeno político, problema cultural e um grande negócio”.<sup>212</sup> Tendo crescido a um ritmo exponencial, a Net tornou-se um fenómeno mundial e uma espécie de “mundo virtual que reproduz em si, as mesmas virtudes, defeitos e conflitos que o mundo real”.<sup>213</sup> A expectância da sedimentação deste novo modelo tecno-cultural – a sociedade da informação – justifica a sua promoção por políticas internacionais.<sup>214</sup>

---

207) Villém Flusser, “Agrupamento ou interconecção”, in: Claudia Giannetti (ed.), *Ars telemática*, Edições relógio d’água, Lisboa, 1998, p.21-28.

208) Francisco Aguadero, *Sociedad de la información*, Acento editorial, Madrid, 1997, p.63.

209) Javier Echeverria, *Los señores del aire: teléopolis y el tercer entorno*, Destino, Barcelona, 1999.

210) Pete Silver, “A muse about gordon” (1997), disponível em: <http://www2.venus.co.uk/gordonpask/silver.htm> (acesso 12-1-2007).

211) James Bradburne, “Remembering Gordon Pask”, in: Ranulph Glanville e Bernard Scott (eds.), *Kybernetes*, V.30, N.7-8, 2001, p.1024-1025.

212) Raul Trejo, *La nueva alfombra mágica*, Ed. Fundesco, Madrid, 1996, cit in: Francisco Aguadero, *Sociedad de la información*, Acento editorial, Madrid, 1997.

213) Francisco Aguadero, *Sociedad de la información*, Acento editorial, Madrid, 1997.

214) A implementação do modelo da sociedade da informação com as suas necessidades de infraestruturas e generalização da cyberlife, deu lugar a estratégias que estão sendo desenvolvidas por todo o mundo. Após o “plano tecnológico americano” de 1993, a União Europeia criou o “plano Delors” e o relatório Bangeman (ambos de 1994), e continuou a perseguir aspectos relevantes no “E-europa” (1999).

# Televida

A novela de ficção científica “Neuromancer” de William Gibson, introduziu ideias de ciberespaço que inquestionavelmente se tornaram realidade.<sup>215</sup> Philippe Quéau e Tomás Maldonado, por exemplo, analisaram a natureza do “virtual”, salientam que muito da dialética realidade/virtualidade provem de um fundo histórico, e que o novo fenómeno da virtualidade, baseado nas tecnologias actuais, continua a apresentar tal.<sup>216</sup> Neste sentido, é interessante recordar como Simon Alford, que mencionou o enfoque do arquitecto Cedric Price na construção da ideia dos edifícios, recorda que o próprio Price salientou que “qualquer lugar é tão real como a experiência dele”.<sup>217</sup>

As abordagens arquitectónicas ao espaço digital – ao que se tornaria conhecido como “virtual architecture” – remota ao início dos anos 1990s. Neste sentido, o “Cyberspace: first steps” (1991) de Michael Benedikt, que inclui numerosas contribuições multidisciplinares, e o número da Any sobre “Electroculture” editado por Taylor, devem ser reconhecidos e destacados.<sup>218</sup>

O progresso explosivo da cyberlife e cyberspace vem tendo enorme repercussões arquitectónicas – no projecto, edificação e cidade.<sup>219</sup> Tal requer novas metodologias, um enriquecimento tecnológico e uma capacidade para operar no âmbito campo ambivalente entre o físico e o informacional, e incluso entre o real e o virtual. Neste sentido, curiosamente os projectos que detalhei na minha tese doutoral, oferecem pioneiras expressões arquitectónicas da nova emergente ordem tecnocultural, já então identificada por Cedric Price e alguns dos seus consultores.

Japan Net, em particular, reconheceu a mutação e dinamismo informacional. Tal pressupõe a aplicação de novas tecnologias e recursos media, tanto ao nível do espaço público urbano como do doméstico. Como Price recordou em 1993, o projecto contemplava tanto unidades físicas como redes

---

215) William Gibson, *Neuromancer*, Ace books, 1984.

216) Tomás Maldonado analisou a linha tenue entre realidade e representação, aludindo a antecedenets históricos, como a perspectiva renascentista ou o cinema, e como as novas tecnologias e virtualidade foi operando na nossa cultura. Veja-se: Tomás Maldonado, *Lo real y lo virtual*, Geodisa editorial, Madrid, 1994 (1992). Já Philippe Quéau, analisou a dialética realidade e virtualidade, expondo que a imagem virtual questiona a nossa relação com o real. Veja-se: Philippe Quéau, *Lo virtual: virtudes y vértigos*, Paidós, Barcelona, 1995.

217) Simon Alford, “On Price and value: constructing the idea”, in: Samantha Hardingham (ed.), *Cedric Price opera*, Wiley, Londres, 2003.

218) Michael Benedikt, *Cyberspace: first steps*, MIT Press, Cambridge-Ma, 1991. Mark C. Taylor (guest editor), *ANY “Electroctecture”*, N.3, Novembro-Dezembro 1993.

219) Segundo Javier Echeverría, com a passagem para esta nova realidade do “tercer entorno”, estamos a esperar a redefinição da arquitectua e planeamento urbano. Veja-se: Javier Echeverría, *Los señores del aire: teléopolis y el tercer entorno*, Destino, Barcelona 1999 (1995). Neste conspecto, veja-se ainda: William Mitchell, *City of bits*, MIT Press, Cambridge-MA, 1995. William Mitchell, *E-topia*, MIT Press, Cambridge-MA, 1999.

e terminais.<sup>220</sup> A cidade coexistia com uma infraestrutura de comunicação crucial e uma “Intelligent plaza”, enquanto as configurações edificadas eram capazes de reformulação mediante meios físicos e electrónicos. A proposta do Japan Net pressupunha que a cidade de Kawasaki desse lugar a um amplo sistema informativo evolucionário com uma matrix de feedbacks. Segundo Price (2003), “tal era sobre informação incorporada em várias formas de habitação, e sendo numa nova cidade industrial, mas então sendo em paisagens variadas. A cidade e os montes podiam todos ser acomodados no sistema”.<sup>221</sup>

Em certo sentido, a proposta projectual consistiria uma pioneira projecção da condição reconfigurada da urbanidade. De facto, uma cidade difusa, foi sendo instigada, reorganizando o território numa rede que articula uma geografia global. Simultaneamente, os computadores tornaram-se um meio de interação individual e mobilidade, e a performance da vida urbana tornou-se dependente de aspectos como as redes e ambientes de conexão telemática, produtos digitais (ATM, GPS, Palmtops, etc), fluxos materiais e imateriais etc. O espaço tornou-se num território de vida de espaços e ondas, resultante da sobreposição do território físico e digital. É claro hoje que a exponencial cyberlife comporta profundas repercussões à cidade.<sup>222</sup> Hoje, os planeadores urbanos deparam-se eles próprios simultaneamente com a cidade material tradicional e a cidade virtual<sup>223</sup> Michael Hensel salienta “a arquitectura e media são ambos ... formalizadores de ambientes. Se ambos trabalharem em sinergia em prole de um produto integral, o urbanismo contemporâneo ponde encontrar a sua oportunidade para organizar um amplo grau de coerência organizativa e navegabilidade em vez de ser segregador por via de infinita segmentação”.<sup>224</sup> A este respeito, os livros de William Mitchell devem ser salientados. O seu influente “City of bits” (1995) remete para o advento de uma nova realidade urbana da Era das refes electrónicas.<sup>225</sup> “E-topia” (1999) desenvolveu muitas das ideias mencionadas no livro precedente, ao mesmo tempo que também avançou um modelo urbano para tal tarefa projectual.<sup>226</sup> Como descrito por William Mitchell, a telemática inscreve a reformulação da cidade e a própria sociabilização; a cidade seria sustentada pela interconexão de espaços materiais e virtuais; enquanto a nova vida emanada é reforçada a um nível a montante por meio de lugares de encontro e electrónico e sistemas descentralizados de

---

220) Cedric Price, “Gordon Pask”, in: Ranulph Glanville (ed.), *Systems research*, V.10, N.3, 1993, p.165-166.

221) Hans-Ulrich Obrist (ed.), *Re: CP*, Birkhauser verlag AG, Basel, 2003, p.70.

222) As repercussões incluem, por exemplo, permitir a independência casa/trabalho, que dilui a distinção produção-distribuição-comércio, reduzindo a área do sector terciário e permitindo a oferta de muitas outras actividades.

223) Como Paul Virilio sugere, os planeadores urbanos encontram-se “entre os permanentes requisitos da organização e construção do espaço físico/real – os seus problemas territoriais, os constrangimentos geométricos e geográficos do centro e da periferia – e os novos requerimentos e gerir a realidade temporal de imediaticidade e ubiquidade”. Veja-se: Paul Virilio, *Open sky*, Verso, Nova Iorque, 1997, p.116.

224) Michael Hensel, in: *Various, Media and architecture*, The berlage institute of architecture, Amesterdão, 1998, p.80.

225) William Mitchell, *City of bits*, MIT Press, Cambridge-MA, 1995.

226) William Mitchell, *E-topia*, MIT Press, Cambridge-MA, 1999.

produção e consumo. O futuro ambiente urbano seria pois definido pelo fluxo de informação e pela conectividade, e o virtual e o físico funcionaria interdependente e complementarmente. Neste contexto, Mitchell afirma que a disciplina da arquitectura e urbanismo deveriam ser reformados de forma a lidar tanto com o físico como com o digital, concebendo tudo desde a infraestrutura e novas reconfigurações urbanas até espaços inteligentes e software.<sup>227</sup>

Mitchell também argumenta que a arquitectura se está tornando híbrida e inteligente. E neste sentido, recorde-se o projecto arquitectónico Generator de Cedric Price, que foi edificado como o primeiro edifício inteligente. A versão inicial data de finais dos anos 70s, mas quase uma década depois, no fim dos anos 80s, o projecto seria revisitado, como descrito em detalhe na minha dissertação doutoral. Em certo sentido, tal constitui uma exploração seminal do impacto da sociedade da informação ao nível do projecto e edificação, semelhante ao que Japan Net significara e fizera no que tange ao nível urbano.

---

227) Ibid.



## 4.2 O URBANO E A CIDADE DIGITAL

(Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado, "Considerações sobre planeamento e urbanismo face à sociedade da informação" (2001- 2002), in: Luís Borges Gouveia (ed.), "Cidades e regiões digitais: Impacto na cidade e nas pessoas", Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2003, p.237-249).

### A urgência da cidade digital

As novas tecnologias da informação e comunicação tem um profundo impacto na sociedade contemporânea, originando um modelo social centrado na convergência da informática e das telecomunicações, que também a Comunidade Europeia procura implementar. Relativamente a Portugal, recordemos que se a recente desmantelação do monopólio das telecomunicações dá início ao lançamento de medidas de implementação-motivação da sociedade da informação, não podemos também esquecer que o nosso país se encontra no grupo de países europeus caracterizado por uma velocidade lenta no que respeita a introdução da Sociedade da Informação SI, possuindo baixa percentagem de terminais por habitante e um acesso dispendioso à Net.

Essas novas tecnologias devem ser entendidas, mais do que meras técnicas, como verdadeiros elementos culturais invasores do quotidiano de uma parcela significativa da população globalizada. Promovendo novas formas sócio-culturais independentes da distância espaço-temporal. Tal contexto, como facilmente se depreende, tem um impacto profundo na forma e vida das cidades.

Várias são as cidades portuguesas que têm criado sites na internet passando a figurar no espaço da "rede das redes" e adaptando-se ao paradigma tecnocultural da SI. Despoleta-se assim um debate acerca da emergência das cidades digitais (veja-se o sucesso de "Aveiro-cidade digital" entre outros) e a necessidade das cidades não permanecerem indiferentes a esse desafio, realizando projectos coerentes de cidade digital, que em estreito relacionamento e complementaridade com a cidade tradicional sustentem as práticas sociais da sua comunidade. Com o recurso a uma equipa transdisciplinar qualificada formada por engenheiros, informáticos, sociólogos, economistas, etc; e por arquitectos-urbanistas que fazendo uso da sua tradição disciplinar possam em conjunto em conjunto com os novos tecnólogos articular as cidades tradicionais à Era digital.

# A experiência em curso do “projecto” de cidades digitais

Artigos anteriormente publicados, suscitaram que me fizessem perguntas acerca do “projecto de cidades digitais”, sua concepção e planeamento.

Deve-se diferenciar desde já os sites dedicado a uma determinada cidade e um “projecto de cidade digital”. No primeiro é simplesmente disponibilizada informação acerca da cidade (caracterização e historial, meteorologia, agenda cultural, bolsas de emprego, etc), a localização de lugares importantes (hotelaria, restauração, estabelecimento comerciais, clubes e associações, etc), serviços úteis (táxis, farmácias, oficinas, bombas de gasolina, caixas multibanco, etc), eventualmente fóruns e chats, etc. No segundo caso, trata-se de um projecto complexo, em que se estabelece um interface interactivo com essa informação e uma conexão à actividade urbana da cidade real.

Nada mais explícito e produtivo haverá do que percorrer a experiência nacional em curso, e depois transcrever e aplicar as várias experiências a um caso concreto.

Um “projecto” de cidade digital visa conceber e realizar um interface tecnológico destinado a potenciar a performance das actividades de uma cidade. Pretende a disseminação do acesso informativo conducente à satisfação das necessidades dos cidadãos e à maior capacidade operativa dos vários sectores que nessa cidade operam. A “cidade digital” concretiza, ao nível da cidade, as medidas traçadas pela Comunidade Europeia CE para implementar a “sociedade da informação” – um dos projectos estratégicos mais importantes em curso em toda a Europa. A cidade digital constituiu um parâmetro de qualificação do desenvolvimento das cidades europeias e portuguesas. A aceitação ou recusa deste desafio por parte dos municípios, conduzirá ao usufruto das oportunidades e benefícios comportados pela Era da informação ou, por outro lado, resultará numa marginalização com altíssimas facturas.

Um “projecto de cidade digital” tem como principais objectivos a qualidade de vida dos cidadãos, a competitividade económica e a integração social. Como referiu o ex-ministro Mariano Gago, por altura do lançamento do “programa cidades digitais” (1998), os elementos constitutivos do modelo da “cidade digital” são entre outras dimensões: “a utilização de tecnologias digitais de informação e de telecomunicação para a melhoria dos cuidados de saúde, a efectiva redução da burocracia administrativa, a capacidade de geração de trabalho qualificado e de teletrabalho, a simplificação e transparência dos processos de decisão, a diversidade da informação recebida ou tratada, a abertura e reconhecimento dos processos de educação e de formação profissional, a generalização segura do comércio electrónico, a oferta de novos modos de lazer, o apoio a cidadãos com necessidades especiais.”

Como sabemos o programa “cidades digitais” deu inicialmente apoio privilegiado a um número restrito de cidades para que avançassem com “projectos de cidades digitais” e, numa segunda fase, esperou-se que outras avançassem para este investimento de importância crucial (podemos por exemplo referir as experiências empreendidas por Aveiro, Bragança, Marinha Grande, etc).

Posteriormente surgiu o programa “Portugal digital” (apresentado a 26 de fevereiro de 2000) que permaneceria em vigor nos seguintes 7 anos, mobilizando um investimento público considerável a partir do Quadro Comunitário de Apoio. Este programa procura “desenvolver e generalizar a todo o país, cidades e regiões digitais, formar e qualificar as pessoas, promover a investigação e o desenvolvimento”. Podemos de certa forma dizer que o programa “Portugal digital” pretende já estender os projectos de “cidades digitais” a um país “Portugal digital”. E trata de fomentar o investimento em projectos de acordo com a capacidade individual e colectiva presente e a segurança prevista da potenciação dos custos em benefícios.

Quanto a cidades que então não desenvolveram o seu projecto de cidade digital, esse processo pode passar pela constituição de equipas transdisciplinares organizadas para esse fim sob a forma de empresas capazes de conceber um projecto de “cidade digital”, que aconselhe e apoie o poder local, relativamente ao lançamento de iniciativas, à mobilização de sinergias, à estruturação de conjuntos de acções e projectos que usufruam dos financiamentos estatais lançados desde há alguns anos e que apoiem a coordenação de esforços com vista à implantação de um verdadeiro “Projecto digital global” para cidade.

Neste sentido é necessário assegurar-se uma colaboração articulada entre estas empresas especializadas com a autarquia e sector público local, tal como com o núcleo empresarial, com as diversas organizações e colectividade em geral, com vista a tornar realidade o projecto de cidade digital para que estas e a cidade usufruam dos meios digitais e telemáticos a níveis diversos (na administração, no ensino e em instituições científicas, na actividade empresarial, no campo da acção social, etc).

## **A transcrição da experiência ao caso concreto de um projecto “Figueira da Foz digital”**

Entre as cidades médias portuguesas que então ainda não desenvolviam este projecto da Figueira da Foz, que tomaremos como caso concreto para transcrever a experiência nacional. Na Figueira da Foz pôr em marcha um projecto digital sério de beneficiação urbana, significaria primeiro existir um empenhamento colaborante da autarquia e uma sensibilização da co-

lectividade para a mais-valia comum que significa o projecto com vista a assegurar a sua participação/integração e, depois, assegurar a mobilização dos apoios do estado, com vista a lançar acções e constituir uma estrutura de organização chamada “Projecto global da cidade digital” por uma entidade organizada para o efeito.

O caso da cidade da Figueira da Foz, onde então ainda não foi desenvolvido este “Projecto global de cidade digital”, requer uma abordagem complexa que tem em conta a caracterização social, a sectorização económica e outras condições e desejos da região. Resumidamente podemos avançar que parece central a optimização do acesso aos serviços e do funcionamento das actividades locais, a difusão da informação e conhecimento na comunidade (que como sabemos é a enzima socioeconómica da actualidade), e o reforço da identidade da cidade. Assim como simultaneamente desenvolver o incentivo à comunicação com o exterior, donde ressalta a necessária promoção do sector turístico e qualificação da sua performance e o fomento da competitividade do tecido empresarial, que se expressará em criação de riqueza e qualidade de vida.

O projecto global da “Figueira da Foz digital” seria por seu lado constituído por uma série de “projectos-piloto”, que são definíveis de acordo com o contexto urbano e as especificidades locais. Como frequentemente acontece, abrangeria áreas como a saúde, a administração, a educação (acesso à informação, tele ensino, bibliotecas e arquivos em rede), acção social (apoio à integração e autonomia de grupos sociais desfavorecidos), comércio e indústria, etc. Embora não sendo obviamente o carácter deste texto o apropriado para discriminar a complexidade das características de cada uma das áreas, podemos esboçar uma ideia de alguns projectos-piloto prioritários.

## Projectos-piloto

### No campo da dinâmica urbana (1ª fase):

- desenvolvimento de um “site” onde será disponibilizada informação acerca da cidade (caracterização e historial, meteorologia, agenda cultural, bolsas de emprego), a localização de lugares importantes (hotelaria, restauração, estabelecimento comerciais, clubes e associações), serviços úteis (táxis, farmácias, oficinas, bombas de gasolina, caixas multibanco), eventualmente fóruns e chats;
- pontos de informação multimédia na cidade.

### No campo da comunidade em geral:

- difusão da informação e conhecimento na comunidade (que como sabemos é a enzima socioeconómica da actualidade);
- info educação;
- postos de internet públicos.

- reforço de uma rede comunitária (futura criação de POP's e estabelecer-se incentivos à criação e utilização de uma rede comunitária, composta por tecnologias diversas de acordo com os propósitos específicos, e igualmente incentivar a criação e exploração dos conteúdos e serviços).

#### **No campo da administração local:**

- modernização e reforma dos procedimentos administrativos;
- facilidade das relações institucionais;
- desenvolvimento de um “espaço município digital”, através do qual os cidadãos podem aceder a muitos dos serviços prestados pela Câmara ou outros de âmbito público não local que já funcionem a partir da Net;
- desenvolvimento da “loja do cidadão” que visa otimizar e estruturar os serviços e funcionamento da Câmara.

#### **No campo do urbanismo e obras:**

- informação sobre licenciamento de obras, obras municipais e obras estruturantes;
- desenvolvimento de “sistemas de informação municipal” que suportem a gestão e acção eficaz do município, começado inicialmente por um SIG (sistema de informação geográfica) e posteriormente recorrendo a complexos Sistemas de bases de dados e Sistemas de gestão.

#### **No campo empresarial:**

- fomento da inserção global das empresas;
- fomento de práticas de teletrabalho por vezes suportadas em centros multimédia.

#### **No campo do comércio e indústria:**

- incentivo à comunicação com o exterior;
- promoção do investimento;
- fomento da competitividade do tecido empresarial;
- promoção do sector turístico e qualificação da sua performance.

#### **No campo da educação:**

- ligação das escolas e outras instituições culturais na rede digital com vista a fomentar o conhecimento e a optimização dos recursos.

#### **No campo da saúde:**

- asseguramento da ligação dos centros médicos e farmácias em rede;
- desenvolvimento da telemedicina e de serviços à distância conectando profissionais e instrumentos em caso de urgência.

#### **No campo da acção social:**

- apoiar a integração e autonomia de grupos sociais desfavorecidos;
- articulação com a protecção civil;
- articulação com a juventude e desporto.

#### **No campo do património e do ambiente:**

- divulgação do património municipal e do ambiente.

## **A implementação dos “projectos-piloto” do “Figueira da Foz digital”**

Deve ter-se em conta o facto dos antes enumerados “projectos-piloto” de áreas específicas integrarem e concorrerem para um projecto global da “Figueira cidade-digital”. O projecto global da “Figueira digital” tratar-se-ia pois de um projecto faseado composto por vários “projectos-piloto” de áreas específicas que concorrem para um mesmo objectivo. Para uma maior exequibilidade, estes projectos-piloto podem ser postos em marcha individualmente desde que integrados numa estratégia pré-defenida comum. (Os projectos piloto de determinadas áreas, podem de resto recorrer a apoios específicos, como o programa “Internet na escola” de 1996).

Na prática, à medida que surgissem meios e condições, mobilizar-se-iam parcerias com vista a determinados objectivos delimitados e realistas do ponto de vista das especificações técnicas e financeiras, com vista a desenvolver na íntegra determinado projecto-piloto” e enriquecer o “projecto estratégico global Figueira da Foz digital” que se encontraria a montante. Tratar-se-ia pois de um projecto sócio-económico-cultural aberto, contínuo, dotado de adaptabilidade que buscava o equilíbrio entre o realismo das oportunidades e a urgência das necessidades/objectivos.





Maputo, Moçambique, ca. 2009

# 5. PELA SOBREVIVÊNCIA DA CIDADE





# 5.1 UMA CIDADE CRIATIVA

(Capítulo correspondente a texto em coautoria com Sandra Alves. Publicado em: Gonçalo Furtado e Sandra Alves, “Cidades criativas em Portugal e o papel da arquitetura: Mais uma estratégia a concertar”, in: AAVV, Revista Crítica de ciências sociais, Centro de estudos sociais da Universidade de Coimbra, N.99, Coimbra, 2012, p.125-140. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5137>).

## Definições

No âmbito do presente texto abordar-se-á o conceito de cidade criativa, enquanto parte de uma série de outras ideias que têm surgido na investigação das dinâmicas espaciais e urbanas associadas à eventual emergência de uma nova economia. Uma delas é o facto de parte significativa dos setores intensivos em conhecimento (tecnológico e criativo) tenderem a concentrar-se no espaço urbano – as chamadas “indústrias criativas”. Nesse sentido, depreende-se que cidade criativa poderá ser um fenómeno de concentração dessas atividades nas cidades, e o potencial que estas poderão representar para a transformação das mesmas. A clarificação do conceito de cidade criativa pressupõe, então, atender aos conceitos de “criatividade” e “indústrias criativas”

O conceito de “criatividade” é geralmente definido como um processo mental que envolve a geração de novas ideias, ou a associação de ideias pré-existentes; é simultaneamente um ato inventivo e experimental que pressupõe assumir riscos. A criatividade, na abordagem da cidade criativa, é associada à lógica capitalista, adquirindo grande dimensão, e sendo vista como potencial motor para o crescimento económico, social e territorial da cidade.

Muitos foram os autores e entidades que contribuíram para o conceito da criatividade sob o ponto de vista económico, de entre os quais a UNCTAD:<sup>228</sup> [Criatividade]: “refere-se à formulação de novas ideias e à aplicação dessas ideias para a produção de obras originais de arte e produtos culturais, criações funcionais, invenções científicas e inovações tecnológicas. Há, portanto, um aspecto económico para a criatividade, observável no modo como fomenta o empreendedorismo, promove a inovação, aumenta a produtividade e promove o crescimento económico.”<sup>229</sup>

---

228) United Nations conference on trade and development, cf. <http://www.unctad.org/>. Desta instituição veja-se, por exemplo, a seguinte publicação: UNCTAD, Creative-industries and development, United nations, São Paulo, 2004.

229) 2008, p.3.

O conceito de “indústrias criativas” é mais restrito às atividades criativas, avançado igualmente por inúmeros autores e entidades e que consiste num conjunto de (sub)setores criativos industriais, que têm por centro a criatividade humana (arte, artesanato, moda, design, arquitetura, publicidade, software). Trata-se de um conceito proveniente das tradicionais atividades mais artísticas e indústrias culturais e que foram alvo de evolução. Tal evolução foi associada, em grande medida, ao desenvolvimento tecnológico e à integração das redes de informação e comunicação, enquanto meios de conexão e mobilidade.

Interessa recordar que o conceito surgiu no início dos anos 1990, na Austrália, e apenas no final da década teve uma atenção relevante. Esta relevância deveu-se em grande medida ao UK-Government department for culture, media and sports (DCMS) com a criação em 1997, do grupo de trabalho Creative industries unit and task force.<sup>230</sup> Estimulado pelo governo na década de 90, a economia e as “indústrias criativas” do Reino Unido despertaram fortemente o interesse internacional. Chris Smith, o então secretário de estado do Reino Unido para a cultura, média e desporto, na publicação Creative industries mapping document,<sup>231</sup> referiu-se à “criatividade” e às “indústrias criativas”, como sendo um setor de crescimento económico, afirmando: “As economias e sociedades mais bem-sucedidas do século XXI vão ser também as mais criativas. Criatividade vai fazer a diferença – para as empresas que procuram vantagens competitivas, para as sociedades que procuram novas formas de abordar problemas e melhorar a qualidade de vida. ...Quero, em particular, que as nossas indústrias criativas para continuarem a aproveitar as oportunidades de um mundo em rápida mudança, pensem fora da caixa, inovem, sejam flexíveis e rápidas e se esforcem para realizar o seu pleno potencial”.<sup>232</sup>

No referido Creative industries mapping document do DCMS, as “indústrias criativas” surgiram definidas como: “aquelas indústrias que têm a sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial de criação de riqueza e de emprego através da geração e exploração da propriedade intelectual”.<sup>233</sup> E, desde então, o termo entrou na esfera pública cultural, política e académica, descrevendo um campo de trabalho que se preocupa com as práticas criativas das artes e cultura em geral e que

---

230) O Creative industries unit and task force é um grupo de investigação, pertencente ao DCMS, que trabalhou no sentido de identificar as ameaças e oportunidades com que o setor criativo se deparava, bem como o seu potencial e contributo para o país, do qual resultou o primeiro “Creative industries mapping document”, publicado pela primeira vez em 1998, e atualizado numa segunda edição em 2001.

231) Esta publicação atribui um olhar relevante às indústrias que, no passado, muitas vezes não foram encaradas como partes sérias e integrantes da economia. O documento de mapeamento oferece uma definição ampla do que é a economia criativa, com a análise de indústrias específicas: o que fazer, os seus volumes de negócios, as exportações, o registo de emprego e estrutura, e deixa um conjunto de orientações para o crescimento coeso do setor, bem como o seu potencial estratégico para dinamização de regiões economicamente deprimidas no Reino Unido.

232) Chris Smith, Creative industries mapping document, Department for culture media & sport, 2001, p.3. (disponível em <https://www.gov.uk/government/publications/creative-industries-mapping-documents-2001>, acesso 12.4.2013).

233) DCMS, Creative industries mapping document, DCMS, Londres, 2001, p.5.

passa pela incontestável dimensão económica. O inovador documento do DCMS veio servir de referência a muitos outros estudos e investigações, os quais deram lugar a novas ou reformuladas definições. De facto, vários países com protagonismo no desenvolvimento do tema procuraram então definir individualmente os seus próprios setores criativos, como base de uma verdadeira estratégia político-económica de desenvolvimento. Interessa neste sentido referir que a natureza dos diversos setores criativos difere de país para país.

Foi a partir destes conceitos de “criatividade” e “indústrias criativas” que emergiu o conceito de cidade criativa. Existem diversas abordagens sobre o que esta representa, bem como a sua importância para o desenvolvimento urbano. Vários autores têm contribuído para a teorização do tema, salientando-se, entre outros, Michael Porter (1990)<sup>234</sup>, Charles Landry e Franco Bianchini (1995)<sup>235</sup>, Allen Scott (1997)<sup>236</sup>, Andy Pratt (1997)<sup>237</sup>, Ken Robinson (1999, 2001)<sup>238</sup>, Richard Caves (2000)<sup>239</sup>, John Howkins (1999, 2001)<sup>240</sup> ou Richard Florida (2002, 2005, 2008).<sup>241</sup> Dos autores referidos, Pratt, Scott ou Caves debruçaram-se mais sobre as atividades culturais e criativas e a sua evolução para as “indústrias criativas”, bem como a sua importância para a economia.

No quadro do presente artigo, destacam-se, no entanto, as obras dos autores que mais debateram o conceito da cidade criativa e a sua associação à cidade, economia e sociedade. O livro *The creative city* de Charles Landry e Franco Bianchini, de 1995, aborda assuntos tão importantes e inovadores para a temática como o que é um ambiente criativo e como fomentá-lo ou a importância do património histórico e cultural para a cidade e economia. Charles Landry foi, de resto, autor de diversos documentos e de uma das publicações mais importantes no âmbito do fenómeno das cidades criativas, o livro *The creative city: a toolkit for urban innovators*, de 2000, que veio dar seguimento à obra assinada em parceria com Franco Bianchini. No

---

234) Michael Porter, *The competitive advantage of nations*, Macmillan, Basingstoke, 1990.

235) Charles Landry e Franco Bianchini, *The creative city*, Demos, Londres, 1995.

236) Allen Scott, “The cultural economy of cities”, in: AAVV, *International journal of urban and regional research*, V.21, N.2, 1997, p.323-339.

237) Andy Pratt, “The cultural industries productions system: a case study of employment change in Britain: 1984–91”, in: AAVV, *Environmental and planning A*, V.29, N.11, 1953-1974 (1997).

238) Ken Robinson, *All our futures: creativity, culture and education*, NACCCE report, 1999. Ken Robinson, *Out of our minds: learning to be creative*, Capstone publishing, West sussex, 2001.

239) Richard Caves, *Creative industries: contracts between art and commerce*, Harvard university press, Cambridge, 2000.

240) John Howkins, *The creative economy: how people make money from Ideas*, Penguin, Allen lane, 2001. John Howkins, *Creative ecologies: where thinking is a proper job*, UQP, St.Lucia, 2009.

241) Richard Florida, *The rise of the creative class: and how it’s transforming work, leisure, community and everyday life*, Basic books, Nova lorque 2002. Richard Florida, *Cities and the creative class*, Routledge, Nova lorque, 2005. Richard Florida, *Who’s your city? How the creative economy is making where to live the most important decision of your life*. Basic books, Nova lorque, 2008.

livro, Landry defende que é nas especificidades de cada lugar – um *genius loci* – que as cidades podem potenciar os seus ativos urbano-económicos seguindo a máxima “tornar uma fraqueza numa força”<sup>242</sup>, ou seja, reutilizando o potencial não aproveitado em benefício urbano. Nas palavras do autor: “como o mundo de recursos culturais se abriu para fora, ficou claro que cada cidade poderia ter um nicho e ‘fazer algo do nada tornou-se totémico para qualquer um que tente desenvolver ou promover cidades feias, cidades frias ou quentes ou lugares marginais”<sup>243</sup> Segundo Charles Landry, cada cidade pode ser um centro global de alguma coisa, se persistentemente se esforçar e olhar para si própria e para o potencial dos seus recursos.

Outro documento importante na abordagem da cidade criativa é o livro *All our futures: creativity, culture and education*, de 1999, escrito por Ken Robinson. Robinson relembra como o sistema educacional é fundamental para a criatividade e talento das sociedades, referindo que “se nos preparamos com êxito para o século XXI, teremos de fazer mais do que apenas melhorar as nossas competências nos planos do cálculo numérico e da literacia. Precisamos de uma educação ampla, flexível e motivadora que reconheça os diferentes talentos de todas as crianças e ofereça excelência para todos”<sup>244</sup>. O autor defende que, quanto mais criativa e direcionada for a educação das crianças, mais bem preparadas elas ficarão para o futuro e para os seus desafios.

Outra perspetiva mais voltada para o capitalismo decorre do livro *The creative economy: How people make money from ideas*, de John Howkins, de 2001, no qual é explorada a ideia de como se pode transformar criatividade em dinheiro. Por último, também incontornável é a abordagem de Richard Florida, que, em particular em *The rise of the creative class*, enfatiza a relação entre cidade e criatividade e defende a existência de uma classe criativa, entendida como recurso determinante para a competitividade territorial. Segundo Florida, é na capacidade de as cidades captarem a classe criativa que se delinea o seu sucesso. E, para isso, o autor defende a fórmula simples que as cidades necessita reunir: “os 3Ts do crescimento económico: tecnologia, talento e tolerância”<sup>245</sup>. Segundo Richard Florida:

“O nosso trabalho encontra uma forte ligação entre tecnologia e talento bem-sucedidos e lugares que estão abertos a imigrantes, artistas, homossexuais e que proporcionam integração racial. Estes são o tipo de lugares que, ao permitir que as pessoas sejam elas mesmas e validem as suas identidades distintas, mobilizem e atraiam a energia criativa que borbulha, naturalmente, em todas as esferas da vida”<sup>246</sup>.

Em suma, defende o autor que o nível de desenvolvimento de uma região está atualmente associado à sua capacidade de atrair e reter talento,

---

242) Charles Landry *The creative city: a toolkit for urban innovators*, Comedia, Londres, 2008 (2.ª ed.), p.8.

243) *Ibidem*.

244) Ken Robinson, *All our futures: creativity, culture and education*, NACCCE report, 1999, p.5.

245) Richard Florida, *Cities and the creative class*, Routledge, Nova Iorque, 2005, p.6.

246) Richard Florida, *Op. Cit.*, p.7.

mantendo dessa forma níveis de inovação e competitividade. Confere às políticas públicas o papel de criar ambientes urbanos favoráveis a esta atratividade. Com base nesta abordagem, as cidades tornar-se-iam competitivas se fossem capazes de atrair talentos para criar e aplicar conhecimento no desenvolvimento daquilo que Porter definiu como “clusters de atividades”<sup>247</sup> que propiciassem crescimento económico e níveis de qualidade de vida para os seus habitantes.

Paralelamente a todos estes autores, várias instituições, tanto de carácter nacional (por exemplo DCMS<sup>248</sup> ou NOIE<sup>249</sup>), como internacional (por exemplo CE,<sup>250</sup> OCDE,<sup>251</sup> UNESCO,<sup>252</sup> ERICArts,<sup>253</sup> UNCTAD, etc.), têm igualmente adotado e desenvolvido tais ideias, criando documentos relevantes na temática.

---

247) Clusters são aglomerações geográficas e setoriais de produtores de bens ou serviços diferenciados, cooperando entre si e com outros agentes também especializados (fornecedores, agentes comerciais, agentes transportadores, centros de I&D, etc.). Partilhando ideias, soluções, clientes, equipamentos, espaços, pessoal, estratégias de gestão, marcas e marketing conseguem impor-se face às grandes potências do capitalismo global que dominam os canais de produção, divulgação e venda de ideias. Este ponto de vista é partilhado por Michael Porter. A este propósito veja-se por exemplo Porter: Michael Porter, *Local clusters in a global economy*, in: John Hartley (org.), *Creative industries*, Blackwell publishing, Oxford, 2005, p.259-267.

248) DCMS é o UK Government’s department for culture, media and sport, departamento do governo britânico com responsabilidade na cultura, no desporto, no turismo, no lazer, nas indústrias criativas e em alguns aspetos dos meios de comunicação do Reino Unido (por exemplo radiodifusão e internet). Cf. <http://www.culture.gov.uk/>. Desta instituição veja-se, por exemplo, as publicações de 1998 e 2001.

249) NOIE é a National Office for the Information Economy. Em 2004 o NOIE foi substituído pelo AGIMO (Australian government information management office), ficando as suas funções divididas entre o AGIMO e o DCITA (Department of communications, information technology and the arts). Esta instituição tem funções relativas à promoção e coordenação da utilização de novas informações e tecnologias de comunicação para oferecer políticas de governo, informações, programas e serviços. Cf. <http://agimo.govspace.gov.au/>. Desta instituição veja-se, por exemplo, a publicação DCITA e NOIE: DCITA e NOIE, *Creative industries cluster study: stage one report*, DCITA, Canberra, 2002.

250) CE refere-se a comissão europeia. Cf. <http://ec.europa.eu/>. Desta instituição veja-se, por exemplo, CE: CE, *Green paper: unlocking the potencial of cultural and creative industries*. CE, Bruxelas, 2010.

251) OECD é a Organization for Economic cooperation and development. Cf. [www.oecd.org/](http://www.oecd.org/). Veja-se por exemplo: OECD, *The new economy: beyond the hype*, OECD, Paris, 2001a; e OECD, *Cities and regions in the new learning economy*, OECD, Paris, 2001b.

252) UNESCO é a United Nations educational and cultural organization. Cf. <http://www.unesco.org/>. Desta instituição veja-se, por exemplo, *Global alliance for diversity: United Nations*, “UNESCO: Global alliance for diversity, understanding creative industries: Cultural statistics for public policy making”, UNESCO, 2006.

253) ERICArts é a European institute for comparative cultural research, uma organização independente que se preocupa com a pesquisa cultural e acompanha as políticas culturais em cooperação com especialistas de mais de quarenta países europeus. Cf. <http://www.ericarts.org/web/index.php>. Desta instituição veja-se, por exemplo, ERICArts, *Making information society work for culture, an instant survey carried out for the council of europe*, ERICArts, Nit, 2001.

Em suma, não obstante a coexistência de abordagens diferentes, todas estas reflexões têm tido um grande impacto nas cidades e na maneira de pensar a sua organização e revitalização, reforçando a ênfase nos chamados fatores soft (talento e criatividade).

Os princípios da abordagem criativa apontam assim para uma mudança de paradigma. É uma mudança que pretende promover as cidades enquanto ambientes criativos, entendidos como espaços nucleares para a interação de talentos, atividades criativas e sinergias culturais, em clara articulação com a capacidade de criar valor económico e catalisar a regeneração urbana. Isso exige forte capacidade organizacional e de liderança, assim como a promoção de dinâmicas culturais capazes de gerar efeitos económicos e de renovação urbana relevantes e sustentados. O que é certo, como se ilustrará mais à frente, é que são já muitas as cidades e instituições que recorrem à abordagem criativa como plataforma para as suas políticas urbanas, económicas e sociais.

## Desafios da cidade criativa

Após a exposição de conceitos chave relacionados com o paradigma da criatividade, interessa agora abordar quais as orientações para práticas urbanas conducentes a uma cidade criativa. A formulação original de cidade criativa assenta fortemente no potencial das “indústrias criativas” e na sua capacidade de atrair e fixar talento. É assumido, por sua vez, que a criatividade é favorecida por contextos territoriais específicos, ambientes dotados de forte identidade e que favoreçam a atração do que Florida designou por “classe criativa”<sup>254</sup> e de indivíduos especializados que munam as comunidades de conhecimento.

Assim sendo, e segundo esta orientação teórica, o sucesso das cidades contemporâneas passa pela capacidade de atrair capital humano qualificado, com vista à criação e aplicação de conhecimento em “clusters urbanos” e “indústrias criativas”,<sup>255</sup> que por sua vez se poderão traduzir numa economia mais robusta e numa cidade mais competitiva.

Recorde-se que a problemática das cidades atuais surge equacionada no contexto da economia global, em que a competitividade se exerce à escala mundial, e que o crescimento extensivo das cidades no passado gerou uma série de problemas relacionados com a sustentabilidade ambiental, económica e social da urbe.

Neste sentido, as práticas urbanas conceptualizadas para o século XXI passam por orientar as políticas urbanas para o interior da cidade, promovendo o retorno e fixação da população, tendo em conta opções políticas, instru-

---

254) Richard Florida, *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*, Basic books, Nova Iorque 2002.

255) Richard Caves, *Creative industries: contracts between art and commerce*, Harvard university press, Cambridge, 2000.

mentos a utilizar, escalas territoriais e atores envolvidos. A este propósito Friedman aponta três princípios importantes a ter em conta nas práticas urbanas para o século XXI: sustentabilidade ambiental, coesão social e governança democrática.

É no atual contexto do século XXI, de capitalismo global e de alguma decadência da cidade, que o paradigma da cidade criativa é encarado por muitos autores e entidades como um modelo que promete inverter esta tendência e trazer vitalidade e identidade às cidades.

Neste seguimento, importa expor algumas práticas urbanas concretas que têm por filosofia de base este paradigma da criatividade. Um bom exemplo é o projeto “Intelligent cities: cidades inovadoras e competitivas para o desenvolvimento sustentável”,<sup>256</sup> que defende a criação de espaços inovadores – o Innovation hub (iHub). O Innovation hub consiste num instrumento de política urbana que visa promover em centros urbanos a criação de espaços de inovação e criatividade, criando condições para a atração e fixação da “classe criativa”. É um instrumento de política urbana que recorre à recuperação de antigas zonas degradadas, dotando-as de novas infraestruturas e convertendo-as em polos de inovação, dirigidos para as indústrias criativas.<sup>257</sup> Através destas intervenções urbanas são criadas novas dinâmicas, que fomentam a atração de indivíduos e incutem novos hábitos de estar e de agir perante a cidade. A conformação destes grupos leva também à discussão de ideias e troca de experiências, que contribui para enriquecer os próprios “clusters criativos”. Segundo a Inteli,<sup>258</sup> os “ihubs promovem uma ampla variedade de interações e o surgimento de ambientes de uso misto, diluindo as fronteiras entre espaços físico, digital, económico, social e cultural”.<sup>259</sup>

Muitas destas reconversões urbanas ocorrem em centros históricos, antigas zonas industriais ou frentes ribeirinhas. Trata-se de zonas antigas degradadas mas com forte identidade local, sendo pois propícias à implementação de práticas consonantes com a abordagem de cidade criativa.

---

256) O projeto Intelligent Cities, “Cidades inovadoras e competitivas para o desenvolvimento sustentável” é uma iniciativa apoiada pelo Programa europeu Interreg IIIC – zona sul (Interreg é um programa que estimula a cooperação entre diferentes regiões Europeias; sobre o programa INTERREG IIIC veja-se a página eletrónica <http://www.interreg3c.net>). O Intelligent Cities visa desenvolver uma estratégia para uma política de cidades, nomeadamente em termos do design e planeamento de innovation hubs. O projeto tem como parceiros as seguintes instituições: Inteli é a Inteligência em Inovação (cf. [www.inteli.pt](http://www.inteli.pt)); DPP é o Departamento de prospectiva e planeamento (cf. [www.dpp.pt](http://www.dpp.pt)); DGOTDU é a Direção geral do ordenamento do território e desenvolvimento urbano (cf. [www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt)); INTA é a International network for urban development (cf. [www.intaaivn.org](http://www.intaaivn.org)); Fundación metropoli (cf. [www.fundacion-metropoli.org](http://www.fundacion-metropoli.org)); Cardiff university com o Department of city and regional planning (cf. [www.cf.ac.uk/cplan](http://www.cf.ac.uk/cplan)).

257) Sobre o assunto veja-se o projeto Intelligent cities, em <http://www.intelligent-cities.net>.

258) Inteli é um centro de Inteligência em Inovação ([www.inteli.pt](http://www.inteli.pt)).

259) Inteli, “Innovation hubs no centro das cidades: urban brief: cidade, conhecimento e inovação”, in: Inteli, N.0, 2007, p.3.

São já vários os projetos alvo deste tipo de intervenções que demonstram que as atividades criativas vêm acrescentando valor e qualidade ao espaço urbano, reforçando igualmente a identidade das cidades.

Conclui-se então que, na atualidade, é exigido às cidades competitividade global que assegure estabilidade na economia, sustentabilidade ambiental, bem como melhores práticas políticas e de liderança democrática. Tal está igualmente dependente, segundo a abordagem criativa, da existência tanto de um conjunto de infraestruturas hard, como de um conjunto de infraestruturas soft no território urbano. Parte destas bases é convencionalmente assegurada pela disciplina de arquitetura que vê a sua história próxima ao planeamento das cidades.

Sugerimos que a temática da cidade criativa poderá ter um papel importante na revitalização das cidades, uma vez que o fomento das atividades culturais leva à criação de equipamentos e espaços importantes nas cidades e, conseqüentemente, à revitalização das áreas envolventes, trazendo assim maior vitalidade à cidade, mais pessoas, diferentes culturas, diferentes projetos. O problema poderá colocar-se na subjetividade do conceito de criatividade e de cidade criativa. A este nível, as práticas políticas e uma boa liderança democrática terão um papel importante a desempenhar, se forem capazes de tornar os princípios da cidade criativa aplicáveis e praticáveis em benefício das comunidades urbanas.

## Expressão em Portugal

A abordagem sobre a cidade criativa salienta a importância de apostar em políticas ligadas à criatividade e inovação urbana, visando a atração e a fixação de talentos, bem como a capacidade de desenvolver investigação e produtos tecnológicos, apoiando-se numa sociedade tolerante que valorize a diversidade sociocultural.

A aplicação desta abordagem à realidade portuguesa só há poucos anos começou a ganhar importância. Os princípios da criatividade que começaram a emergir em Portugal, ainda que com pouca expressão, serviram também de mote para o desenvolvimento e revitalização de algumas áreas obsoletas das cidades. No entanto, muitos aspetos antes referidos como fundamentais para uma abordagem criativa e de sustentabilidade urbana estão longe de ser uma realidade em Portugal. Por exemplo, é ainda fraca uma governança democrática que promova estratégias prévias de planeamento urbanístico; é frágil a promoção cultural e das artes; existe pouca disponibilidade para trabalhar com os recursos e as culturas locais.

Apesar de algumas regiões portuguesas terem já adotado os princípios da criatividade, há ainda um longo caminho a percorrer, tanto a nível nacional como regional ou local. E, segundo a opinião de muitos investi-

gadores, como Richard Florida,<sup>260</sup> as duas grandes áreas metropolitanas do país, Lisboa e Porto, devem ser inseridas e analisadas a nível internacional, nomeadamente à escala da península ibérica. Reconhece-se que as áreas metropolitanas portuguesas têm ainda uma posição de grande debilidade no contexto da rede urbana europeia.

De facto, a pretensão de que as cidades portuguesas se constituam como espaços vibrantes, em que se queira viver, estudar e trabalhar devido à oferta de espaços urbanos com qualidade, dinâmicas artísticas e culturais, aposta no desenvolvimento tecnológico e diversidade de negócios associados ao mundo cultural, tecnológico e urbano, encontra-se ainda bastante longe da realidade observável em muitos países europeus. Segundo a abordagem criativa, a prossecução de tais objetivos pressupõe que as cidades nacionais explorem o seu *genius loci*,<sup>261</sup> ou seja, as características que as diferenciam das outras. Devem igualmente impulsionar a ciência e a tecnologia, transformar-se em laboratórios vivos, espaços de experimentação e inovação e apostar no desenvolvimento de estratégias e parcerias que mobilizem os cidadãos e tirem partido das tecnologias disponíveis. Guta Moura Guedes partilha a mesma opinião: “cada caso é um caso, cada cidade tem a sua personalidade própria e deverá ser capaz de planear o seu futuro de uma forma sustentável, sem mimetizar nenhuma outra”.<sup>262</sup> Recorda ainda que “há que desenvolver uma estratégia que vise ... criar um ambiente propício – através de incentivos de diversa ordem – à atração e sedimentação de criadores e de indústrias criativas”.<sup>263</sup>

Julgamos fundamental que as políticas no país vão de encontro a estas pretensões, sendo para isso necessário definir estratégias para o sector cultural, desenvolver e promover marcas, identificar as atividades criativas a nível nacional e adotar políticas nesse sentido. No entanto, é importante atender à escala local e não abandonar o vector convencionalmente arquitetónico da problemática da cidade. A falta de escala e de diversidade, ao nível do país, sugerem a necessidade de cooperação entre cidades e territórios como imperativo para uma economia mais competitiva internacionalmente. Segundo o arquitecto Nuno Grande, “é ... possível criar mecanismos que facilitem a conexão, a mobilidade e a interação entre cidades, criadores e produtores, desde que assegurada a autonomia da sua ação”.<sup>264</sup> Entre outras medidas, as supramencionadas vêm sendo apontadas como fulcrais para a competitividade das cidades em comunidades urbanas portuguesas neste início do século XXI.

Também em nosso entender a abordagem da cidade criativa, reconhecida e promovida por entidades europeias e internacionais reconhecidas (como a CE, OCDE, UNESCO) parece relevante e necessária para a sustentabilidade

---

260) Richard Florida, *Who's your city? How the creative economy is making where to live the most important decision of your life*. Basic books, Nova Iorque, 2008.

261) Richard Florida, *Op. cit.*

262) Guta Guedes, “Mercados criativos: perspectivas críticas”, in: AAVV, *Arq/a*, Lisboa, 2010, N.80-81, p.39.

263) *ibidem*.

264) Nuno Grande, “Mercados criativos: perspectivas críticas”, in: AAVV, *Arq/a*, N.80-81, Lisboa, 2010, p.27.

económica e urbanoterritorial do nosso país. Em Portugal, as abordagens de políticas orientadas para a cidade criativa (muito por influência das políticas europeias levadas a cabo neste sentido) registam um aumento em termos de estudos voltados para a criatividade e cultura.<sup>265</sup>

No entanto, este paradigma recente deve ser concertado com outros, sendo necessário tempo para avaliar o real impacto e pertinência nacional do fenómeno.

## O papel da arquitetura na cidade criativa

A abordagem à cidade criativa assenta na ideia de que a criatividade, quando estimulada de forma sustentada e socialmente equilibrada, pode trazer benefícios para as cidades. Uma cidade tolerante, voltada para a cultura e capaz de atrair cidadãos criativos é com certeza uma cidade com maior potencial económico. O presente artigo procurou discutir o paradigma cidade criativa, centrando-se no potencial que ele representa para a vitalidade da cidade e espaços urbanos. Começou-se por abordar os conceitos e teorias de base do tema da cidade criativa, procurando-se em seguida equacionar os desafios da cidade criativa e a sua expressão em Portugal. Nesta secção final, pretende-se chamar a atenção para o importante papel da disciplina da Arquitetura na cidade criativa que, pelo relevo que desempenha no planeamento e gestão da cidade, não pode deixar de manter um lugar central nestes processos.

Cremos que a abordagem da cidade criativa deve compreender também a qualidade física das cidades, tendo na sua diversidade cultural e na vivência dos espaços urbanos os seus fundamentos. Neste sentido, é fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável da cidade que um dos intervenientes chave seja a arquitetura. A arquitetura tem um enorme potencial transformador sobre a cidade, que pode ir da simples escala do edifício singular ao planeamento urbano global e às dinâmicas quotidianas. Novas intervenções podem dar forma e nova vida a zonas previamente obsoletas, embora tenhamos de recordar que as entidades públicas e privadas têm-se reduzido ao empreendimento de projetos ícones, que funcionam como atratores de grandes massas. Nesse sentido, os decisores públicos deveriam ter um papel ativo na promoção da revitalização urbana. Espaços e edifícios existentes, quando devidamente reabilitados, podem acolher novos usos, através de uma renovação que preserve ou enriqueça a identidade

---

265) Refira-se a título de exemplo as investigações levadas a cabo no nosso país pela Dinâmia e Pedro Costa. A Dinâmia é um centro de estudos sobre a mudança socioeconómica e o território, do ISCTE-IUL, fundado em 1989, e tem como principal objectivo realizar investigação e apoiar a intervenção sobre as actuais transformações sociais, económicas e territoriais. Dos estudos levados a cabo por esta entidade portuguesa destacamos as investigações levadas a cabo por Pedro Costa. A este propósito veja-se o website <http://dinamiacet.iscte.pt/>.

local. Por último, as políticas urbanas podem fomentar a singularidade, a atratividade e a utilização do espaço, interessando-se sobretudo pela temática do espaço público. Neste campo, os decisores públicos têm o papel importante de promover espaços e equipamentos públicos de qualidade, que tragam às cidades grandes massas e maior vitalidade. Tudo isto, se implementado segundo os princípios da criatividade, poderá trazer grandes benefícios à cidade, tanto a nível económico, como a nível sócio-cultural.

Como vimos, o conceito de cidade criativa exige também ambientes urbanos propícios ao intercâmbio de ideias, como os aludidos em secções anteriores (por exemplo centros históricos urbanos ou zonas industriais). Não deixa de ser paradoxal que alguns destes espaços, nomeadamente os industriais, sejam espaços com grande disponibilidade de área e menor custo e que, como visto anteriormente, haja já vários projetos em curso para lhes atribuir novos usos vocacionados para as indústrias criativas.

Interessa que a lógica de maximização do uso de espaços já urbanizados alastre a outros, contrariando a expansão horizontal da cidade e aumentando a proximidade física. A compactação e organização em rede podem garantir a qualidade de equipamentos, serviços, espaços públicos e entretenimento, tudo isto promovido numa lógica de competitividade territorial global. Pode ainda levar a maior sustentabilidade e melhor gestão dos recursos urbanos. Mas em todas estas intervenções o papel do arquitecto é fundamental, uma vez que ele é um agente capacitado para garantir a qualidade física de todos estes espaços e intervenções. Daí que não se possa dissociar o papel da arquitetura das intervenções para as cidades criativas.

As cidades devem potenciar as suas especificidades com uma mais valia para contribuir para a rede regional. Os bens culturais devem ser vistos como ativos urbanos e vantagens económicas. As cidades devem-se constituir enquanto ambientes em que o conhecimento e lazer se fundam com espaços públicos físicos de qualidade promovendo a criatividade. Cidades que oferecem oportunidades e interações para resolver os problemas atuais, mas que não prescindam de sua qualidade arquitetónica enquanto base da qualidade de vida dos seus habitantes e visitantes. Neste sentido, a disciplina de arquitetura deve continuar a assumir uma posição central na análise das sinergias de cada cidade e no desenvolvimento de soluções simultaneamente formais e sócio-culturais, que propiciem vivências ricas e diversificadas.



## 5.2 REVISITANDO A CIDADE

(Publicado originalmente em: Gonçalo Furtado, “Desafios à habitação e à cidade após crises económicas e demais pandemias”, disponível no blog do autor <https://paskpricefrazer.blogspot.com>, Maio 2021).

A arquitectura do nosso país é devedora de uma espacialidade territorializada no canto continental, junto ao mar. De uma sensibilidade específica, dos castros a núcleos de construções em redor de poderes políticos e religiosos, de um renascimento ténue, forte barroco e demais. De uma modernidade, interrompida, retomada e depois regionalizada no pós-guerra. De uma polaridade Lisboa/Porto, hoje desvanecida, e de uma disseminação internacional de arquitectos portugueses por altura do arrancar da pós-modernidade, inundando os média e banais discussões de café. E que desafios à cidade e habitação, nos traz a dita crise económica de 2008, esquecida com dois anos de preocupação com algo maior e igualmente pandémico.

Como devemos olhar as nossas cidades, que hoje parecem suspensas no tempo? Historicamente, na cidade houve conexão de privado e público, sendo de distinguir a urbe da pólis, o lugar do “polikitózon” (Aristóteles). A história da cidade remete para a sedentarização, pré-histórica e genius loci da civilização; para a escala humana da cidade medieval ou para as cidades ideais do Renascimento, para a “ciudades lineares” (A.Soria) e grande intervenções, de Paris (Hausmann) ou Barcelona (Cerdá), para o flaneurismo face à modernização, para planeamento hierárquico da Carta de Atenas (CIAM) ou modelos anti-urbanos da Broadacre city (Wright), para as New towns inglesas do pós-guerra ou visões infraestruturais do plano Orbus (Le Corbusier) e demais megaestruturas (Superstudio etc), para a metrópole desdensificada e policêntrica do urban sprawl e shopping malls. Para a hoje Global city, de ambientes artificializado de espetáculo (Debord), não-lugares (Marc Augé), ícones excessivos (Charles Jencks) e “spaces of flows” (Manel Castells).

E as cidades deste Portugal? Ao nível da cidade, ao longo do último século, passámos do alinhamento de arruamentos e embelezamentos, a regulamentos e planificação das cidades; discussão sobre instrumentos e políticas, programas Pólis e afins estratégias mais recentes.

E como devemos olhar os nossos espaços construídos e arquitecturas?

Historicamente, a arquitectura e o habitar constituem acto intrinsecamente humano, e contornemos aqui a posição de Heidegger em “building, dwelling and thinking”. Indubitavelmente a casa constitui um arquétipo, associado às noções algo tradicionais de conforto, privacidade e identidade. Tipologicamente, a história da habitação remete para a óikos grega, para a domus romana, palácios Renascentistas, e os urban blocks de séculos depois. Segue-se a prefabricação/standartização de uma machine habiter (Le Corbusier), uma complexificação do moderno no pós-guerra, liberada por

lofts dos anos 70s e daí por diante. Reyner Banham, por seu lado, recordava “a house is not a home” (Banham). E as habitações deste Portugal? Ao nível da arquitectura habitacional, ao longo do último século, passou-se do afrancesamento de challets em novas avenidas, à protomodernidade e debate sobre a casa moderna vs “casa portuguesa” (Raul Lino), dos bairros de habitação social à generalização de prédios modernos, casas de férias, e complexidade da habitação plurifamiliar no últimas décadas.

Mas como interessou a arquitectura a este pequeno país? Por um lado, disciplinarmente, ao longo do último século, assistiu-se a uma afirmação da arquitectura no país, da luta arquitectos versus engenheiros por um status social, ao associativismo do SNA e AAP, com exponencial aumento de associados (leia-se das dezenas de início do século às centenas pós-revolução democrática e actualmente milhares de associados), o reconhecimento da Ordem profissional, à discussão do 73/73; mas também à internacionalização da arquitectura portuguesa, com dois Pritzkers, e, claro, a crise actual. Ao nível da crítica, ao longo do último século, passou-se em Portugal de fascículos em revistas especializadas, de memórias estéticas a críticas de pendor tecnossociológico, até a radicais suspeições conceptuais aquando da transição do século. Já no que tange ao ensino, passou-se das escolas de Belas Artes, a ensino superior, com reformas nos anos 30s e 50s, seguido da integração universitária, explosão de cursos públicos e privados pelos anos 90s, adequação Bolonha em 2008/2012, e às inflexões no ensino privado nos últimos anos. Mas por outro lado, em termos da cultura geral, ao longo do último século, a disciplina passou de um elitismo para apetite burguês, a uma consciência do seu papel social, até um serviço diversificado que, hoje, se diversifica em múltiplas competências.

A arquitectura é, indubitavelmente, com a transição do século, objecto de discussão cultural, por todos e para lá da especialidade. Podemos dizer que, em grande medida, as últimas décadas, vão do orgulho ao desvanecimento. Uma das questões a pôr não pode deixar de ser: Qual o papel da crítica de arquitectura? Que debates contemporâneos são teoricamente motorizáveis? Queremos crer que, na academia mas ainda não em todo o ensino, parece que a teoria-crítica passou da mera generalização de conhecimento necessários ao projecto, a columnas de disciplinas e autonomia, até locus actual de reflexão sobre “outras histórias” e futuros possíveis, que não esse “fim da história” que alguns alegam inevitável (Francis Fukuyama).

Neste conspecto, a crise económica pós 2008 e pandemia 2020/21, pode propiciar reflexão sobre o que nos lega o transacto século, de cultura do habitar?

Parece que, em certa medida, a crise económica pós 2008, veio demonstrar a falência de uma perspectiva, que poderemos denominar neoliberal, sobre a cidade e habitação.

De facto, no que à cidade refere, passamos neste século do paradigma da digital city (Mitchell) à cidade criativa (Florida), das tentativas de requalificação de baixas e espaço público (Pólis etc), aos alarmes da sustentabilidade planetária e demais. Mas que perspectivas cumpre avançar, face à expe-

riência recente, que as estratégias assentes na competitividade, marketing urbano mostraram não vir sedar?

Já no que tange à habitação em Portugal, a questão a pôr após o conhecimento do “Censos 2011 e 2021” é: Quantos não têm habitação condigna quando tantas casas permanecem a flutuar no mercado da especulação imobiliária? E, como se comportarão as nossas casas quando, outra pandemia, nos deixar ainda mais ligados ao interface? (Virilio) Tendo vastamente escrito sobre o impacto TIC na cidade e arquitectura, instaura-se uma “e-topia” (Mitchell), e vislumbramos um futuro que obviamente pode beneficiar das TIC, AI, VR aumentada, sensores robóticos, computação ubíqua, APPs e data crowd sourcing. Mas um futuro que, desejavelmente, não deve nunca descurar a dimensão humana.

Por fim e em termos mais gerais, no que tange à disciplina e cultura, a derradeira questão que permanece por pôr, é se passadas 2 décadas do início do presente século, quais as políticas da arquitectura de futuro para este pequeno país de Portugal, de industrialização tardia, litoralização, desigualdades, mas desafios face à globalização à semelhança de todos os outros países. E que compromisso, social senão político, se pode, desde dentro da disciplina, ainda tecer, numa comunidade fragmentada, num espetáculo público que também a arquitectura serve, de um star system que opera apenas sedento de novas superficialidades estéreis?

Em suma, vão ainda os arquitectos a tempo de contribuir em conjunto com a sociedade portuguesa para um debate, que urge, quanto à qualidade e qualificação das nossas cidades e habitações para o século XXI? Com ou sem crises e pandemias pelo meio.





